

UNIVERSIDADE PRESBITERIANA MACKENZIE

MÁRIO EDUARDO DE OLIVEIRA

**OS ESCOLHIDOS DE DEUS - SUAS REPRESENTAÇÕES SOCIAIS DA
DOCTRINA DA ELEIÇÃO E SUA INFLUÊNCIA NO ÉTHOS PROTESTANTE EM
RELAÇÃO AO TRABALHO
(Um Estudo de Caso)**

**SÃO PAULO
2008**

MÁRIO EDUARDO DE OLIVEIRA

**OS ESCOLHIDOS DE DEUS - SUAS REPRESENTAÇÕES SOCIAIS DA
DOUTRINA DA ELEIÇÃO E SUA INFLUÊNCIA NO ÉTHOS PROTESTANTE EM
RELAÇÃO AO TRABALHO
(Um Estudo de Caso)**

**Dissertação apresentada à Universidade
Presbiteriana Mackenzie, como requisito
parcial para a obtenção do título de
Mestre em Ciências da Religião.**

Orientador:- Prof. Dr. Antônio Máspoli de Araújo Gomes

**SÃO PAULO
2008**

O48e Oliveira, Mário Eduardo.

Os escolhidos de Deus - suas representações sociais sobre a doutrina da eleição e sua influência no ethos protestante em relação ao trabalho (Um Estudo de Caso) / Mário Eduardo de Oliveira - 2008

167 f.: 30 cm.

**Dissertação (Mestrado em Ciências da Religião) -
Universidade Presbiteriana Mackenzie, São Paulo, 2008.**

Bibliografia: f.: 157 - 160

**1. Representações Sociais 2. Eleição 3. Comportamento Protestante. 4.
Protestantismo Brasileiro. 5. Ética do Trabalho. 6. Max Weber. 7. Calvinismo.
I. Título**

**LC BJ59
CDD-179**

MÁRIO EDUARDO DE OLIVEIRA

**OS ESCOLHIDOS DE DEUS - SUAS REPRESENTAÇÕES SOCIAIS DA
DOCTRINA DA ELEIÇÃO E SUA INFLUÊNCIA NO ETHOS PROTESTANTE EM
RELAÇÃO AO TRABALHO**

**Dissertação apresentada à Universidade
Presbiteriana Mackenzie, como requisito
parcial para a obtenção do título de
Mestre em Ciências da Religião.**

Aprovado em

BANCA EXAMINADORA

**Prof. Dr. Antônio Máspoli de Araújo Gomes
Universidade Presbiteriana Mackenzie**

**Prof. Dr. Paulo Romeiro
Universidade Presbiteriana Mackenzie**

**Prof. Dr. Arthur Pinto Chaves
Universidade de São Paulo**

EBENEZER! Até aqui nos conduziu o Senhor! Ao único e verdadeiro Deus Providente, a quem sirvo e, que me propiciou não somente a oportunidade de estabelecer esse objetivo em minha vida, mas também, os meios necessários para que juntos o conquistássemos. Portanto a Ele toda honra, toda glória e todo louvor!

AGRADECIMENTOS

A minha esposa Fátima que me incentivou e apoiou nesse projeto; aos meus filhos Carlos Eduardo e Victor Fernando, flechas da minha aljava, para exemplo e incentivo na construção do saber.

A meu pai Rev. Mário de Oliveira pela sistemática leitura dessas páginas ajudando-me com sugestões e junto com minha mãe não me deixando esmorecer.

Ao Doutor Antônio Máspoli de Araújo Gomes, meu orientador e amigo, pelo interesse em me conduzir pela mão nos caminhos acadêmicos. Por discutir, incentivar e criticar tecnicamente enriquecendo esse trabalho.

A professora Dra. Eun Yung Park pela importância na delimitação do assunto.

Ao professor Dr. Hermisten Maia Pereira da Costa pelas sugestões bibliográficas.

A professora Dra. Márcia DeLiberal paciente ouvinte de minhas expectativas e por compartilhar conosco o seu saber.

Aos colegas de ministério e às ovelhas do rebanho do Senhor que participaram da pesquisa de campo, sem a qual esse trabalho não seria levado a efeito.

À Universidade Presbiteriana Mackenzie e ao MackPesquisa pelo apoio financeiro.

“A Escritura é a escola do Espírito Santo, na qual, como nada é omitido não só necessário, mas também proveitoso de conhecer-se, assim também nada é ensinado senão o que convenha saber”.

“Portanto. Tudo quanto acerca da predestinação na Escritura se dá a conhecer, impõe-se cuidar que disso não alijemos os fiéis, para que não pareçamos ou maldosamente defraudá-los de benevolência de seu Deus, ou acusar e escarnecer o Espírito Que haja divulgado essas cousas que seja proveitoso supressas sejam de quaisquer modo. Permitamos, insisto eu, ao homem cristão abrir a mente e os ouvidos a todas as palavras de Deus que lhe são dirigidas, desde que com esta moderação: que nem bem haja o Senhor fechado Sua sagrada boca, também Ele a Si feche o caminho ao perquirir. Aqui estará o melhor limite da sobriedade: se não só, indo-nos a Ele à frente, sempre sigamos a Deus no aprender, mas também, Ele Próprio pondo fim ao ensinar, desistamos de querer saber”.

(João Calvino).

RESUMO

Este trabalho consiste em identificar que conteúdo dogmático religioso serve como fator de estímulo psicológico para o ativismo moral, econômico e político, a fim de compreender suas possíveis influências sobre o Ethos Protestante Reformado contemporâneo em relação ao trabalho. Partindo da análise feita por Max Weber na obra "**A Ética Protestante e o Espírito do Capitalismo**" que identificou esse fator de estímulo psicológico à doutrina da predestinação, o autor apresenta o que o protestante reformado entende sobre essa doutrina. Busca estabelecer nova relação [doutrina versus trabalho] por meio da aplicação da teoria das representações sociais, conforme o modelo desenvolvido por Serge Moscovici, trilhando o caminho oposto ao de Weber, ou seja, da exteriorização dos princípios apreendidos para ligá-los ao conteúdo dogmático. Para conhecer a maneira como o protestante reformado contemporâneo exterioriza os princípios por ele internalizado, levou-se à efeito uma pesquisa de campo numa das comunidades da igreja Presbiteriana do Brasil, localizada na região leste da cidade de São Paulo. A partir dela, demonstra-se: a) a importância do conteúdo religioso em meio à sociedade moderna; b) quais são as possíveis influências que exerce sobre o ethos protestante; c) como reconhecer essa influência na formação do conceito do trabalho e na relação do indivíduo com o mesmo; d) se há alguma contribuição que interesse às organizações privadas modernas.

Palavras-chave: Representações Sociais. Eleição. Comportamento Protestante. Protestantismo Brasileiro. Ética do Trabalho. Max Weber. Calvinismo.

ABSTRACT

This master consists in identifying which the dogmatic religious contents would work as good as a factor of psychological incentive to the moral, economic and political activism, in order to understand the possible influences of those contemporary reformed protestant ethos in relation to the work. Leaving from the analysis by Max Weber in the work "The Protestant Ethics and the Spirit of the Capitalism" that identified that psychological incentive factor to the doctrine of the predestination, the author tries to presents what the Protestant reforming understands about that doctrine. Try to establish a new relationship [doctrine versus work] through the theory of social representations application, according to the model developed by Serge Moscovici, treading opposite road to Weber, in order words, the expression of learned principles to connect them to the dogmatic content. To know the way contemporary reformed protestant express his inner principles a research have been taken in one of the Brazil's Presbyterian church communities, located at the east of the city of Sao Paulo. Leaving of the research, it is showed: a) importance of the religious content amid the modern society. b) Which are the possible influences that it exercises on the Protestant ethos. c) Recognize that influence in creating work concepts and the individual's relationship with himself. d) If there is some contribution that interests to modern private organizations positively.

Word-key: Social Representations. Election. Behavior Protestant. Brazilian Protestantism. Ethic of Work. Max Weber. Calvinism.

SUMÁRIO

Introdução	14
Capítulo I	
Considerações Históricas, Sociológicas e Argumentos Calvinistas em Favor da Eleição	19
I – A Doutrina da Predestinação – Uma Panorâmica Histórica	25
1.1 – A Importância dos Problemas Antropológicos	25
1.2 – A Antropologia dos Pais Gregos	25
1.3 – A Antropologia da Idade Média	27
1.4 – A antropologia do Período da Reforma	29
1.5 – Idéias Antropológicas dos Tempos Pós-Reformados	31
II – A Eleição – Considerações Sociológicas	31
III – Argumentos Reformados em Favor da Eleição	35
1 – Argumentos Teológicos	35
1.1 O Credo e as Confissões de Fé	38
2 – Argumentos Bíblico Gramaticais	40
2.1 – A Eleição no Antigo Testamento	41
2.2 – A Eleição no Novo Testamento	42
2.3 – Três Argumentos Basilares	44
2.3.1 – A Existência de um Plano Divino	44
2.3.2 – A Liberdade Soberana de Deus	45
2.3.3 – Os Efeitos do Pecado Sobre o Homem	46
IV – A Eleição – Objeto, Característica e Propósito	48
1 – A Eleição e Seu Objeto	48
2 – A Eleição e Suas Características	48
3 – A Eleição e Alguns dos Seus Propósitos	49
3.1 – Quanto a Salvação	49
3.2 – Quanto a Vida Eterna	49
3.3 – Quanto à Capacitação dos Eleitos	50
3.4 – Tornar o Eleito a Imagem de Cristo	50
3.5 – Tornar o Eleito Humilde	51
3.6 – Tornar o Eleito Grato	51
3.7 – Dar Certeza da Eleição	52

Capítulo II	
Os Escolhidos de Deus – Suas Representações Sociais Sobre a Doutrina da Eleição	60
I – Os Escolhidos de Deus e as Representações Sociais	60
II – As Representações Sociais e a Necessidade da Pesquisa de Campo	71
III – Análise de Conteúdo – Uma Ferramenta para Interpretação	77
Capítulo III	
Os Escolhidos de Deus – A Influência da Doutrina da Eleição no Ethos Protestante em Relação ao Trabalho	83
I – A Etimologia da Palavra Trabalho	84
II – O Conceito de Trabalho na História	85
1 – O Trabalho nas Sociedades Primitivas	86
2 – O Trabalho no Egito Antigo	86
3 – O Trabalho na Grécia Antiga	88
4 – O Trabalho no Judaísmo	89
5 – O Trabalho no Império Romano	91
6 – O Trabalho na Idade Média	92
7 – O Trabalho na Idade Moderna	95
8 – O Trabalho na Idade Contemporânea	97
9 – O Trabalho e o Cristianismo	100
9.1 – O Conceito de Trabalho na Igreja Católica	100
9.2 – O Trabalho e a Reforma Protestante	
– Mudança de Paradigma	102
III – A Influência da Eleição no Ethos Protestante em Relação ao Trabalho	109
1 – A Influência da Eleição Analisada pelas Respostas ao Questionário	109
1.1 – Identificando e Delimitando os Objetos da Pesquisa	109
1.2 – Da Certitudo Salutis	111
1.3 – A Percepção da Influência da Eleição na vida do Eleito	113
1.4 – As Demonstrações Visíveis ao Reconhecimento do Escolhido	119
1.5 – O Sucesso como Evidência da Graça de Deus na Vida do Escolhido	123
1.6 – A Percepção dos Eleitos Quanto a Atividade Profissional	126
1.7 – A Percepção da Influência da Eleição no Relacionamento com o Trabalho	130

1.8 – A Percepção da Influência da Eleição no Relacionamento Pessoal do Escolhido	133
1.9 – As Ações do Escolhido para Garantir a Salvação	138
IV – A Influência da Eleição na Vida do Eleito e os Fatores de Avaliação da Área de Recursos Humanos nas Organizações Privadas	142
V – Conclusão	148
VI – Referências Bibliográficas	157
VII – Anexos	161
Anexo A – Matéria Publicada no Jornal Folha Universal	161
Anexo B – Posições Quanto ao Pecado e a Graça – Pelágio X Agostinho	163
Anexo C - Posições Quanto ao Pecado e a Graça – Idade Média X Católico Romana	164
Anexo D - Posições Quanto ao Pecado e a Graça – Reforma e Pós-Reforma	165
Anexo E – Domínios Possíveis da aplicação da Análise de Conteúdo	166
Anexo F – Tabela da Representação Social Sobre a Doutrina da Eleição e da Sua Influência no Ethos Protestante	167

OS ESCOLHIDOS DE DEUS

SUAS REPRESENTAÇÕES SOCIAIS SOBRE A DOUTRINA DA ELEIÇÃO

E O ÉTHOS PROTESTANTE EM RELAÇÃO AO TRABALHO

(Um Estudo de Caso)

I - INTRODUÇÃO

Em 1998 enquanto cursava o seminário recebi um jornal (Anexo A) de uma seita denominada “Igreja Universal do Reino de Deus – IURD”, que trazia entre outras considerações, 12 (doze) argumentos que eles consideravam contrários à doutrina da predestinação.

Diziam eles, na tal publicação, que a tentativa de compreender a vida e seus mistérios tem sugerido aos seres humanos os mais diversos significados para a existência neste mundo e no outro e, que as religiões de todos os povos refletem essa preocupação (Peter Berger – O Dossel Sagrado). Entender as razões da vida, as diferenças e semelhanças, sua finalidade e o porquê das coisas serem como são, faz parte da busca do sagrado pelo ser humano.

As religiões orientais, por exemplo, são predestinistas (acreditam que o destino dos indivíduos está traçado antes mesmo de nascerem) e fatalistas (haja o que houver, nada pode impedir de acontecer o que está determinado). E, para eles, a predestinação e o fatalismo encerram a idéia de destino presente nas culturas religiosas mais antigas de que se tem conhecimento. Não necessitam de raciocínio lógico, dispensam a racionalidade, aceitam os fatos sem questioná-los, reforçam a submissão, o conformismo, a passividade e, pior ainda, a dominação religiosa, política e econômica.

Essa idéia, embora primitiva, criada por Agostinho (440 d.C.) bispo de Hipona, foi baseada em um versículo isolado da Bíblia e, na Reforma Protestante João Calvino, ferrenho seguidor de Agostinho, está presente no nosso cotidiano e

aparece em aforismos ou expressões ingênuas, como por exemplo: “pau que nasce torto morre torto”; “filho de peixe, peixinho é”; “o que tem que ser será” e outras assemelhadas.

Disseram ainda, que a doutrina da predestinação é uma apelação descarada, pois, ultimamente alguns pastores que fundaram novas igrejas resolveram adotar a doutrina da predestinação como “bandeira” de suas pregações, no intuito de arrebataram fiéis das demais denominações. Trata-se de uma apelação descarada, perdendo os referenciais de suas antigas igrejas, eles têm apresentado “atrativos” para seduzir incautos e insatisfeitos.

A doutrina da predestinação se presta a esse tipo de apelo porque transmite uma idéia de salvação fácil, onde não há necessidade de renunciar à própria vontade, sacrifício ou compromisso. A afirmação de que “*uma vez salvo, salvo para sempre*” passa uma falsa idéia de liberdade quase sempre confundida com libertinagem. Prega-se uma vida cristã com tal liberdade que não há diferença de comportamento entre o cristão e o não cristão – vale tudo.

Acontece que um cristianismo assim é tudo o que muita gente está esperando. Infelizmente, no afã de encher suas igrejas, tais pastores não se preocupam com a verdade da Palavra de Deus, estão se deixando usar pelo diabo para iludir as pessoas. Esta doutrina é um laço diabólico, uma verdadeira armadilha na qual muitos estão caindo, distanciando-se cada vez mais da salvação e correndo o perigo de não ter mais volta:

O primeiro impulso depois da leitura do tal artigo foi arrazoar se seria plausível a produção de um texto de refutação, apresentado por meio de um discurso apologético combatendo cada um dos argumentos apresentados. Mas, contido esse desejo, seguiram-se alguns anos. Até que participando de um colóquio sobre a “Hermenêutica de Calvino”, surgiu a informação quanto ao curso

de pós-graduação no Mestrado em Ciências da Religião na Universidade Presbiteriana Mackenzie.

Nesse momento, retomado o impulso inicial, surgiram algumas perguntas: Como demonstrar que essa doutrina reformada não é um engodo? O protestante reformado moderno se considera um escolhido de Deus? Que tipo de influência, se é que existe, esse sentimento exerce sobre ele? A intenção não era buscar essas respostas, e outras que viessem a surgir, via conteúdo dogmático apresentado nos compêndios de Teologia Sistemática. A idéia é partir da percepção dessa influência em um grupo de protestantes reformados e ligá-la ao conteúdo religioso, fazendo o caminho inverso.

Como contra ponto fui orientado a utilizar a obra do sociólogo Max Weber **“A Ética Protestante e o Espírito do Capitalismo”** como um dos marcos teóricos, por causa da associação que ele fez entre um conteúdo religioso específico entre os protestantes reformados [a doutrina da predestinação] como fator de estímulo psicológico para, segundo ele, ajudar a desenvolver aquilo que chamou de “espírito do capitalismo”, que por causa, aparentemente, de sua fé e da ética que desenvolveram a partir da mesma, deram importante contribuição para a formação desse espírito que impulsionou a economia ocidental moderna. Mas estaria ele correto em estabelecer tal ligação?

Weber defende a idéia de que o moderno sistema capitalista tem sua base de sustentação no conceito protestante de vocação como sendo uma atividade religiosa. Uma tarefa ordenada, ou pelo menos sugerida por Deus. Ele o estendeu a todos os ramos do protestantismo como se lhes fosse um dogma central: *a única maneira de viver aceitável para Deus não estava na superação da moralidade secular da ascese monástica, mas sim no cumprimento das tarefas*

*“do século”, impostas ao indivíduo pela sua posição no mundo*¹. Dessa forma pode-se encontrar um tipo de relação entre a vida religiosa e os atos seculares.

Estabelecer relações entre vida religiosa e atos seculares seria um empreendimento hercúleo, assim, para delimitar o campo de ação, ainda seguindo os passos de Weber, optei por verificar a possibilidade da doutrina da predestinação influenciar a maneira do protestante reformado entender o conceito de trabalho e de como com ele se relacionar. A verificação dessa influência se fará por meio da Representação Social registrada em pesquisa de campo, em cujas informações será aplicado, como método hermenêutico, a Análise de Conteúdo. Este trabalho acadêmico é apresentado em três capítulos, a saber:

Capítulo I – Procura apresentar a que o protestante reforma entende quanto à doutrina da predestinação, e que foi objeto da análise de Weber, identificando-a como a doutrina mais característica entre os calvinistas e, ainda, que todo homem bem formado deveria conhecer. Fez-se necessária à explanação desse conteúdo dogmático [não exaustivo] para que se entenda a influência que, em tese, deve exercer sobre os escolhidos de Deus.

Capítulo II – Como a verificação dessa possível influência se baseia na representação social levantada por meio de pesquisa de campo [2007], entre protestantes reformados moradores da zona lesta da cidade de São Paulo, restritos a um determinado Presbitério da Igreja Presbiteriana do Brasil, dois marcos teóricos são aqui apresentados.

O primeiro marco trata da Representação Social, segundo o modelo construído por Serge Moscovici, a fim de compreender a influência da crença religiosa na relação com a atividade laboral humana.

¹ Franklin Ferreira. *Fides Reformata* 5/2 (2000), p.47-62.

O segundo trata da Análise de Conteúdo, segundo o modelo construído por Laurence Bardin, visando à interpretação das informações colhidas na pesquisa de campo.

Capítulo III – Apresentando a influência da doutrina religiosa no ethos protestante em relação ao trabalho. O dados submetidos à análise de conteúdo e a análise estatística simples a fim de possibilitar o cumprimento dos objetivos propostos nesta tese.

CAPÍTULO I

OS ESCOLHIDOS DE DEUS - CONSIDERAÇÕES HISTÓRICAS, SOCIOLÓGICAS E ARGUMENTOS REFORMADOS EM FAVOR DA ELEIÇÃO

“Eu exorto aos estudantes que depois das Sagradas Escrituras leiam os Comentários de Calvino, pois eu lhes digo que ele é incomparável na interpretação da Escritura”. Jacobus Arminius (1560-1609)².

Por que é importante iniciar-se esse trabalho tendo uma visão geral daquilo que os protestantes reformados³ entendem como sendo a doutrina da Predestinação? Não seria essa uma preocupação tão somente teológica? Parece que não! O sociólogo Max Weber apresenta cinco argumentos que demonstram a importância desse dogma protestante, conforme se pode verificar em sua obra **“A Ética Protestante e o Espírito do Capitalismo”**.

² A. Mitchell Hunter, **The Teaching of Calvin: a Modern Interpretation**, 2ª ed. Revised, London, James Clarke & Co. Ltda, 1950, p. 20.

³ O designativo Reformado é preferível ao Calvinista – ainda que a empreguemos indistintamente – considerando o fato de que a Teologia Reformada não é estritamente proveniente de João Calvino (1509-1564).

O primeiro argumento é o de que entre os protestantes existia uma herança de capital, uma visão empreendedora e uma inclinação às atividades mais bem qualificadas da mão-de-obra e que sua “*notável freqüência*”⁴ podia ser verificada pelas estatísticas ocupacionais e nas discussões pela imprensa, literatura e congressos católicos da Alemanha:

“O caráter predominantemente protestante dos proprietários do capital e empresários, assim como das camadas superiores da mão-de-obra qualificada, notadamente do pessoal de mais alta qualificação técnica ou comercial das empresas modernas”⁵.

E, que a análise desse paradigma se dá, não somente, pelos aspectos históricos, políticos e econômicos, mas, no caráter distintivo de sua religiosidade, no seu sentido de pertencimento a uma dada confissão religiosa, assim disse ele:

“[...] isso se deveu em parte a razões históricas que remontam a um passado distante em que a pertença a uma confissão religiosa não aparece como causa de fenômenos econômicos, mas antes, até certo ponto, como consequência deles”⁶.

Um segundo argumento apresentado por Weber foi o direcionamento profissional baseado numa educação⁷ influenciada pela religião e que determina

⁴ Max Weber, “**A Ética Protestante e o Espírito do Capitalismo**”, Edição de Antônio Flávio Pierucci, Companhia das Letras, Editora Schwarcz, São Paulo, 4ª reimpressão, 2004, p. 29.

⁵ Ibid., p. 29.

⁶ Ibid., p. 30.

⁷ A educação visava a preparar o ser humano para melhor servir a Deus na sociedade a fim de que Deus fosse glorificado. A educação Reformada-Puritana não tinha um fim em si mesma, antes, era caracterizada por um propósito específico conforme definiu John Milton (1608-1674) “O objetivo da aprendizagem é corrigir as ruínas de nossos primeiros pais, recuperando o conhecer a Deus corretamente, e a partir deste conhecimento, amá-lo, imitá-lo e ser como Ele, do modo mais aproximado possível, tornando nossas almas possuidoras de verdadeira virtude que, unida à graça celestial da fé, constrói a mais alta perfeição”. Na seqüência: “Chamo de uma educação completa e generosa aquela que capacita um homem para atuar justamente, habilidosamente, magnanimamente, em todos os ofícios, tanto privados como públicos de paz e de guerra”. Deste modo a educação é vista não a partir do ensino, mas do aprendizado e, de modo especial do homem que resulta deste saber preparado para realizar a obra que Deus lhe confiou. John Milton, Of Education. In: Gordon Campbell,

não somente a escolha de uma profissão, mas também o destino profissional do indivíduo, assim disse ele:

“Nesses casos, a relação de causalidade repousa sem dúvida no fato de que a peculiaridade espiritual inculcada pela educação, e aqui vale dizer, a direção conferida à educação pela atmosfera religiosa da região de origem e da casa paterna, determinou a escolha da profissão e o subsequente destino profissional⁸”.

Um terceiro argumento apresentado por Weber foi aquilo que ele denominou de *“inclinação específica para o racionalismo econômico⁹”*. Não é objeto desse trabalho discutir sobre o significado do termo racionalismo econômico, mas enfatizar duas coisas sobre ele nessa argumentação, a saber:

“[...] os protestantes (em particular certas correntes internas, que mais adiante serão tratadas especificamente), sejam como camada dominante ou dominada, seja como maioria ou minoria, mostraram uma inclinação específica para o racionalismo econômico que não pôde e não pode ser igualmente observada entre os católicos, nem numa nem noutra situação. A razão desse comportamento distinto deve, pois ser procurada principalmente na peculiaridade intrínseca e duradoura de cada confissão religiosa, e não [somente] na [respectiva] situação exterior histórico-política. Trata-se, portanto de investigar primeiro quais são ou quais foram, dentre os elementos dessa

ed. John Milton: The Complete English Poems, New York: Everyman's Library, 1990, p. 557, Apud Jeffrey Davis and Leland Ryken, The Future of Christian Liberal Arts at Wheaton: Drawing Upon Classical and Protestant Foundations for Direction, p. 8. <http://www.wheaton.edu/Fandl_/pdf/Davis_Ryken.PDF>. Acesso em: 13 set. 2007). E, também, Leland Ryken, Santos no Mundo, p. 173 e Ruy Afonso C. Nunes, História da Educação no Século XVII, São Paulo: EPU/EDUSP, 1981, p. 46; Paolo Rossi, A Ciência e a Filosofia dos Modernos: aspectos da Revolução Científica, São Paulo: Editora da Universidade Estadual Paulista, 1992, p. 61 et seq.

⁸ Max Weber, op. Cit., p. 33.

⁹ Ibid, p. 34.

peculiaridade das confissões, aqueles que atuaram e em parte ainda atuam na direção acima indicada¹⁰”

Essa inclinação ou comportamento é uma peculiaridade intrínseca e duradoura de cada confissão religiosa e, que existem elementos dessas confissões que atuam ou dirigem tal comportamento e devem, portanto, ser identificados. Essa identificação, segundo Weber é feita a partir do conteúdo da Confissão Reformada de Fé que parece ter favorecido o desenvolvimento do “*espírito capitalista*”, assim disse ele:

“[...] a confissão “reformada”, em comparação com outras confissões, parece que favoreceu francamente o desenvolvimento do espírito capitalista¹¹”, e ainda, “Se é para encontrar um parentesco íntimo entre [determinada manifestação] do antigo espírito protestante e a cultura capitalista moderna, não em sua (pretensa) “alegria com o mundo” mais ou menos materialista ou em todo caso antiascética que devemos procurá-lo, mas sim, queiramos ou não, em seus traços puramente religiosos¹²”.

No quarto argumento Weber enfatiza a importância do calvinismo como veículo da mudança da cosmovisão tendo o dogma da predestinação como sua doutrina mais característica.

“O calvinismo foi a fé em torno da qual se moveram as grandes lutas políticas e culturais dos séculos XVI e XVII nos países capitalistas mais desenvolvidos e[...] considerava-se na época e de modo geral se considera ainda hoje a doutrina da Predestinação como o mais característico dos dogmas do calvinismo, e [...] a significação a ser conferida a esse dogma no que tange a

¹⁰ Max Weber, op. cit., p. 33 et seq.

¹¹ Ibid, p. 37.

¹² Ibid, p. 38.

seus feitos histórico-culturais, com certeza essa há de ser das mais notáveis¹³”.

Dessa forma Weber une aquilo que denominou de “*fenômeno da conduta de vida moral*”¹⁴ como sendo o resultado dos,

“[...] fortes vestígios deixados na ética não dogmática a partir da praxes moral contida nesses dogmas e que brotavam da peculiaridade das próprias representações da fé religiosa, ou seja, os estímulos psicológicos criados pela fé religiosa e pela prática do viver religioso que davam a direção da conduta de vida e mantinham o indivíduo ligado nela¹⁵”.

O quinto e último argumento de Weber é o da difusão. Segundo ele esse dogma, o da Predestinação, sofreu através dos tempos um processo de difusão causado pelo distanciamento da doutrina efetivamente sistematizada por João Calvino e aquela defendida por seus seguidores dizendo que:

“[...] e ambos se afastam, na mesma direção, do partido religioso dominante: dos católicos da França, tão contentes da vida em suas camadas inferiores e francamente hostis à religião nas camadas superiores, e dos protestantes da Alemanha, hoje absorvidos na vida mundana dos negócios e majoritariamente indiferentes à religião em suas camadas superiores¹⁶”.

Um exemplo desse distanciamento, mesmo tão próximo de Calvino, pode ser observado por Weber quanto à certeza da Eleição ou a “*certitudo salutis*”, “*[...] outra, naturalmente, é a posição dos epígonos – já desde Teodoro de*

¹³ Max Weber, op. cit., p. 90.

¹⁴ Ibid, p. 88.

¹⁵ Ibid. p. 88/89.

¹⁶ Ibid. p. 35

Beza – e mais ainda a da ampla camada do comum dos mortais¹⁷. E mais, por causa dessa difusão perdeu-se o conhecimento de seu conteúdo, que deveria ser resgatado por meio do estudo da Confissão de Fé de Westminster visando à boa formação,

“[...] Não podemos passar ao largo desse dogma, e de saída – já que hoje não dá mais para supô-lo conhecido de toda pessoa bem formada – temos de tomar contato com seu conteúdo autêntico tal como consta da Confissão de Fé de Westminster, de 1647, a qual nesse ponto foi simplesmente repetida nas profissões de fé dos independentes e dos batistas¹⁸”.

Aceitos os argumentos desenvolvidos por Weber, nesse primeiro capítulo, aproveitar-se-á a oportunidade para a exposição de alguns dos aspectos históricos¹⁹, sociológicos e os argumentos calvinistas em favor da doutrina da eleição para promoção do diálogo entre o espírito científico da Academia e a Teologia Reformada²⁰, uma vez que nos livros pesquisados e que se encontram na bibliografia, citam-se apenas fragmentos da doutrina, mas nenhum tipo de esclarecimento as acompanha.

¹⁷ Ibid., p. 100.

¹⁸ Ibid., p. 91.

¹⁹ [Por não ser um trabalho cujo foco principal é a história do desenvolvimento da doutrina, o autor pretende, tão somente, apresentar de forma resumida o pano de fundo histórico das controvérsias que culminaram com a elaboração e sistematização da mesma].

²⁰ [Pode-se definir operacionalmente a Teologia como o “estudo sistemático da Revelação Especial de Deus conforme registrada nas Escrituras Sagradas tendo como fim último o glorificar a Deus através do Seu conhecimento e obediência à Sua Palavra. O tema e o conteúdo da Teologia é a Revelação de Deus. É, portanto, “éctipa”, pois, é o resultado da revelação soberana e pessoal de Deus. A Teologia sempre será efeito da ação reveladora, inspirada e iluminadora de Deus através do Espírito; a Teologia nunca é a causa primeira; sempre é o efeito da ação primeira de Deus em revelar-se. A Teologia não termina em conhecimento teórico e abstrato, antes se completa no conhecimento prático e existencial de Deus, pois, conhecer a Deus é obedecer a Seus mandamentos. Quando falamos de Teologia Reformada, estamos nos referindo à Teologia proveniente da Reforma (Calvinista) em distinção à Teologia Luterana]. <<http://ricardodemoraes.blogspot.com/2007/10/conceituando-teologia-reformada.html>>. Acesso em: 20 out. 2007.

I - A DOCTRINA DA ELEIÇÃO – UMA PANORÂMICA HISTÓRICA

1 – A Importância dos Problemas Antropológicos

No período dos Padres ou Pais da Igreja (Patrística) tem-se uma igreja dividida entre Oriente e Ocidente seguindo caminhos diferentes nas controvérsias teológicas. De um lado tem-se a igreja do Oriente a discutir as questões cristológicas e, de outro, a igreja do Ocidente preocupada com os problemas quanto ao pecado e a graça, do livre-arbítrio e da divina predestinação e, isso se deveu à relação dessas com a obra da redenção, mais diretamente evidente do que no caso das questões cristológicas.

Nessa área estão, portanto, as grandes linhas divisórias do cristianismo como o afirma Berkhof²¹: *“Nesse campo é que se acham as principais linhas demarcatórias entre as grandes divisões do cristianismo”*.

2 – A Antropologia dos Pais Gregos

Os Pais Gregos se preocupavam com a cristologia dentro dos seus estudos teológicos, abordando as questões antropológicas de forma superficial. Seu pensamento quanto ao pecado e a graça eram bastante

²¹ Louis Berkhof, **A História das Doutrinas Cristãs**, Publicações Evangélicas Seleccionadas – PES, São Paulo, 1ª Edição em português, 1992, p. 115.

confusas demonstrando maior proximidade com a doutrina que seria desenvolvida por Pelágio e não com o pensamento de Agostinho. No dizer de Berkhof²²: “[...] *eles, até certo ponto, preparam o caminho para o pelagianismo*”.

A igreja do lado Oriental enfatizava o elemento de liberdade na natureza humana, em oposição à idéia pagã da sorte ou destino. Admitia-se que a natureza humana é corrupta, tendo ficado sujeita a Satanás, às tentações sensuais e à morte; e que a nova vida era comunicada quando do batismo. De modo geral, os Pais Gregos colocavam a graça de Deus e o livre-arbítrio do homem lado a lado. Como os dois sistemas eram e são opostos entre si, não tardou para que entrassem em choque.

Pelágio foi um monge britânico, de vida austera, de caráter impoluto, de temperamento equilibrado, um homem tranqüilo, tão livre de misticismo como de aspirações e ambições. Suas posições sobre o pecado e a graça são apresentadas de forma resumida²³ no ANEXO B – Posições Quanto ao Pecado e Graça – Pelágio X Agostinho. Pelágio deu a conhecer seu sistema em Roma (409 – 411 d.C.), tendo sido introduzido na Igreja da África do Norte por um discípulo seu chamado Celéstio, enquanto Pelágio fazia o mesmo na Palestina. Em 412, no entanto, Celéstio foi declarado herege e excomungado em Cartago.

Pelágio, por sua vez, foi acusado de heresia nos Sínodos de Jerusalém e Dióspolis, mas inocentado em (414 – 416). No ano de 416, o pelagianismo foi condenado como heresia pelos Sínodos de Mileve e Cartago com o endosso do bispo de Roma chamado Zózimo. Em 431, o Concílio de Éfeso também condenou como contrários à fé ortodoxa o nestorianismo juntamente com o pelagianismo e o semi-pelagianismo.

²² Ibid., p. 116.

²³ Ibid., p. 122.

As idéias de Agostinho sobre o pecado e a graça foram moldadas, em certa medida, por suas profundas experiências religiosas, durante as quais passou por grandes conflitos espirituais, até emergir finalmente na plena luz do Evangelho. Sua conversão ocorreu num jardim de Milão, após profunda agitação, lágrimas e oração. Foi batizado em 387, e tornou-se bispo de Hipona no ano de 395. Suas posições sobre o pecado e a graça são apresentadas de forma resumida²⁴ no ANEXO B – Posições Quanto ao Pecado e Graça – Pelágio X Agostinho.

No Concílio de Éfeso, a doutrina de Agostinho sobre o pecado e a graça foi adotada, não de forma geral, como a antropologia do Ocidente. Durante os dois ou três séculos que se seguiram após a morte de Agostinho os líderes da igreja permaneceram leais à porção mais prática da sua antropologia. O Sínodo de Orange, por sua vez, adotou um agostinianismo moderado como doutrina da igreja. A doutrina agostiniana da salvação unicamente pela graça foi vitoriosa, mas a doutrina da graça irresistível da predestinação foi suplantada pela idéia da graça sacramental do batismo. A doutrina da dupla predestinação foi abandonada em 529.

3 – A Antropologia da Idade Média

O mais importante nome desse período foi Gregório o Grande, pois os escritos de Agostinho eram entendidos somente conforme interpretado por ele. Assim a história da doutrina na Idade Média forçosamente começa com ele. Nascido em 540 na cidade de Roma, foi estudante diligente de Agostinho, Jerônimo e Ambrósio. Foi eleito papa em 590 e tornou-se autor de grande reputação e muito fez por disseminar a sua doutrina, sendo, depois de Agostinho a autoridade de maior influência na igreja.

²⁴ Ibid., p. 122 a 124.

Agostinho aludira a uma dupla predestinação, mas muitos de seus seguidores nos séculos VII, VIII e IX já haviam perdido de vista esse duplo caráter da predestinação, interpretando-a conforme Gregório fizera. Surgiu, então Gottschalk, que só achava descanso e paz para a sua alma na doutrina agostiniana da eleição; lutou pela dupla predestinação – tanto dos salvos como dos perdidos. Para ele “*a presciência meramente acompanha a predestinação e confirma a sua justiça*”²⁵. Nos Concílios de Quierci²⁶ e Valência²⁷ as posições sobre a doutrina foram analisadas e na declaração do Concílio de Valência reza:

*“Confessamos a predestinação dos eleitos para a vida, bem como a predestinação dos ímpios para a morte; mas que, na eleição dos salvos, a misericórdia de Deus antecede os bons méritos, ao passo que na condenação dos que perecerão os maus méritos antecedem o justo juízo de Deus. Na predestinação, Deus determinou somente aquelas coisas que Ele mesmo faria, ou com base na misericórdia gratuita ou com base em juízo justo[...]Mas que nos ímpios Ele teve presciência da iniquidade porque procede dele; e não a predestina, posto não proceder d’Ele”*²⁸.

O catolicismo romano, por sua vez, abrigava duas tendências: uma semi-agostiniana e outra semi-pelagiana, das quais a última foi assumindo a preponderância. Suas posições sobre o pecado e a graça são apresentadas de forma resumida²⁹ no ANEXO C – Posições Quanto ao Pecado e Graça – Idade Média X Católica Romana.

²⁵ Ibid., p. 128.

²⁶ Concílio realizado em 853.

²⁷ Concílio realizado em 855.

²⁸ Ibid., p. 129.

²⁹ Ibid., p. 127 a 132.

4 – A Antropologia do Período da Reforma

Os reformadores do século XVI seguiram Agostinho e Anselmo na interpretação da doutrina do pecado e da graça. Substituíram a teoria realista pela idéia de pacto, mesmo que não totalmente desenvolvida, serviu para definir a relação entre Adão e seus descendentes. Suas posições sobre o pecado e a graça são apresentadas de forma resumida³⁰ no ANEXO D – Posições Quanto ao Pecado e Graça – Reforma X Pós-Reforma.

No início do século XVII a doutrina calvinista do pecado e da graça sofreu oposição na Holanda que se tornou o centro da grande controvérsia arminiana. Arminius, discípulo de Beza, que em princípio era calvinista, acabou por afastar-se das doutrina calvinistas passando a defender a doutrina da graça universal e do livre-arbítrio. Seu sucessor e outros discípulos³¹ afastaram-se ainda mais da doutrina aceita pela Igreja e, finalmente, deram corpo a suas idéias num protesto que consistia de cinco artigos³²:

1. *Deus elege ou reprovava na base da fé prevista ou da incredulidade.*
2. *Cristo morreu por todos os homens em geral e em favor de*

³⁰ Ibid., p. 133.

³¹ [O sucessor de Arminius em Leiden foi Episcópio, entre os seguidores deste encontram-se nomes como Uitembogaert, Grócio, Limborch. Ibid., p. 136].

³² [Os Cinco Pontos do Calvinismo tiveram sua origem a partir de um protesto que os seguidores de James Arminius (um professor de seminário holandês) apresentaram ao “Estado da Holanda” em 1610, um ano após a morte de seu líder. O protesto consistia de “cinco artigos de fé”, baseados nos ensinamentos de Arminius, e ficou conhecido na história como a “Remonstrance”, ou seja, “O Protesto”. O partido arminiano insistia que os símbolos oficiais de doutrina das Igrejas da Holanda (‘Confissão Belga e Catecismo de Heidelberg’) fossem mudados para se conformar com os pontos de vista doutrinários contidos no Protesto. As doutrinas às quais os arminianos fizeram objeção eram as relacionadas com a soberania divina, a inabilidade humana, a eleição incondicional ou predestinação, a redenção particular (ou expiação limitada), a graça irresistível (chamada eficaz) e a perseverança dos santos. Essas são doutrinas ensinadas nesses símbolos da Igreja Holandesa, e os arminianos queriam que elas fossem revistas. Tradução livre e adaptada do livro "The Five Points of Calvinism - Defined, Defended, Documented", de David N. Steele e Curtis C. Thomas, Parts I e II, (Presbyterian & Reformed Publishing Co, Phillipsburg, N.J., U. S.A.)].

cada um, em particular, embora somente os que crêem sejam salvos.

3. *Devido à depravação do homem, a graça divina é necessária para a fé ou qualquer boa obra.*

4. *Essa graça pode ser resistida.*

5. *Se todos os que são verdadeiramente regenerados vão seguramente perseverar na fé é um ponto que necessita maior investigação³³.*

Em resposta ao protesto “arminiano” foi convocado em 1618 o sínodo pelos Estados Gerais da Holanda, no qual os arminianos participaram como acusados. O Sínodo mostrou-se intransigente quanto às questões doutrinárias que foram apresentadas: rejeitou os cinco artigos do Protesto, e adotou cinco cânones calvinistas, nos quais as doutrinas da Reforma, mormente as de Calvino, relativas àqueles pontos disputados, foram assim definidos:

- 1) *A Inabilidade Total ou Depravação Total;*
- 2) *A Eleição Incondicional;*
- 3) *A Redenção Particular ou Expição Limitada*
- 4) *A Chamada Eficaz ou Graça Irresistível, e*
- 5) *A Perseverança dos Santos*

As decisões do sínodo, como o afirma Berkhof³⁴, foram importantes pelas seguintes razões:

a) *“Foram pronunciamentos sobre alguns dos pontos mais capitais da teologia reformada, e que até então não tinham recebido consideração cuidadosa”;*

33 [Esse último ponto foi depois alterado para ensinar definitivamente a possibilidade de os realmente regenerados perderem sua fé, e, por conseguinte, a sua salvação. Todavia, nem todos os arminianos estão de acordo, nesse ponto. Há muitos que acreditam que os verdadeiramente regenerados não podem perder a salvação e estão eternamente salvos. Ibid., p. 1].

³⁴ BERKHOF, L. op. cit. p. 138.

b) *“Para todos os efeitos foram pronunciamentos de um concílio ecumênico, do qual participaram os mais hábeis teólogos da época, o corpo mais representativo que já se reunira”;*

c) *“Puseram fim à incerteza que prevalecera nas igrejas da Holanda, incerteza essa sentida também em outras nações, tendo assim neutralizado um grande perigo que ameaçava a fé reformada”;*

d) *“Exerceram influência determinante sobre a composição da posterior confissão de Fé de Westminster”.*

5 – IDÉIAS ANTROPOLÓGICAS DOS TEMPOS PÓS-REFORMADOS

Embora no período da pós-Reforma não tenha havido controvérsias que contribuíssem trazendo novos elementos e nem mesmo sínodos e concílios trazendo a formulação de novos dogmas, se podem notar duas divergências quanto ao ensino da Reforma: da posição arminiana para o arminianismo de Wesley e a da posição reformada na Nova Inglaterra³⁵ apresentada de forma resumida no ANEXO D – Posições Quanto ao Pecado e a Graça – Reforma X Pós-Reforma.

II – A ELEIÇÃO – CONSIDERAÇÕES SOCIOLÓGICAS

Ao se empreender a busca pela construção da realidade uma das possibilidades, no entender do sociólogo Peter Berger, é fazê-la por meio do estudo do fenômeno religioso. Ele afirmou que: *“a religião é o meio necessário para a manutenção do mundo criado como empreendimento humano e que ocupa um lugar destacado nesse empreendimento”³⁶*.

³⁵ Ibid, p. 140 a 142.

³⁶ Peter L. Berger, **O DOSSEL SAGRADO** – Elementos para uma Teoria Sociológica da Religião, São Paulo, Paulus, 5ª Ed., 2004, p.15.

Dessa maneira é possível estudar o calvinismo como fenômeno religioso, através da doutrina da eleição como influenciadora na construção dessa realidade e explicar a ação do homem na perpetuação da sociedade que cria e vive. Um exemplo disso é observável a partir da maior nação do mundo moderno, os Estados Unidos da América, cujo substrato social foi formado pela influência das doutrinas calvinistas.

Assim, a “Doutrina da Eleição” através de seu “discurso legitimador³⁷” e, internalizada pelo indivíduo, cumpre esse papel de construção do indivíduo e da sociedade aonde representar seu papel social. O Sociólogo Max Weber (1864-1920) em sua obra intitulada “A Ética Protestante e o Espírito do Capitalismo” vislumbrou essa relação sócio-religiosa-econômica ao observar a existência de empresários e trabalhadores cuja mão de obra era altamente qualificada, ligando essa observação não somente às razões históricas, mas, também, pela sua confissão religiosa. Assim disse ele:

“[...] o caráter predominantemente protestante dos proprietários do capital e empresários, assim como das camadas superiores da mão de obra qualificada, notadamente do pessoal de mais alta qualificação técnica ou comercial das empresas modernas³⁸”.

“[...] e isso se deve em parte a razões histórica que remontam a um passado distante em que a pertença a uma confissão religiosa não aparece como causa de fenômenos econômicos, mas antes, até certo ponto, como consequência deles³⁹”.

“Nesses casos, a relação de causalidade repousa sem dúvida no fato de que a peculiaridade espiritual inculcada pela educação, e aqui vale dizer, a direção conferida à educação pela atmosfera religiosa da região de origem e

37 Ibid, p. 45.

38 Max Weber, **A Ética Protestante e o Espírito do Capitalismo**, Edição de Antônio Flávio Pierucci, Companhia das Letras, Editora Schwarcz, São Paulo, 4ª reimpressão, 2004, p. 29.

39 Ibid., p. 30.

da casa paterna, determinou a escolha da profissão e o subseqüente destino profissional⁴⁰.

Portanto, deve-se buscar a razão desse comportamento na “*peculiaridade intrínseca e duradoura de cada confissão religiosa, e não, somente, na respectiva situação exterior histórico-política*” [...] buscar “*dentre os elementos dessa peculiaridade das confissões, aqueles que atuaram e em parte ainda atuam na direção indicada*” e que se traduz “*num forte predomínio de interesses religiosos na conduta de vida*”; ao qual Weber define como “*espírito do capitalismo*” ou seja, “*um ethos que se expressa*” e “*assume um caráter de uma máxima de conduta de vida eticamente coroada*”, uma “*ética*” peculiar cuja violação não é tratada apenas como desatino, mas como uma espécie de falta com o dever.

Para a devida compreensão das constatações de Weber, é preciso entender o contexto que serviu de pano de fundo, ou seja, a educação puritana. No modelo educacional Reformado-puritano não havia espaço para a ignorância e, para isso, o estudo era encarado de forma ampla, pois oferecia uma visão holística de todas as áreas do saber, evitando a dicotomia entre o saber religioso e o não religioso, o espiritual e o natural⁴¹.

Para o modelo educacional Reformado-Puritano a ignorância era algo extremamente temido e a frase de Melanchton⁴² atesta esse temor “*a ignorância é a maior adversária da fé, devendo, por isso mesmo ser combatida*”. Em todos os níveis educacionais a ênfase puritana tanto quantitativa, quanto qualitativa deixara suas marcas e, por de trás desta inclinação pedagógica e social herdada

⁴⁰ Ibid., p. 33.

⁴¹ “Os estudantes ministeriais em Harvard não apenas aprendiam a ler a Bíblia na sua língua original e a expor teologia, mas também estudavam matemática, astronomia, física, botânica, química, filosofia, poesia, história e medicina”. Leland Ruken, **Santos no Mundo**, São José dos Campos, São Paulo, Fiel, 1ª Ed. Em Português, 1992, p. 174 et seq.

⁴² Franco Cambi, *História da Pedagogia*, São Paulo: Editora UNESP, 1999, p. 250-251.

da Reforma se encontrava num firme fundamento teológico amparado em três baluartes:

a) O conceito de Deus reconhecido como Criador e Senhor de todas as coisas, sendo o doador da vida e de tudo que temos. O Deus a Quem devemos conhecer experimentalmente, amar, obedecer e cultuar;

b) O homem que como imagem e semelhança de Deus deve ser respeitado, amado e ajudado, e

c) O propósito do homem nesta vida – a glória de Deus.

Para o puritano, a educação tinha como objetivo preparar o homem para melhor servir a Deus na sociedade a fim de que Deus fosse glorificado; não tinha um fim em si mesma, antes, era caracterizada por um propósito específico assim definido por John Milton (1608-1674):

“O objetivo da aprendizagem é corrigir as ruínas de nossos primeiros pais, recuperando o conhecer a Deus corretamente, e a partir deste conhecimento, amá-lo, imitá-lo e ser como Ele, do modo mais aproximado possível, tornando nossas almas possuidoras de verdadeira virtude que, unida à graça celestial da fé, constrói mais alta perfeição⁴³”.

E continua ele: *“Chamo de uma educação completa e generosa aquela que capacita um homem para atuar justamente, habilidosamente, magnanimamente, em todos os ofícios, tanto privado como públicos⁴⁴”.*

⁴³ John Milton, Of Education. In: Gordon Campbell, ed. John Milton: The Complete English Poems, New York: Everyman's Library, 1990, p. 557.

⁴⁴ Ibid., p. 557.

Assim, há uma mudança radical de perspectiva, a educação passa a ser vista não mais a partir do ensino, mas do aprendizado e, em especial do homem que resulta deste saber⁴⁵ preparado para realizar a obra que Deus lhe confiou. Isso, para os calvinistas, é fator de mudança da cosmovisão e interfere no modo como ele se relaciona com a criação – mundo que o cerca; o relacionamento com o próximo que compartilha do mesmo espaço na sociedade que atua como agente de transformação; no trabalho encarado como bênção de Deus e, que, portanto, deve ser feito para o louvor da glória d’Ele em tudo quanto lhe vier às mãos para fazer e no seu relacionamento com o Deus que o elegeu não somente para a salvação, mas para ser Seu embaixador neste mundo.

III – ARGUMENTOS REFORMADOS EM FAVOR DA ELEIÇÃO

Antes de se encetar a busca quanto à doutrina reformada calvinista da Eleição, faz-se necessário, esclarecer que não é objetivo, nesse capítulo, discutir as possíveis diferentes interpretações quanto a Eleição no decorrer da história, mas, antes de tudo, fornecer alguns subsídios para que se entenda a sua importância. Uma vez que essa importância foi verificada por Weber. E, o por quê do protestante reformado se sentir motivado a viver por ela.

1 – ARGUMENTOS TEOLÓGICOS

A doutrina da predestinação é apresentada na Teologia Sistemática dentro do capítulo destinado “**Às Obras de Deus**” e “**Dos Decretos Divinos em Geral**”, e, antes de dela se tratar, há que se considerar às palavras de Charles Hodge⁴⁶ (1797-1878) ao afirmar que:

⁴⁵ [O saber é para viver autenticamente em comunhão com Deus, refletindo isso no cumprimento de nossos deveres religiosos, familiares, políticos, sociais e culturais, agindo num mundo de forma coerente com a nossa nova natureza, objetivando em tudo a Glória de Deus].

⁴⁶ Charles Hodge, *Systematic Theology*, Grand Rapids, Michigan: Eerdmans, 1986, Vol. I, p. 535.

“[...] A teologia não é filosofia. Não pretende descobrir a verdade nem conciliar o que ensina como verdadeiro com todas as outras verdades. Seu lugar é simplesmente declarar o que Deus tem revelado em sua Palavra, e justificar estas declarações até onde é possível frente a equívocos e objeções. Este limitado e humilde ofício da teologia é especialmente necessário ter em mente, quando passamos a falar dos atos e propósitos de Deus”.

Para se entender a Doutrina da Predestinação faz-se necessário conhecer primeiro aquilo que os reformados entendem por “Decreto de Deus”.

A Teologia Bíblica Reformada enfatiza a crença na soberania de Deus, em virtude da qual Ele determinou soberanamente, desde toda a eternidade, tudo quanto há de suceder, e executa a Sua soberana vontade em Sua criação toda, natural e espiritual, de conformidade com o Seu plano pré-determinado. Interpretando aquilo que escreveu o apóstolo Paulo de Tarso em sua carta aos Efésios, capítulo um, verso onze: *“nele, digo, no qual fomos também feitos herança, predestinados segundo o propósito daquele que faz todas as coisas conforme o conselho da sua vontade”*⁴⁷, o Doutor Campos⁴⁸ assim escreveu:

“O decreto divino é formado na eternidade, mas é executado no tempo. Os decretos divinos, conseqüentemente, compreendem aqueles eventos que ocorrem no tempo. Deus preordena na eternidade aquilo que vem a acontecer no tempo e no espaço”.

O que é possível aprender com essa definição é que a doutrina dos decretos de Deus está ligada à doutrina da providência⁴⁹ a qual considera a execução histórica do decreto eterno de Deus. Assim, na visão reformada, o

⁴⁷ Bíblia na versão Almeida Revista e Atualizada, que daqui por diante será identificada como “ARA”, por ser a versão mais utilizada entre os reformados calvinistas que foram objetos desse trabalho.

⁴⁸ Heber Carlos de Campos, **Os Decretos de Deus**, Editora Cultura Cristã, 1ª edição, São Paulo, 2000, p. 270.

⁴⁹ Providência é a atividade do Deus triúno por meio da qual Ele (a) provê as necessidades de suas criaturas. (b) preserva todo o universo criado, (c) dirige todos os caminhos individualmente, (d) governa toda a obra de suas mãos, (e) retribui todas as obras más e (f) concorre em todos os atos de suas criaturas racionais, sejam atos bons ou maus, de modo que nada escapa ao seu controle. Dr. Heber Carlos de Campos, **A Providência e a sua realização histórica**, Editora Cultura Cristã, 1ª edição, São Paulo, 2001, p. 13.

decreto está vinculado à eternidade, enquanto a providência ao tempo sendo, portanto, histórica. Desse modo há que se observar à ligação existente entre o decreto e a providência com a queda do homem, como salientou o Doutor Campos⁵⁰:

“[...] devemos considerar a ligação direta do decreto e da providência com a queda do homem para que não ocorra nenhuma distorção quanto ao ensino geral sobre o Ser de Deus e Suas Obras”.

Portanto, o fim ou a causa final contemplada no decreto de Deus é a Sua própria glória, pois nele é encontrado um propósito eterno que é livre, soberano, único e exclusivamente determinado pelo conselho de sua própria vontade e abrange todos os acontecimentos. Quando a doutrina reformada calvinista fala em decretos de Deus, esta a falar da Sua vontade, da Sua autoridade soberana sobre a criação e tudo que nela há.

Partindo desse entendimento, os reformados baseiam a importância do seu modo de vida, chamada por Weber⁵¹ de *“o caráter de uma máxima de conduta de vida eticamente coroada”*, pois se sentem participantes do “Decreto de Deus” e que tudo quanto fazem, produzem, ganham, estudam e etc., tem por finalidade glorificar o Deus que os incluiu em Seu Decreto Eterno e que os conduz através do tempo a esse propósito, baseado, única e exclusivamente, na Sua vontade.

Quanto à doutrina da predestinação, o reformado, considera dois aspectos, a saber, eleição e reprobção, a predeterminação tanto dos bons como dos maus para o seu fim definitivo, e para certos fins próximos, que servem de instrumento para o cumprimento do seu destino final.

⁵⁰ “Essa distinção faz-se necessária porque luteranos e católicos discutem a questão da predestinação dentro da soteriologia e, não como fazendo parte da Teontologia. Embora, essencialmente não exista nenhuma diferença, quanto ao local da inclusão do assunto, nós Reformados entendemos que a doutrina da predestinação não é matéria da antropologia ou soteriologia, mas do entendimento da natureza do Ser de Deus e, portanto, tem mais há ver com a Sua Glória do que necessariamente com a salvação do homem; pois o fim principal de todas as coisas registradas na revelação divina é a glória final de Deus”. Heber Carlos de Campos, **Os Decretos de Deus**, Editora Cultura Cristã, São Paulo 1ª Edição, 2000, p. 312.

⁵¹ Ibid., A Ética Protestante, p. 45.

1.1 - Os Credos e as Confissões de Fé

A utilização de Catecismos e das Confissões de Fé durante a Reforma do século XVI se mostrou ferramenta de grande importância para a educação dos crentes, como acentua o Dr. Hermisten⁵²:

“Serviam como ensino proposicional a respeito da fé cristã, ao mesmo tempo em que combatiam ênfases ou ensinamentos essencialmente errados” [...] “declarar publicamente sua fé de forma responsiva” [...] e “recitados como testemunho de sua fé”.

Essa ferramenta atendia aos princípios da exigência e da necessidade, ou seja, é uma exigência que o crente conheça a sua fé, sabendo no “que” e “por que” crêem, é, portanto, uma fé explícita. Mas para que essa exigência fosse satisfeita era necessário o provimento de material adequado ao estudo e reflexão, e sobre ele se construir uma “marca” que não somente os diferenciava, criava uma nova identidade e uma nova cosmovisão.

Ao que parece, Lutero (1483-1546) e Melâncton (1497-1560) foram os primeiros a usar a palavra “símbolo” para os credos protestantes, passando desde então a designar os Catecismos e Confissões adotadas pelas Igrejas Luteranas e Reformadas como elementos distintivos da sua compreensão teológica. Mas essa prática não nasceu com a Reforma Protestante; no Antigo Testamento encontramos essa utilização na “SHEMÁ”, que quer dizer “ouve”, uma espécie de “credo judaico” que consistia na leitura de Dt 6.4-9; 11.13-21 e Nm 15.37-41. O Shemá era repetido três vezes ao dia, sendo usado liturgicamente na sinagoga e, possivelmente, Dt 26.5-9.

⁵² Hermisten Maia Pereira da Costa, **Eu Creio no Pai, no Filho e no Espírito Santo**, Edições Parakletos, São Bernardo do Campo, São Paulo, 1ª Edição, 2002, p. 27/28.

שְׁמַע יִשְׂרָאֵל יְהוָה אֱלֹהֵינוּ יְהוָה אֶחָד:

“Ouve, Israel, o SENHOR, nosso Deus, é o único SENHOR”. (Dt 6.4 – ARA)

Já no Novo Testamento encontramos mais que um credo, mas um corpo doutrinário fixo da igreja cristã. Há referência às Tradições (2 Ts 2.15); à “Doutrina dos Apóstolos” (At 2.42); à “palavra da vida” (Fp 2.16); “Pregação” (Rm 16.25; 1 Co 1,21); à “Fé evangélica” (Fp 1.17); às “sãs palavras” (2 Tm 1.13); à “confissão” (Hb 3.1; 4.14; 10.23) entre outros. Há, também, aquelas que parecem indicar as primeiras confissões da igreja: “Jesus, o Cristo” (At 5.42); “Jesus Cristo é Senhor” (Fp 2.11; 1 Co 12.3); “Jesus Cristo Filho de Deus” (At 8.37; Mt 16.16; 1 Jo 4.15).

Os Credos em princípio, afirma o Dr. Hermisten⁵³ “[...] não pretendem ser uma exposição exaustiva da fé, antes consistem numa declaração de fé dos pontos considerados essenciais à existência da Igreja Cristã”. A presença dessa doutrina em praticamente todas as confissões de fé demonstra a sua importância ou essencialidade, como se pode ver na Confissão Gaulesa ou Confissão de Fé de LaRochelle (1559); na Confissão Escocesa (1560); Confissão Belga (1561); Segunda Confissão Helvética (1562-1566); no 39 Artigos de Religião (1563) da Igreja Episcopal Anglicana Reformada; nos Cânones de Dort (1618-1619); na Confissão de Fé de Westminster (1647-1648) e no seu Catecismo Maior; Confissão de Fé Batista de Londres (1689) e na Confissão Anglicana.

Esses pontos considerados essenciais estavam tão internalizados nas consciências dos protestantes que, por onde quer que fossem, eram reproduzidas em qualquer situação. Deixar-se-á aqui a guisa de exemplo a Confissão de Fé⁵⁴ escrita em Guanabara por Jean du Bourdel⁵⁵ entre

⁵³ Ibid., **Eu creio**, p. 26.

⁵⁴ Jean Crispin, *A Tragédia da Guanabara*, Editora Cultura Cristã, São Paulo, 1ª Edição, 2007, p. 55 et. seq.

04/01/1558 e 09/02/1558 para darem razão de sua fé em resposta à acusação de heresia imposta por Villegaignon. Ela é digna de nota porque entre os seus autores encontravam-se, além de Bourdel, Matthieu Verneuil, Pierre Bourdon e André la Fon, todos calvinistas que a elaboraram sem qualquer utilização de literatura de apoio, a não ser um exemplar das Escrituras [Bíblia]. Seus registros são o fruto daquilo que aprenderam na igreja da qual Calvino era pastor e, reproduziram em suas vidas mesmo diante do martírio eminente.

2 – ARGUMENTOS BÍBLICO-GRAMATICAIIS

Antes de se fazer qualquer consideração a respeito desse assunto, é imperativa a transposição de barreiras e pressupostos. Removê-las tanto quanto possível, deixando mente e coração abertos à aprendizagem daquilo que a Palavra, na perspectiva reformada, ensina sobre esse assunto. Assim, mais uma vez ouvi-se a voz de Calvino a dizer: *“A função peculiar do Espírito Santo consiste em gravar a Lei de Deus em nossos corações⁵⁶”*. E, noutro lugar diz:

“Ponderem, por instantes, aqueles a quem isto se afigura áspero, quão tolerável lhes seja a impertinência, quando, porque lhes excede a compreensão, rejeitam matéria atestada de claros testemunhos da Escritura e inquinam de vício o serem a público trazidas cousas que, a não ser que houvesse reconhecido serem proveitosas de conhecer-se, Deus jamais haveria ordenado fossem ensinadas através de Seus Profetas e Apóstolos. Ora, nosso saber não deve ser outra cousa senão abraçar com

⁵⁵ “Para redigir a resposta, elegeram Jean du Bourdel, não só porque era o mais velho de entre eles, como em razão de ser o mais letrado e de possuir conhecimentos da língua latina [...], concluída a redação da resposta aos artigos do almirante, procedeu repetidas vezes a sua leitura perante os seus companheiros, interrogando-os a propósito de cada ponto”. Ibid., p. 54.

⁵⁶ J. Calvino, O Livro dos Salmos, Vol. II, (Sl 40.8), p. 228. “O ensino interno e eficaz do Espírito é um tesouro que lhes pertence de forma peculiar”. [...] A voz de Deus, aliás, ressoa através do mundo inteiro; mas ela só penetra o coração dos santos, em favor de quem a salvação está ordenada “. (J. Calvino, O Livro dos Salmos, Vol. II, (Sl 40.8), p. 229)”.

branda docilidade e, certamente, sem restrição, tudo quanto foi ensinado nas Sagradas Escrituras⁵⁷.

Já que o ponto de partida é a Palavra de Deus, não é possível contestar a existência da palavra ELEIÇÃO nas Escrituras, embora, é bem verdade que muitas vezes ela não está inserida no contexto teológico-redentivo (salvação); segue-se, então, que se deve procurar nela, a Palavra de Deus, tanto a ocorrência como o significado.

2.1 – A Eleição no Antigo Testamento

Conforme a interpretação reformada a palavra mais importante encontrada no **Antigo Testamento** para designar eleição é o verbo בָּחַר (Bãhar), que significa: “escolher”, “eleger”, “decidir por” e etc. Esse verbo e seus análogos ocorrem 198 vezes no Antigo Testamento, cuja maior incidência de emprego dá-se na modalidade “qal⁵⁸” em 146 vezes indicando uma ação completa e, usado 100 vezes referindo-se a Deus como sujeito da ação⁵⁹. O aspecto a ser destacado é a idéia que enseja em seu conteúdo, a de sempre se executar uma escolha criteriosa⁶⁰, bem pensada – daí, também o seu sentido de “**testar**” e “**examinar**”. encontrados em textos como o do profeta Isaías na capítulo 48, verso 10, e, o do rei Salomão no livro de Provérbios capítulo 10, verso 20.

⁵⁷ Ibid., Instituas, Livro I, 18.4.

⁵⁸ A forma mais simples da maioria dos verbos em hebraico – que é a forma na qual estão listados no dicionário – é a terceira pessoa do masculino singular do perfeito Qal. O Qal é a denominação dada ao tronco simples do verbo na voz ativa. Os verbos hebraicos têm duas categorias de flexões que englobam todas as variações possíveis de pessoa, gênero e número. São conhecidas como a flexão do perfeito e a flexão do imperfeito. Estes termos são usados para **refletir a natureza da ação das formas verbais**, e não o seu tempo. **As formas verbais no perfeito refletem uma ação concluída**. Page H. Kelley, **Hebraico Bíblico – Uma Gramática Introdutória**, Editora, Sinodal, São Leopoldo, RS, 1998, p. 109/113.

⁵⁹ Ver tabela de sua utilização em H. Wild Berger, Elegir: In: **Dicionário Teológico Manual Del Antigo Testamento**, Madrid, Ediciones Cristiandad, 1978, Vol I, p. 409 e G. Quell, Εκλεγμαι: **Theological Dictionary of the New Testament**, Vol. IV, p. 146.

⁶⁰ Considerando também as opções encontradas nos textos de 2 Sm 17.40; 2 Rs 18.25; Is 1.29 e 40.20, o que não significa, como veremos, que as escolhas feitas pelos homens sejam sempre as melhores.

Ao se analisar algumas das formas como בָּהַר (Bāhar) é utilizado, encontramos o que segue: a) É utilizado no sentido geral para a escolha de:

- a) Homens para a guerra (Ex 17.9; Js 8.3);
- b) Pedras para a funda (1 Sm 17.40);
- c) Esposas (Gn 6.2);
- d) Oferta para o Sacrifício (1 Rs 18.23; 1 Rs 18.25);
- e) Madeira para a confecção de ídolo (Is 40.20);

f) Ídolos feitos pelos homens (Jz 5.8; 10.14; Dt 30.19; Js 24.15; Is 41.24), que envolve desobediência a Deus: (Is 65.12), optando pelo seu caminho (Is 66.3);

g) Outros deuses e de outro culto é certamente uma possibilidade inerente à liberdade de Israel e à liberdade dos homens. A liberdade de realizar uma eleição desse tipo significa a possibilidade de fracassar⁶¹;

h) Um Rei, feita pelo povo (1 Sm 8.18 e 1 Sm 12.13); f) para a escolha do lugar de Sua habitação (Gn 13.11) e,

i) para a escolha de juízes (Ex 18.25).

בָּהַר (Bāhar) no sentido teológico é usado para a escolha de pessoas individualmente (Ne 9.7; Sl 78.70; Sl 9.3; Sl 105.26; Sl 106.23; Ag 2.23; 1 Cr 16.41).

2.2 – A Eleição no Novo Testamento

Já no **Novo Testamento**, os calvinistas encontram no verbo **eklegomai** (escolher, selecionar) e seus análogos, o mesmo sentido de בָּהַר (Bāhar), do Antigo Testamento. **eklegomai** ocorre 20 vezes; o adjetivo **eklektoj** (eleito, escolhido, selecionado) ocorre 23 vezes, indicando a pessoa ou a coisa escolhida. Já o substantivo **eklogh**

⁶¹ H. Wildberger, Elegir: In: **Dicionário Teológico Manual Del Antigo Testamento**, Madrid, Ediciones Cristiandad, 1978, Vol I, p. 436.

(seleção, escolha, eleição) é empregado 7 vezes. Um outro verbo muito comum no Grego clássico, porém pouco usado no Novo Testamento (apenas 3 vezes) é **aireomai** (escolher, preferir) encontrado nos textos de Fp 1.22; 2 Ts 2.13 e Hb 11.25.

No seu sentido geral encontramos sua utilização na escolha que Maria fez da melhor parte (Lc 10.42); na escolha dos melhores lugares (Lc 14.7); na escolha entre a morte e a vida (Fp 1.21-23); na escolha de ser fiel ao Seu povo (Hb 11.24-25). No seu sentido teológico temos a escolha do Messias (Lc 9.35; Lc 23.35; 1 Pe 2.4 e 6). Murray⁶², afirmando a esse respeito nos diz que:

“Quando essa escolha refere-se ao Messias, ela aponta para o ofício sem paralelo e distintivo que Lhe foi investido, bem como para o deleite peculiar que Deus Pai tem por Ele”.

Na eleição de Israel como povo de Deus (At 13.17; Rm 11.5); na eleição dos anjos (1 Tm 5.21). A expressão aplicada aos anjos parece referir-se àqueles que, amados por Deus, foram capacitados pela graça a perseverarem na sua condição original, sendo por isso, confirmados por Deus⁶³ nesse estado de obediência. Na escolha de pessoas feita diretamente por Deus ou, através da Igreja para uma tarefa específica (At 6.5; At 9.15; At 15.7; At 15.22; At 15.25). Na escolha dos doze apóstolos e de Matias (Lc 6.13; Jo 6.70; Jo 15.16; At 1.2 e At 1.24); na escolha de pessoas para serem salvas (Mt 22.14; Rm 11.15; 1 Co 1.27-28; Ef 1.4; 1 Ts 1.4; Tg 2.5; 1 Pe 1.2; 2 Pe 1.10; 2 Ts 2.13).

⁶² J. Murray, “Elegido, Election”, In: **Diccionario de Teología**, E. F. F. Harrison, ed. Michigan, TELL, 1985, p. 185.

⁶³ Estes “anjos eleitos” podem ser identificados como “santos anjos”, contrastando com aqueles que pecaram (2 Pe 2.4; Jd 6), ver L. Berkhof, **Teologia Sistemática**, Campinas, São Paulo, Luz Para o Caminho, 196, p. 145.

2.3 – Três Argumentos Basilares

Para efeito dessa reflexão tomar-se-á a definição de Eleição feita pelo Doutor Costa⁶⁴ ao considerar àquela elaborada em Dort⁶⁵:

“Eleição é o ato de Deus, por meio do qual, Ele decretou – livre, soberana e misericordiosamente – salvar em Cristo Jesus um determinado número de homens – dentre toda a raça humana voluntariamente caída -, aplicando, no decorrer da História, a Sua Graça Redentora, capacitando-os, pelo Espírito Santo, a responder com fé, à mensagem redentiva de Cristo, sendo preservados assim, até o fim”.

Para os reformados existem 3 pressupostos que os levam ao entendimento da doutrina da Eleição, a saber: A Existência de um Plano Divino; A Liberdade Soberana de Deus e as Conseqüências do Pecado Sobre o Ser Humano.

2.3.1 - A Existência de Um Plano Divino

O primeiro pressuposto a ser considerado é a **Existência de um Plano Divino**, pois a Eleição tem um propósito específico. Esta escolha feita na eternidade indica a existência de um plano dirigido pelo próprio Deus para a execução da Sua livre e Soberana Vontade. Pelo fato de Deus ser Todo-Poderoso, pode determinar livremente as Suas ações, o que de fato faz, manifestando tal poder nos Seus decretos⁶⁶. A afirmativa de Charles Hodge⁶⁷ (1797-1878) expressa essa idéia ao dizer:

⁶⁴ Rev. Hermisten M. P. Costa, **A Eleição de Deus**, texto de aula apresentado no Seminário Teológico Presbiteriano “Rev. José Manoel da Conceição”, São Paulo, 05/03/1997, p. 9.

⁶⁵ Cânones de Dort. <<http://www.ipb.org.br/download/index.php3>>. Acesso em: 17 set. 2007.

⁶⁶ Os decretos de Deus são os atos sábios, livres e santos do conselho da sua vontade, pelos quais desde toda a eternidade, Ele para toda Sua glória, imutavelmente predestinou tudo o que acontece, especialmente com referência aos anjos e aos homens (Catecismo Maior, pergunta 12). Deus não decretou meramente fazer o

“Um plano supõe a seleção de um fim definido ou objetivo a ser realizado; a seleção de meios apropriados, e a aplicação efetiva e controle desses meios para a realização do fim projetado”.

2.3.2 – A Liberdade Soberana de Deus

O segundo pressuposto é a **Liberdade Soberana de Deus**. Que querem dizer os reformados com essa expressão? Afirmar a supremacia, a realeza e a divindade de Deus. Dizer que Deus é soberano é declarar que Deus é Deus. Dizer que Deus é soberano é declarar que ele é o Altíssimo e que tudo faz segundo sua vontade. O profeta Daniel registrou essa verdade ao escrever:

“Todos os moradores da terra são por ele reputados em nada; e segundo a sua vontade ele opera com o exército do céu e os moradores da terra; não há quem lhe possa deter a mão, nem lhe dizer: Que fazes?” (Dn 4.35).

Na interpretação reformada das Escrituras a soberania de Deus é absoluta, irresistível e infinita. Afirmar a soberania de Deus é reconhecer o Seu direito de governar o universo, criado para a Sua própria glória exatamente como lhe aprouver. A soberania caracteriza a totalidade do ser de Deus, Ele é soberano em todos os Seus atributos e soberano no exercício do Seu poder, Seu poder é

homem, pôr-lhe sobre a terra, e então lhe deixar sob sua própria vontade incontrolada; senão que fixou todas as circunstâncias da morte dos indivíduos, e todos os pormenores que a história da raça humana compreende, desde o seu princípio até o seu fim. Não decretou somente que deviam ser estabelecidas leis para o governo do mundo, senão que dispôs a aplicação das mesmas em cada caso particular [...] Os cuidados da Providência alcançam a mais insignificante das criaturas e o menor dos acontecimentos, tais como a morte de um pardal ou a queda de um fio de cabelo (A. W. Pink, Os Atributos de Deus, p. 14-15). Isso, de forma alguma, tem há ver com o fatalismo que se caracteriza pela convicção de que todos os acontecimentos estão previamente fixados de forma irrevogável por uma causa sobrenatural; é uma “atitude de mente que aceita qualquer acontecimento como tendo sido obrigado e decretado acontecer” (Enciclopédia Britânica, Vol. 9, verbete Fatalismo). A Bíblia não ensina o fatalismo, ao contrário, ela fala de um Deus que criou e governa o universo de forma sábia, soberana e pessoal, agindo através das Leis criadas por Ele mesmo; desta forma, os cristãos não afirmam que o mundo é governado pelas leis da natureza, mas sim, que é governado por Deus, por meio das leis por Ele criadas.

⁶⁷ Charles Hodge, **Systematic Theology, Michigan**, USA, Eerdmans, 1986, Vol. II, p. 313.

exercido conforme quer, quando quer e aonde quer. Dizem os calvinistas que tal fato é evidente em cada página das Escrituras, dizer que Deus é soberano é declarar que Ele é o “*único soberano, Rei dos reis e Senhor dos senhores*” (1 Tm 6.15).

2.3.3 – Os Efeitos do Pecado sobre o Homem

O terceiro pressuposto que deve ser considerado é o do **Efeito do Pecado Sobre o Homem**. Uma definição de pecado é: Qualquer falta de conformidade com a lei de Deus, ou a transgressão de qualquer lei por ele dada como regra à criatura racional. Nesta definição são contempladas três dimensões:

a) Pecado é falta ou ausência de conformidade, isto é, não estar em consonância, adaptado à Lei de Deus.

b) Pecado de omissão é deixar de fazer aquilo que Deus ordena. Se Deus nos manda amar nosso próximo e não o fazemos, isso é pecado. O pecado é definido como transgressão da lei e transgredir a lei é ultrapassar seus limites, é ir além de seus limites. Por isso, às vezes se define o pecado como transgressão. Anda-se por onde é proibido andar! Aqui falamos de pecados de comissão com os quais cometemos ações proibidas por Deus, quando a lei de Deus é pronunciada em termos negativos “Não Farás”.

c) O pecado é uma ação praticada por criaturas racionais. Como criaturas racionais feitas à imagem de Deus, somos agentes morais livres, visto que temos mente e vontade, somos capazes de realizar ações morais boas e más. Quando fazemos o que sabemos ser errado, decidimos desobedecer à lei de Deus e pecamos.

Na interpretação reformada se afirma que todo pecado é grave, pois todos representam um ato de rebelião contra Deus. Todo pecado é um ato de traição cósmica, uma tentativa de destituir Deus da sua autoridade soberana. Quando se peca contra Deus, se pratica violência contra Sua Santidade. Quando se peca contra o próximo, sua humanidade é violentada. Assim, o homem desde a queda encontra-se sob o domínio do pecado e, por isso mesmo, é incapaz de responder positivamente aos fins para os quais fora criado. O pecado corrompeu as três dimensões pelas quais o homem se manifesta, ou seja, o seu intelecto ou razão, a sua vontade e as suas emoções.

Portanto, é justamente a contaminação, pelo pecado, de todas as nossas faculdades, ainda que o homem não seja absolutamente mau, isto é, não tão mau quanto poderia ser, ele o é extensivamente mau, pois todo o seu ser está contaminado pelo pecado⁶⁸ e, a isto chamam de Depravação Total. Como resultado da ação do pecado o homem tornou-se positivamente mau e inábil para fazer a vontade de Deus. Quanto ao homem desejar o bem Hodge⁶⁹ disse o seguinte:

“Sua essência está na inabilidade da alma de conhecer, escolher e amar o que é bom espiritualmente, e seu fundamento está nessa corrupção moral da alma que a torna cega, insensível e totalmente adversa para tudo quanto é bom espiritualmente”.

⁶⁸ Ver **Confissão de Fé de Westminster**, VI. 2 e 4; IX.3; **Catecismo Menor de Westminster**, Questão 18; **Catecismo de Heidelberg**, Questão 5 e 7; **Cânones de Dort**, III e IV. 16; L. Berkhof, **Teologia Sistemática**, Campinas, SP., LPC., 1996, p. 248; W. J. Seaton, **Os Cinco Pontos do Calvinismo**, São Paulo, PES, p. 6-7; Duane E. Spencer, **TULIP: Os Cinco Pontos do Calvinismo à luz das Escrituras**, São Paulo, CEP., 1992, p. 30.

⁶⁹ A. A. Hodge, **Esboços de Theologia**, Lisboa, Barata Sanches, 1895, Cap. XX, p. 315.

VI - A Eleição – Objeto, Características e Propósito

1 – A Eleição e Seu Objeto

A eleição tem objeto definido, isto é, não foi feita de forma aleatória. A eleição tem por seu objeto os seres racionais criados, isto é, anjos e homens. A eleição dos anjos se distingue em sua natureza em relação à dos homens, pois aqueles são eleitos para serem preservados em seu estado de santidade original, enquanto que a dos homens é feita do estado de pecado para o estado de santidade.

2 – A Eleição e Suas Características

A eleição tem como pressuposto a queda de toda a raça humana em Adão (Rm 3.23; 5.12; 1 Co 15.22 e 45), portanto, a eleição em relação aos homens possui duas características:

a) A eleição de homens caídos e arruinados:- O homem é o objeto do amor de Deus e, todo o trabalho redentor elaborado por Deus termina no homem (Rm 5.8; Ef 1.4).

b) A eleição de indivíduos em “*Particular*”:- É o ensino de que a eleição divina é pessoal, isto é, trata com indivíduos em particular.

3 - A Eleição e Alguns de Seus Propósitos

Deus não faz coisa alguma sem propósito e, por isso, a eleição, livre, soberana, eterna, amorosa e graciosa envolve propósitos específicos. Ela abrange toda a eternidade e, nesse aspecto, possui sentido escatológico: *“é de eternidade para a eternidade em santificação: até que a nossa salvação seja consumada na glorificação⁷⁰”*.

3.1 - Quanto a Salvação

O propósito da eleição quanto à salvação é aqui entendido pelos reformados no sentido lato da palavra, como sendo todo o processo de Deus para que o homem seja remido de sua condição de pecado e miséria. A salvação eterna para a qual Deus os escolheu e justificou começa agora, ela não é algo abstrato, ou seja, que não tem influência sobre a nossa vida cotidiana, ela exige de cada um dos eleitos uma mudança de atitude como parte do propósito de Deus na história.

3.2 – Quanto a Vida Eterna

A eleição tem por propósito dar vida eterna aos pecadores. A Escritura apresenta a vida eterna e a salvação como sinônimos intercambiáveis, embora teologicamente seja possível distinguí-las⁷¹. Essa vida de qualidade superior – eterna - é recebida pelos eleitos em função de uma ordenação antecipada de Deus; desde a eternidade Ele destinou alguns homens para desfrutarem dessa vida.

⁷⁰ J. Calvino, **As Institutas ou Tratado Da religião Cristã**, Co-edição Casa Editora Presbiteriana e Luz Para o Caminho, São Paulo, 1ª Edição, 1989, Vol. III. 22.10.

⁷¹ A salvação tem a ver com a obediência passiva de Cristo, que é o sofrimento da morte, enquanto que a vida eterna tem a ver com a obediência ativa, que consiste no cumprimento de todas as prescrições da lei como regra de vida. A obediência ativa é necessária em virtude da desobediência e da falha de Adão em conseguir vida eterna para si e para os seus descendentes. A obediência passiva é a consequência do fato de Adão ter desobedecido às leis de Deus. Para que pudesse ser aceito como substituto dos homens na cruz, Jesus teve que primeiro obedecer a todos os princípios quebrados por Adão. Ibid., O Ser de Deus e as Suas Obras, p. 344.

É propósito da eleição colocar os eleitos na família de Deus. É propósito da eleição tornar os eleitos obedientes, pois o desenvolvimento da salvação requer dos eleitos obediência, pois faz parte da santificação (1 Ts 4.3). Ninguém em desobediência é salvo!.

3.3 – Quanto a Capacitação dos Eleitos

É propósito da eleição capacitar os eleitos ao serviço. Deus nos elegeu para que O sirvamos através dos talentos que Ele mesmo nos concedeu. Longe de servir como pretexto a acomodação e inércia, ela é um estímulo ao serviço e a glória de Deus. O apóstolo Pedro em sua primeira carta nos diz que somos um povo santo, mas um povo separado com a finalidade de proclamar as virtudes daquele que nos chamou das trevas para a sua maravilhosa luz (1 Pe 1.9), isto quer dizer serviço. Assim, para os reformados a eleição não é conhecida simplesmente pela posição doutrinária ou pelo discurso teológico, mas, pelo testemunho produzido pelo eleito.

3.4 – Tornar os Eleitos a Imagem de Cristo

É propósito da eleição tornar os eleitos parecidos com Cristo. O homem criado por Deus no princípio era santo e sem pecado, mas resolveu por sua própria conta e risco, desobedecer a Deus e perder a sua posição de coroa da criação, afastando-se do Criador para viver em rebeldia contra Ele. A morte de Cristo restaura o escolhido à condição inicial de santidade, restaura nele a imagem de Deus, para que se tornem maduros e segundo a imagem de Seu Filho. O propósito último da eleição é a glória de Deus e na eleição resplandece a glória da graça de Deus em atos de bondade para com os eleitos. Assim, não procurar a Sua Glória, significaria a autonegação de que Ele é o Senhor da glória. Hodge⁷² afirmou que:

⁷² Charles Hodge, *Systematic Theology*, Vol. I, p. 535-537.

“O homem só descobre o sentido da vida e da eternidade, quando, pelo Espírito, consegue compreender que o fim principal de todas as coisas é a glória de Deus e, então passa a viver para esse fim” (1 Co 10.31; Cl 3.23).

3.5 – Tornar o Eleito Humilde

É propósito da eleição conduzir-nos à humildade. A fé é resultado da eleição e não a sua causa, portanto, ela não é prevista, mas um dom de Deus (Ef 2.8). Assim, a eleição é uma obra realizada exclusiva e totalmente por Deus e, todos os eleitos, sem exceção, são inteiramente dependentes de Sua graça, não havendo lugar para a arrogância ou vanglória, e sim, humildade. Lutero⁷³, comentando a esse respeito disse:

“Duas coisas obrigam à pregação da predestinação. A primeira é a humilhação do nosso orgulho e o reconhecimento da graça de Deus; e a segunda é a natureza da fé cristã em si mesma”.

Spurgeon (1834-1892), comenta também que:

“Desconheço qualquer outra coisa que nos possa humilhar tão profundamente quanto a doutrina Bíblica da eleição [...] Aquele que se sente orgulhoso de sua eleição, é porque não é um dos eleitos do Senhor⁷⁴” (Ef 2.9; 1 Co 4.7; 2 Co 3.5).

3.6 – Tornar o Eleito Grato

É propósito da eleição levar o eleito à gratidão a Deus. O estudo da doutrina da eleição, dizem os calvinistas, não pode e não deve servir de pretexto para a nossa inquirição mental, dispor-nos a incessantes debates

⁷³ Martinho Lutero, **De Servo Arbitrio**, in: E. Gordon Rupp e Philip S. Watson, eds. **Luther and Erasmus: Free Will and Salvation**, Philadelphia, The Westminster Press, 1969, p. 137”

⁷⁴ C. H. Spurgeon, **Eleição**, São Paulo. FIEL, 1984, p. 30.

estéreis, nem para a persuasão de outros, mas, como Deus exige, um ato de adoração, gratidão e consagração reverentes. Pode-se assim, fazer coro com a afirmativa do Rev. Boanerges⁷⁵:

“Adorar a Deus é a nossa mais alta atividade, pois coloca o espírito humano em comunicação com o Deus eterno. Atividade tão essencial que é o próprio Deus Quem busca adoradores”.

3.7 – Dar Certeza da Eleição

A questão quanto à certeza de ser ou não um escolhido de Deus foi um dos aspectos observado por Weber entre os puritanos em relação à Doutrina da Predestinação. Disse ele:

“Uma questão impunha-se de imediato a cada fiel individualmente e relegava todos os outros interesses a segundo plano: Serei eu um dos eleitos? E como eu vou poder ter certeza dessa eleição⁷⁶?”.

Ele ainda afirmou que a posição dos seguidores de Calvino se distanciou daquela defendida pelo mestre, *“já desde Teodoro de Beza⁷⁷”,* bem como, *“a da ampla camada do comum dos mortais⁷⁸”,* pois para eles,

“[...] a “certitudo salutis”, no sentido da distinguibilidade do estado de graça, haveria de assumir uma significação absolutamente prioritária [...]” da existência de marcas certas com base nas quais se pudesse reconhecer quem pertencia aos “electi⁷⁹””.

⁷⁵ B. Ribeiro, *O Senhor que Se Fez Servo*, São Paulo, O Semeador, 1989, p. 46-47.

⁷⁶ *Ibid.*, A Ética Protestante, p. 100.

⁷⁷ *Ibid.*, p. 100.

⁷⁸ *Ibid.*, p. 100.

⁷⁹ *Ibid.*, p. 100.

Por causa desse distanciamento, surgiram, então, no dizer de Weber, “dois tipos básicos de aconselhamento⁸⁰”, a saber:

De um lado, “*torna-se pura e simplesmente um dever considerar-se eleito e repudiar toda e qualquer dúvida como tentação do diabo, pois a falta de convicção, afinal, resultaria de uma fé insuficiente e, portanto, de uma atuação insuficiente da graça*⁸¹”.

De outro lado, “*distingue-se o trabalho profissional sem descanso como o meio mais saliente para se conseguir essa autoconfiança. Ele, e somente ele, dissiparia a dúvida religiosa e daria a certeza do estado de graça*⁸²”.

O propósito da eleição é conduzir os eleitos à certeza da vitória. Os planos de Deus não podem ser frustrados, portanto, os resultados são certos e, por isso, nada e nem coisa alguma pode separar os eleitos, de Seu amor e nem impedir a concretização do propósito glorioso de Deus neles. De modo contrário, se dependesse a salvação do nosso próprio poder e fidelidade, certamente já estariam derrotados. Calvino⁸³ disse que:

“*Os eleitos de Deus não dependem de eventos mutáveis, senão que repousam num sólido e inamovível fundamento, já que sua salvação está nas mãos de Deus. Assim como Toda planta que meu Pai celestial não plantou, será arrancada (Mt 15.13), também uma raiz que foi fixada por sua mão não pode ser arrancada pelos ventos ou tempestades. Portanto, lembremo-nos, antes de tudo, que, a despeito de toda a fraqueza da carne, os eleitos, não obstante, não correm esse risco, porque não estão firmados em sua própria capacidade, mas estão fundados em Deus*”.

⁸⁰ Ibid, p. 101.

⁸¹ Ibid, p. 102.

⁸² Ibid, p. 102.

⁸³ J. Calvino, **Comentário à Sagrada Escritura: As Pastorais**, 2 Tm 2.19, Ed. Parakletos, São Paulo, 1ª edição em português, p. 239.

Weber afirma que para Calvino “*isso não era problema*⁸⁴”, pois, “*ele se sentia uma “ferramenta*⁸⁵” *de Deus e tinha certeza do seu estado de graça*⁸⁶”. A resposta de Calvino a essa questão, segundo o apresenta Weber era: “*que devemos nos contentar em tomar conhecimento do decreto de Deus e perseverar na confiança em Cristo operada pela verdadeira fé*⁸⁷”.

Esse assunto seria tratado, anos mais tarde, na elaboração da Confissão de Fé de Westminster, mais especificamente em dois de seus capítulos o XVII e o XVIII. No capítulo XVII⁸⁸ que trata da “Preservação dos Santos” lê-se:

I – Os que Deus aceitou em seu Bem-amado, os que ele chamou eficazmente e santificou pelo seu Espírito, não podem decair do estado da graça, nem total, nem finalmente; mas, com toda a certeza hão de perseverar nesse estado até o fim e serão eternamente salvos (Fl 1.6; Jo 10.28-29; 1 Pe 1.5, 9).

II – Esta perseverança dos santos não depende de livre arbítrio deles, mas da imutabilidade do Decreto da Eleição, procedente do livre e imutável amor de Deus Pai, da eficácia do mérito e intercessão de Jesus Cristo, da permanência do Espírito e da semente de Deus neles e da natureza do pacto da graça; de todas estas cousas vêm a sua certeza e infalibilidade. (2 Tm 2.19; Jr 31.3; Jo 17.11 e 24; Hb 7.25; Lc 22.32; Rm 8.33, 34, 38-39; Jo 14.16-17; 1 Jo 2.27 e 3.9; Jr 32.40; 2 Ts 3.3; 1 Jo 2.19; Jo 10.28).

⁸⁴ Ibid., A Ética Protestante, p. 100.

⁸⁵ Ibid, p. 100.

⁸⁶ Ibid, p. 100.

⁸⁷ Ibid, p. 100.

⁸⁸ Confissão de Fé e Catecismo Maior da Igreja Presbiteriana, Casa Editora Presbiteriana, São Paulo, 11ª Edição, 1989, p. 32.

Já no capítulo XVIII que trata da “Certeza da Graça e da Salvação”, lê-se:

I – Ainda que os hipócritas e os outros não regenerados podem iludir-se vãmente com falsas esperanças e carnal presunção de se acharem no favor de Deus e em estado de Salvação, esperança essa que perecerá, contudo, os que verdadeiramente crêem no Senhor Jesus e o amam com sinceridade, procurando andar diante dele em toda a boa consciência, podem, nesta vida, certificar-se de se acharem em estado de graça e podem regozijar-se na esperança da glória de Deus, nessa esperanças que nunca os envergonhará. (Dt 29.19; Mq 3.11; Jo 8.41; Mt 8.22-23; 1 Jo 2.3 e 5.13; Rm 5.2 e 5; 2 Tm 4.7-8).

II – Esta certeza não é mera persuasão conjectural e provável, fundada numa falsa esperança, mas uma infalível segurança da fé, fundada na divina verdade das promessas de salvação, na evidência interna daquelas graças a que são feitas essas promessas, no testemunho do Espírito de adoção que testifica com os nossos espíritos sermos filhos de Deus, no testemunho desse Espírito que é o penhor de nossa herança e por quem somos selados para o dia da redenção. (Hb 6.11, 17-19; 1 Pe 1.4-5, 10-11; 1 Jo 3.14; Rm 8.15-16; Ef 1.13-14 e 4.30; 2 Co 1.211-22).

III – Esta segurança infalível não pertence de tal modo à essência da fé, que um verdadeiro crente, antes de possuí-la, não tenha de esperar muito e lutar com muitas dificuldades; contudo, sendo pelo Espírito habilitado a conhecer as cousas que lhe são livremente dadas por Deus, ele pode alcançá-las sem revelação extraordinária, no devido dos meios ordinários. É, pois, dever de todo o fiel fazer toda a diligência para tornar certas a sua vocação e eleição, a fim de que por esse modo seja o seu coração no Espírito Santo confirmado em paz e gozo, em amor e gratidão para com Deus, em

firmeza e alegria nos deveres da obediência que são os frutos próprios desta segurança. Este privilégio está, pois, muito longe de predispor os homens à negligência. (1 Jo 5.13; 1 Co 2.12; 1 Jo 4.13; Hb 6.11-12; 2 Pe 1.10; Rm 5.1-2, 5, 14-17 e 15.13; Sl 119.32; Rm 6.1-2; Tt 2.11-12, 14; 2 Co 7.1; Rm 8.1; 12; 1 Jo 1.6-7, e 3.2-3).

Bem, mas afinal, há ou não algo em que se possa apoiar para ter ou alcançar a certeza da salvação? Sproul⁸⁹ disse que:

“Do ponto de vista bíblico precisamos entender que não é apenas possível para nós ter uma certeza genuína de nossa salvação, mas que é também nosso dever buscar tal certeza. Se certeza é possível e é ordenada, não é arrogante buscá-la. Seria arrogância não fazê-lo”.

As palavras de Sproul têm suporte nas Escrituras, pois o apóstolo Pedro em sua segunda carta escreveu:

“Irmãos, procurai, com diligência cada vez maior, confirmar a vossa vocação e eleição; porquanto, procedendo assim, não tropeçareis em tempo algum. Pois desta maneira é que vos será amplamente suprida a entrada no reino eterno de nosso Senhor e Salvador Jesus Cristo” (2 Pe 1.10-11).

Há, portanto, uma ordem para que se faça segura a eleição, bem como uma exigência para fazê-lo. Sproul utiliza uma comparação para chegar à conclusão de que existem três maneiras pelas quais se pode ter certeza da salvação, disse ele:

“Quando um homem e uma mulher estão se amando, presumimos que eles estão cientes disso. Uma pessoa normalmente é capaz de discernir se ele ou ela está

⁸⁹ R. C. Sproul, **Eleitos de Deus**, Editora Cultura Cristã, São Paulo, 1ª Edição, 1998, p. 151.

amando outra pessoa ou não. Isto vem de uma certeza interior⁹⁰.

Portanto, a única pessoa que pode saber com certeza se é eleita, é o próprio escolhido. Para Sproul: *“A certeza verdadeira se baseia nas promessas de Deus para nossa salvação. Nossa segurança vem, antes de mais nada, de nossa confiança no Deus que faz essas promessas⁹¹”.*

E, que a *“nossa certeza é intensificada pela evidência interior de nossa própria fé⁹²”*, isso vem ao encontro daquilo que Weber informa ter encontrado na doutrina de Calvino: *“[...] o testemunho pessoal da fé perseverante que a graça opera no indivíduo⁹³”.*

Sproul⁹⁴, ainda acrescenta, que: *“um conhecimento de teologia são é vital para a nossa certeza. Se tivermos um entendimento correto da eleição, esse entendimento nos ajudará a interpretar estas evidências interiores”.*

A segunda evidência é exterior, ou seja, *“deveríamos ser capazes de ver um fruto visível de nossa conversão⁹⁵”*, pois este é o ensinamento do próprio Cristo utilizando-se da obediência como fruto dessa evidência exterior conforme registrado pelo evangelista Mateus:

“Todo aquele, pois, que ouve estas minhas palavras e as pratica, será comparado a um homem prudente, que edificou a sua casa sobre a rocha [...] E todo aquele que

⁹⁰ Ibid, p. 153/154.

⁹¹ Ibid, p. 157.

⁹² Ibid, p. 157.

⁹³ Ibid., A Ética Protestante, p. 101.

⁹⁴ Ibid., Eleitos de Deus, p. 153.

⁹⁵ Ibid, p. 153.

ouve estas minhas palavras e não as pratica, será comparado a um homem insensato que edificou a sua casa sobre a areia” (Mt 7.24 e 26).

É preciso, conforme Sproul, *“perguntar a nós mesmos se vemos uma mudança real em nosso comportamento, alguma evidência exterior real da graça”⁹⁶*. Novamente Jesus dando prova dessa evidência exterior real da graça afirma aos setenta que enviara ao trabalho na seara, quando de seu retorno: *“Não obstante, alegrai-vos, não porque os espíritos se vos submetem, e, sim, porque os vossos nomes estão arrolados nos céus” (Lc 10.20).*

O terceiro meio de alcançar essa certeza é o testemunho interior do Espírito Santo. O apóstolo Paulo escrevendo aos crentes localizados na cidade de Roma afirma: *“o próprio Espírito testifica com o nosso espírito que somos filhos de Deus” (Rm 8.16)*. Sproul diz que:

“o principal meio pelo qual o Espírito testifica a nós é a através da sua Palavra. Nunca tenho maior certeza do que quando estou meditando na Palavra de Deus. Se negligenciarmos este meio de graça⁹⁷, é difícil ter

⁹⁶ Ibid, p. 154.

⁹⁷ Os meios de graça, ou as vias mediante as quais a graça pode ser recebida, são vários. O meio básico de graça é o das Escrituras Sagradas, de onde deriva a totalidade do nosso conhecimento da fé cristã e cujo propósito principal é nos comunicar a graça salvífica do evangelho de Jesus Cristo (2 Tm 3.15; Jo 20.31). A pregação, que é a proclamação da verdade dinâmica do evangelho, é, conforme demonstram o ensino e a prática do próprio Cristo e dos apóstolos, um meio de graça de máxima importância (Lc 24.47; At 1.8; Rm 1.16; 10.11-15; 1 Co 1.17-18, 23). Semelhantemente, o testemunho pessoal e a evangelização são meios de levar aos outros a graça do evangelho. Se os itens mencionados acima são essencialmente meios de graça salvífica, também há meios de graça para a perseverança e o fortalecimento. A exposição das Sagradas Escrituras para a instrução e edificação dos crentes cristãos é um destes meios, como também o é o estudo particular da Bíblia. Outro meio é a oração, mediante a qual o cristão tem comunhão com Deus, experimenta a Sua presença e abre-se a Seu propósito e poder. Outro é o convívio fraternal com os cristãos na adoração e no testemunho. E também se deve acrescentar o sacramento do partir do pão, que Cristo instituiu e ordenou aos Seus seguidores que o observassem (At 2.42). É de especial importância que os meios de graça sejam corretamente recebidos e, para isso, devem ser acolhidos com fé e gratidão; de outra forma, em vez de serem meios de graça, acabam se tornando meios de condenação. Desta forma o propósito da vinda de Cristo não era julgar o mundo, mas salvá-lo. A pessoa, no entanto, que com descrença rejeita a Cristo e Seu ensino não é

*qualquer certeza duradoura ou forte de nossa salvação*⁹⁸.

salva, mas condenada por Cristo (Jo 12.47-48). O evangelho não somente deve ser ouvido; também deve ser crido (Jo 5.24; 1 Jo 5.13; Rm 10.9-14). Semelhantemente, o sacramento do partir do pão (conhecido também como a ceia do Senhor, a Santa Comunhão, ou a Eucaristia) foi instituído por Cristo como um meio de graça, e assim realmente a é para todos quantos a recebem com gratidão e fé no Salvador que morreu na Cruz pelos eleitos. **Enciclopédia Histórico-teológica da Igreja Cristã**, Editor Walter A. Elwell, Sociedade Religiosa Edições Vida Nova, São Paulo, 1ª Edição, 1990, verbete “Graças, Meios de”, Vol. II, p. 220.

⁹⁸ Ibid, p. 154.

CAPÍTULO II

OS ESCOLHIDOS DE DEUS - SUAS REPRESENTAÇÕES SOCIAIS

I – OS ESCOLHIDOS DE DEUS E AS REPRESENTAÇÕES SOCIAIS

“Há numerosas ciências que estudam a maneira como as pessoas tratam, distribuem e representam o conhecimento. Mas o estudo de como, e por que, as pessoas partilham o conhecimento e desse modo constituem sua realidade comum, de como eles transformam idéias em prática – numa palavra, o poder das idéias – é o problema específico da psicologia social⁹⁹”.

Após caminhar por alguns dos aspectos da doutrina da Eleição, do ponto de vista do protestante reformado, cabem agora as seguintes perguntas: Como esses aspectos apresentados são representados por eles, ou como aplicam suas convicções religiosas ao seu modo de vida? Qual ciência servirá de base para o estudo desse fenômeno? Há ferramentas que se possa usar na análise de tal representação?

⁹⁹ Social psychology and developmental psychology: extending the conversation. In: DUVEEN, G & LLOYD, B. (eds.). Social Representations and the Development of Knowledge, p. 164-185. Cambridge: Cambridge University Press.

O que a doutrina da eleição tem há ver com Representações Sociais? Uma vez que as Representações Sociais envolvem três áreas diferentes do conhecimento humano como a Teologia, a Psicologia e a Sociologia, como jungi-las?

A resposta é: através das Ciências da Religião. Tomando-se aqui o conceito sociológico de religião como sendo, um fenômeno metafísico de experiência individual que pode ser ampliado para o inconsciente coletivo e produz representações observáveis no comportamento da sociedade capaz de servir de tecido social.

Weber, usando a Sociologia cunhou um termo para explicar o modo de vida dos protestantes [calvinistas, pietistas, metodistas e anabatistas] de seu tempo, o “*espírito do capitalismo*”, e ainda definiu o que, para ele, esse termo significava:

“Com efeito: aqui não se prega simplesmente uma técnica de vida, mas uma “ética” peculiar cuja violação não é tratada apenas como desatino, mas como uma espécie de falta com o dever: isso, antes de tudo, é a essência da coisa. O que se ensina aqui não é apenas “perspicácia nos negócios” – algo que de resto se encontra com bastante freqüência -, mas é um ethos que se expressa, e é precisamente nesta qualidade que ele nos interessa [...], pois assume aqui o caráter de uma máxima de conduta de vida eticamente coroada. É nesse sentido específico que o conceito de “espírito do capitalismo” é utilizado aqui¹⁰⁰”.

E não somente cunhou e definiu o “*espírito do capitalismo*”, mas também o ligou a certas “*representações religiosas*¹⁰¹” que demonstram a “*seriedade e o forte predomínio de interesses religiosos na conduta de vida*¹⁰²”.

¹⁰⁰ Max Weber, **A Ética Protestante e o Espírito do Capitalismo**, Companhia das Letras – Edição de Antônio Flávio Pierucci, Editora Schwarcz, São Paulo, 4ª Reimpressão, 2006, p. 45.

¹⁰¹ Ibid, p. 47.

¹⁰² Ibid, p. 35.

O ponto central desse capítulo é identificar como os protestantes reformados que serão objetos desse estudo, reproduzem em suas vidas o conteúdo teológico que lhes foi e é ensinado. Faz-se necessário, antes de qualquer coisa, buscar uma ciência que se ocupe com os estudos dos fenômenos do campo religioso e, a escolha recaiu sobre uma ciência mista envolvendo a Sociologia e a Psicologia – a Psicologia Social.

Essa escolha não foi aleatória, mas fruto dos estudos desenvolvidos durante o curso de mestrado em “Ciências da Religião” na Universidade Presbiteriana Mackenzie, já que o autor desse trabalho é formado em Administração de Empresas e Teologia, não tendo, portanto, contanto anterior com a ciência escolhida e com seus autores, o que permitiu a ampliação do seu campo de conhecimento.

Apesar de a Sociologia ser a ciência que segundo o Dr. Máspoli “*é de longe a que mais se tem dedicado ao estudo da religião*”¹⁰³, recebendo contribuições de sociólogos como Mauss (10/05/1872-10/02/1950), Durkheim (15/04/1858-15/11/1917), Bastides (01/04/1898-10/04/1974), entre outros, no estudo da religião, opta-se aqui pela Psicologia Social do Conhecimento que privilegia o enfoque das representações sociais no estudo do fenômeno do campo religioso por meio da análise dos aspectos tanto social quanto psicológicos, tendo como contribuintes Kurt Lewin (1832-1920), Salomon Asch (14/09/1907-20/02/1996), Fritz Heider (1896/1988), Leon Festinger (08/05/1919-11/02/1989) e do psicólogo social Serge Moscovici (1925)¹⁰⁴, sobre o qual nos informa o Dr. Máspoli¹⁰⁵:

¹⁰³ Antônio Máspoli de Araújo Gomes, **As Representações Sociais e o Estudo do Fenômeno do Campo Religioso**, http://www.Mackenzie.br/editoramackenzie/revistas/cierel/04_cie_rel_representacoes_sociais.pdf, p. 38.

¹⁰⁴ Serge Moscovici, nascido na Romênia, é diretor de estudos na École des Hautes Études em Sciences Sociales, Paris. Também lecionou por muitos anos na New School for Social Research, Nova Iorque. Entre suas obras principais temos: *La psychanalyse: Son image et son public* (1961) edição revisada em (1976); *Social Influence and Social Change* (1976); *Essai sur l'histoire humaine de la nature* (1968); *The Invention of Society* (1989); *Chronique des années égaées*, primeiro volume da autobiografia. Serge Moscovici, **Representações Sociais – Investigações em psicologia social**, Editora Vozes, Petrópolis, Rio de Janeiro, 2ª Edição, 2004, contra capa.

¹⁰⁵ *Ibid*, **As Representações Sociais e o Estudo do Fenômeno do Campo Religioso**, p. 40.

“[...] ter delineado o conceito e a teoria das representações sociais¹⁰⁶ em seu trabalho intitulado “La psychanalyse, son image et son public” (1961), a propósito do fenômeno da socialização da psicanálise, de sua massificação e apropriação de seus conceitos principais pela população parisiense, bem como do processo de sua transformação para servir a outros usos e funções sociais diversos dos propostos por seus autores na periferia de Paris¹⁰⁷”.

Duveen¹⁰⁸ nos diz que o caminho para a efetivação da psicologia social como ciência autônoma se *“posicionou no centro do enigma histórico que retém seu poder específico até hoje¹⁰⁹”*, pois:

“[...] durante o século vinte, sempre que formas sociais de psicologia surgiram, nós testemunhamos o mesmo drama de exclusão que marcou o trabalho do psicólogo Willelm Wundt, pois as crescentes correntes de pensamento psicológico rejeitavam toda a associação com o social, como se ele fosse comprometer o status científico da psicologia¹¹⁰”.

Por outro lado, a Sociologia ao considerar as explicações psicológicas rejeitava toda a espécie de *“psicologismo”* dizendo que *“a psicologia social, como uma categoria mista, representa uma forma de poluição¹¹¹”*. Duveen,

¹⁰⁶ O primeiro a cunhar e utilizar o termo “representações sociais” foi Émile Durkheim (1912) na obra *Lês formes élémentaires de la vie religieuse*. Nessa obra, ele demonstra que a idéia de religião é inseparável da idéia de comunidade religiosa. As crenças propriamente religiosas são sempre comuns à determinada coletividade. Nessa comunidade, o indivíduo abre mão, às vezes, da sua própria liberdade pessoal para aderir às práticas e ritos coletivos e solidários, cujo objetivo final é receber em troca certa organização da realidade da vida cotidiana. **Ibid**, p. 38.

¹⁰⁷ **Ibid**, Moscovici, p. 38.

¹⁰⁸ **DUVEEN, Gerard**. Prefácio. In: **MOSCOVICI, S.** Representações sociais: investigações em psicologia-social. Tradução de Pedrinho A. Guareschi, p. 12.

¹⁰⁹ **Ibid**, Moscovici, p. 13.

¹¹⁰ **Ibid**, p. 13.

¹¹¹ **Ibid**, p. 12.

ainda afirma que, Durkheim (1895-1982)¹¹² formulou suas idéias explicitamente em seu aforismo de que:

“[...] sempre que um fenômeno social é diretamente explicado por um fenômeno psicológico, podemos estar seguros que a explicação é falsa¹¹³ [...] e que o esforço para estabelecer a sociologia como uma ciência autônoma o levou a defender uma separação radical entre representações individuais e coletivas e a sugerir que as primeiras deveriam ser o campo da psicologia, enquanto as últimas formariam o objeto da sociologia”.

Apesar de o próprio Moscovici reconhecer-se devedor¹¹⁴ para com o trabalho de Durkheim, sua contribuição se dá quando propõe.

“[...] ressuscitar, através dum retorno ao conceito de representação, como central a uma psicologia social do conhecimento” e, “demonstrar, através de sua própria análise de textos fundantes da sociologia moderna, que o referencial explanatório exigido para tornar os fenômenos sociais inteligíveis deve incluir conceitos psicológicos, bem como sociológicos¹¹⁵”.

Enquanto Durkheim:

“[...] estabelece o caráter sui generis das representações coletivas como um elemento de seu esforço para manter a sociologia como uma ciência autônoma, toda sua sociologia é orientada àquilo que faz com que as sociedades se mantenham coesas, isto é, às forças e estruturas que podem conservar, ou preservar, o todo contra qualquer fragmentação ou

¹¹² Interessante notar que em alguns de seus escritos sobre esse tema Durkheim flertou com a idéia de chamar a esta ciência de “psicologia social”, mas preferiu “sociologia”, a fim de eliminar toda possível confusão com a psicologia (1895/1982). Duveen, Gerard. In: Moscovici, S. Representações Sociais – Investigações em psicologia social, Tradução de Pedrinho A. Guareschi, p. 13.

¹¹³ Emile Durkheim, The Rules of Sociological Method. Londress: Macmillan. In: Moscovici, Ibid, p. 13.

¹¹⁴ É óbvio que o conceito de representações sociais chegou até nós vindo de Durkheim, mas nós temos um a visão diferente dele – ou, de qualquer modo, a psicologia social deve considerá-lo de um ângulo diferente – de como o faz a sociologia. Ibid, Moscovici, p. 45.

¹¹⁵ Ibid, Moscovici, p. 12.

desintegração. É dentro desta perspectiva que as representações coletivas assumem sua significância sociológica; seu poder de obrigar ajuda a integrar e a conservar a sociedade e, isso dá às representações coletivas¹¹⁶, seu caráter sagrado¹¹⁷.

A psicologia social de Moscovici, por outro lado,

“[...] foi orientada para questões de como as coisas mudam na sociedade, isto é, para aqueles processos sociais, pelos quais a novidade e a mudança, como a conservação e a preservação, se tornam partes da vida social¹¹⁸”;

Estando, portanto, mais interessada:

“[...] em explorar a variação e a diversidade das idéias coletivas nas sociedades modernas, diversidade essa que reflete a falta de homogeneidades dentro das sociedades modernas, em que as diferenças refletem uma distribuição desigual de poder e geram heterogeneidade de representações¹¹⁹”.

Moscovici definiu representação social como:

“[...] um sistema de valores, idéias e práticas, com uma dupla função: primeiro, estabelecer uma ordem que possibilitará às pessoas orientar-se em seu mundo material e social e controlá-lo; e, em segundo lugar, possibilitar que a comunicação seja possível entre os membros de uma comunidade, fornecendo-lhes um código para nomear e classificar, sem ambigüidade, os vários

¹¹⁶ Para Durkheim as representações coletivas são formas estáveis de compreensão coletiva, com o poder de obrigar que pode servir para investigar a sociedade como um todo. Ibid, Moscovici, p. 15.

¹¹⁷ Émile Durkheim, The Elementary Forms of Religious Life. New York: Free Press. In Moscovici, p. 14.

¹¹⁸ Ibid, Moscovici, p. 15.

¹¹⁹ Ibid, Moscovici, p. 15.

aspectos de seu mundo e da sua história individual e social¹²⁰.

Portanto, para Moscovici a criação coletiva não está somente organizada e estruturada em termos de representações,

“[...] , mas, que essa organização e estrutura é conformada pelas influências comunicativas em ação na sociedade, como, ao mesmo tempo, serve para tornar a comunicação possível [...] e que devido essa interconexão, as representações podem também mudar a estabilidade de sua organização e estrutura depende da consciência e constância de tais padrões de comunicação, que as mantêm. A mudança dos interesses humanos pode gerar novas formas de comunicação, resultando na inovação e na emergência de novas representações. Representações, nesse sentido, são estruturas que conseguiriam uma estabilidade, através da transformação duma estrutura anterior¹²¹”.

Há aqui uma mudança de enfoque proposta por Moscovici, enquanto que para Durkheim:

“[...] a sociedade é uma realidade “sui generis” e as representações coletivas que as exprimem são fatos sociais, coisas reais por elas mesmas [...] são o produto de imensa cooperação que se estende não apenas no espaço, mas também no tempo para fazê-las; uma multidão de espíritos diversos associou, misturou, combinou suas idéias e sentimentos; longas séries de gerações acumularam sua experiência e saber e, dessa gênese resultariam as características básicas das representações coletivas”.

Em outras palavras,

¹²⁰ Ibid, Moscovici, p. 21.

¹²¹ Ibid, Moscovici, p. 22.

“[...] os indivíduos que compõem a sociedade seriam portadores e usuários das representações coletivas, mas essas poderiam ser legitimidades reduzidas a algo como o conjunto das representações individuais, das quais difeririam essencialmente pelo seu caráter de totalidade social¹²²”.

Para Moscovici as representações sociais *“são aquelas produzidas na nossa sociedade atual, oriundas de nosso solo religioso, político, científico, humano que nem sempre têm tempo suficiente para se sedimentar completamente para se tornarem tradições imutáveis¹²³”.*

O Dr. Máspoli, citando Moscovici, diz que as representações sociais são:

“[...] uma modalidade de conhecimento que tem a função social de representar o mundo das relações sociais: religiões, ciências oficiais, ideologias e etc. As representações sociais têm sua origem nos conhecimentos, nos mitos e ritos de uma coletividade, mas os portadores dessas representações são os indivíduos; eles a carregam, as utilizam e as transformam em suas relações face to face no dia a dia, na elaboração do conhecimento da vida cotidiana¹²⁴”.

Moscovici procurou descrever como as representações sociais intervêm em nossa atividade de adquirir conhecimento e até que ponto elas são independentes dela, ou seja, até que ponto as determina. Partindo do pressuposto de que sempre existe,

“[...] certa quantidade, tanto de autonomia, como de conhecimento em cada ambiente, seja ele natural ou social, as representações sociais possuem duas funções, elas convencionalizam os objetos, pessoas ou

¹²² Ibid, Máspoli, p. 40.

¹²³ Ibid, Moscovici, p. 48.

¹²⁴ Ibid, Máspoli, p. 41.

acontecimentos que encontram, dando-lhes forma definitiva, localizando-as em uma determinada categoria e gradualmente as colocam como um modelo de determinado tipo, distinto e partilhado por um grupo de pessoas. Todos os novos elementos se juntam a esse modelo e se sintetizam nele¹²⁵”.

Assim, cada experiência é somada a uma realidade predeterminada por convenções, que claramente define suas fronteiras, distingue mensagens significantes de mensagens não-significantes e que liga cada parte a um todo e coloca cada pessoa em uma categoria distinta¹²⁶, na qual, nenhuma mente está livre dos efeitos de condicionamentos anteriores que lhe são impostos por suas representações, linguagem ou cultura, porque nós pensamos através de uma linguagem; nós organizamos nossos pensamentos, de acordo com um sistema que está condicionado, tanto por nossas representações, como por nossa cultura¹²⁷.

E, também, as representações sociais são prescritivas, isto é,

“[...] elas se impõem sobre nós com uma força irresistível¹²⁸”, pois é uma “combinação de uma estrutura que está presente antes mesmo que nós comecemos a pensar e de uma tradição que decreta o que deve ser pensado¹²⁹”.

Não são, portanto:

“[...] as nossas experiências e idéias passadas não são apenas experiências ou idéias mortas, mas continuam a ser ativas, a mudar e a infiltrar nossa experiência e idéias atuais. O poder e a claridade peculiares das

¹²⁵ Como exemplo dessa síntese tem-se a afirmativa de que a terra é redonda, associação do comunismo à cor vermelha, a inflação ao decréscimo do valor do dinheiro. Ibid, Moscovici, p. 34.

¹²⁶ Ibid, p. 35.

¹²⁷ Ibid, p. 35.

¹²⁸ Ibid, p. 36.

¹²⁹ Ibid, p. 36.

representações sociais deriva do sucesso com que elas controlam a realidade de hoje através da de ontem e da continuidade que isso pressupõe. Uma vez difundido e aceito este conteúdo, ele se constitui em uma parte integrante de nós mesmos, de nossas inter-relações com outros, de nossa maneira de julgá-los e de nos relacionarmos com eles; isso até mesmo define nossa posição na hierarquia social e nossos valores, pois, todas as interações humanas, surjam elas, entre duas pessoas ou entre dois grupos, pressupõem representações e, na realidade, é isso que as caracteriza¹³⁰”.

Portanto, diz Duveen:

“[...] na minha opinião, a tarefa¹³¹ da psicologia social é estudar tais representações, suas propriedades, suas origens e seu impacto. Nenhuma outra disciplina dedica-se a essa tarefa e nenhuma está mais bem equipada para isso¹³²”.

Segundo Moscovici “as representações sociais devem ser vistas como uma maneira específica de compreender e comunicar o que nós já sabemos¹³³”. E o que se sabe? Aquilo que se sabe pode ser representado da seguinte forma¹³⁴:

**REPRESENTAÇÃO FIGURA
SIGNIFICAÇÃO = IMAGEM**

Ou, noutros termos,

¹³⁰ Ibid, p.

¹³¹ No que se refere às leis do pensamento coletivo, elas são totalmente desconhecidas. A psicologia social, cuja tarefa seria defini-las, não é nada mais que uma palavra descrevendo todo tipo de variadas generalizações, vagas, sem um objetivo definido como foco. O que é necessário descobrir pela comparação de mitos, lendas, tradições populares e linguagens, como as representações sociais se atraem e se excluem; como elas se mesclam ou se distinguem etc. Émile Durkheim, The Rules of Sociological Method. IN: **Ibid**, Moscovici, p. 42.

¹³² Ibid, p. 41.

¹³³ Ibid, Moscovici, p. 46.

¹³⁴ Ibid, Máspoli, p. 42.

“[...] a representação iguala toda imagem a uma idéia e toda idéia a uma imagem. A própria linguagem, quando carregada de representações, localiza-se a meio caminho entre o que é chamado de linguagem de observação e a linguagem da lógica; essa expressando símbolos abstratos e aquelas expressando puros fatos¹³⁵”.

Isso ocorre porque se dá a *“união da linguagem e da representação¹³⁶”*, uma vez que desde o início do século passado houve uma ruptura entre a forma de utilização da linguagem verbal comum como meio de comunicação de conhecimento, de idéias coletivas e de pesquisa para a formação tanto do senso comum como para a ciência, pois para essa os *signos¹³⁷* foram substituídos por equações e proposições e, para aquela, *“a linguagem que fora excluída da esfera da realidade material, re-emerge na esfera da realidade histórica e convencional, conservando sua relação com a representação¹³⁸”*.

As representações sociais interessam por causa da existência de *“uma necessidade contínua de re-construir o “senso comum” ou a forma de compreensão que criou o substrato das imagens e sentidos, sem a qual nenhuma coletividade pode operar¹³⁹”*. Elas são *“modalidades de pensamento prático orientadas para a comunicação, a compreensão e o domínio do ambiente social, material e ideal¹⁴⁰”*.

¹³⁵ Ibid, Moscovici, p. 46.

¹³⁶ Ibid, Moscovici, p. 46.

¹³⁷ Signo é a associação arbitrária entre um significado e um significante, onde o significado é o conceito veiculado pelo significante, a imagem mental por ele produzida, seu conteúdo latente, às vezes cifrado, às vezes oculto. O significante é a representação material do signo, o som que o constrói ou sua representação material, seu conteúdo manifesto, claro. E é exatamente o sistema de signos que insere o homem no universo social distinto dos animais. E essa vida social é uma condição de todo pensamento organizado. **Ibid**, Máspoli, p. 42.

¹³⁸ Ibid, Moscovici, p. 47.

¹³⁹ Ibid, Moscovici, p. 48.

¹⁴⁰ Ibid, Máspoli, p. 42.

II – A REPRESENTAÇÃO SOCIAL E A NECESSIDADE DA PESQUISA DE CAMPO

Voltando à definição de Duveen,

“Há numerosas ciências que estudam a maneira como as pessoas tratam, distribuem e representam o conhecimento. Mas o estudo de como, e por que, as pessoas partilham o conhecimento e desse modo constituem sua realidade comum, de como eles transformam idéias em prática – numa frase: o poder das idéias – é o problema específico da psicologia social¹⁴¹”.

Weber, após levantar sua tese sentiu a necessidade de informações que pudessem lhe dar suporte, e para consegui-las se colocou em campo partindo para os Estados Unidos da América a fim de entender como os protestantes foram influenciados pela doutrina da predestinação.

¹⁴¹ Social psychology and developmental psychology: extending the conversation. In: DUVEEN, G & LLOYD, B. (eds.). Social Representations and the Development of Knowledge, p. 164-185. Cambridge: Cambridge University Press.

As conclusões dessa pesquisa o levaram a produzir o trabalho cujo título é a *Ética Protestante e o Espírito da Capitalismo*, publicado em 1904 nas páginas da revista “Archiv für Sozialwissenschaft”¹⁴².

Seguindo os passos de Weber, a questão, portanto, é saber se e como os protestantes reformados do século XXI (2007) são influenciados e representam à doutrina da eleição no seu cotidiano? Uma vez que não se têm informações estatísticas que sirvam de base para tal intento para, posteriormente, se entender como compartilham esse conhecimento e constroem as suas realidades comuns, tomando por base as análises feitas por Weber, chega-se a um conjunto de perguntas para as quais é possível encontrar essas respostas.

Na elaboração desse conjunto de perguntas foram levados em consideração alguns pressupostos norteadores. Em primeiro lugar a preocupação de não refletir um conteúdo especificamente teológico, mas de como a partir desse conteúdo internalizado e que serve de estímulo psicológico, verificar como o protestante reformado hodierno representa, no seu dia a dia, aquilo que aprendeu nos seus estudos, uma vez que entendem ser a sua fé explícita¹⁴³, na sua relação com o mundo com o qual dialoga.

Em segundo lugar, para a delimitação do universo serão objetos dessa pesquisa 36 (trinta e seis) indivíduos declaradamente protestantes reformados,

¹⁴² Ibidem, Max Weber, p. 13.

¹⁴³ Fé Explícita:- O protestante de forma geral e, em particular o calvinista, não somente crê num conjunto de dogmas que lhe foi apresentado pela igreja, ele também sabe o porquê crê nesses dogmas, uma vez que os estuda e entende para poder confessar a sua crença.

inseridos em igrejas Presbiterianas do Brasil, sob a jurisdição de um Presbitério¹⁴⁴ localizado na cidade de São Paulo em 2007.

Em terceiro lugar os indivíduos objetos da pesquisa foram distribuídos nos seguintes grupos de observação:

Grupo I – Oficiais da Igreja Presbiteriana do Brasil, composto apenas de Pastores e Presbíteros. Não serão inclusos os Diáconos porque, vistos de regra, não estão ligados à área de ensino. Não serão inclusas mulheres, pois não fazem parte do grupo de oficiais da referida igreja. Não são consideradas as faixas etárias, grau de instrução ou cor, mas aqueles que receberam ordenação para o exercício de tal ofício.

Grupo II – Professores da Escola Bíblica Dominical, composto de homens e mulheres que se dedicam ao ensino na igreja, atuando entre os jovens (18 a 35 anos) e adultos (acima de 35 anos). Não são consideradas as faixas etárias, grau de instrução ou cor, mas aqueles que foram escolhidos pelo Conselho da igreja local para exercer essa atividade e que trabalham secularmente.

Grupo III – Membros Leigos¹⁴⁵, composto de homens e mulheres classificados como jovens na faixa etária de 18 a 35 anos e adultos na faixa

¹⁴⁴ O Presbitério é um dos Concílios da Igreja Presbiteriana do Brasil que são assembléias constituídas de Ministros e Presbíteros regentes. Os Concílios são: Conselho da Igreja, Presbitério, Sinodo e Supremo Concílio. Os Concílios guardam entre si gradação de governo e disciplina; e, embora cada um exerça jurisdição original e exclusiva sobre todas as matérias da sua competência os inferiores estão sujeitos à autoridade, inspeção e disciplina dos superiores. O Presbitério é formado por, no mínimo, quatro Ministros e igual número de igrejas, e exerce jurisdição sobre os Ministros e Conselhos de determinada região. **Manual Presbiteriano**, Editora Cultura Cristã, São Paulo – Capital, 14ª Edição, Capítulo II – Constituição da Igreja Presbiteriana.

etária acima de 35 anos, inscritos no rol de membros de cada igreja. Não são considerados o grau de instrução e a cor, mas aqueles que trabalham secularmente. Esses membros são os que, por meio da representação social, reproduzem nos seus cotidianos os conteúdos apreendidos, transformando-os em algo objetivo.

Moscovici nos diz que essa transformação se dá por meio de dois processos, a saber: Ancoragem e Objetivação.

“Ancoragem – Esse é um processo que transforma algo estranho e perturbador, que nos intriga, em nosso sistema particular de categorias e o compara com um paradigma de uma categoria que nós pensamos ser apropriada [...] Ancorar é, pois, classificar e dar nome a alguma coisa¹⁴⁶”.

A Objetivação é “transformar algo abstrato em algo quase concreto, transferir o que está na mente em algo que exista no mundo físico¹⁴⁷”.

Em quarto lugar, o plano de entrevistas obedeceu à formatação dos grupos conforme especificados acima e, dentro de cada grupo o sujeito-objeto foi escolhido de forma aleatória, mantendo-se a paridade entre homens e mulheres, sempre que possível.

Em quinto lugar, optou-se pela elaboração de questões abertas, pois como nos explica Bardin¹⁴⁸, *“Trata-se de examinar as respostas a um inquérito que*

¹⁴⁵ Toma-se aqui a expressão “Leigos” para diferenciar os oficiais e os professores dos demais membros da igreja. Não está aqui inserido o conceito de ordens sacras (pessoas admitidas aos votos solenes) ou de pessoas alheias ao assunto.

¹⁴⁶ Ibid, Moscovici, p. 60 et seq.

¹⁴⁷ Ibid, Moscovici, p. 60 et seq.

explora as relações psicológicas que o indivíduo mantém com o objeto da pesquisa”, no caso a doutrina da eleição.

Em sexto lugar, levou-se também em consideração que o pesquisador, por ser pastor da denominação, pudesse de alguma forma interferir nas respostas através de um diálogo com o interlocutor e, em se tratando de perguntas abertas o pesquisador faz as perguntas e registra as respostas. Não foram descartas, no entanto, outras questões elucidativas [a critério do pesquisador].

Todos quantos foram indicados a participar responderam positivamente, não havendo nenhuma recusa. Isso demonstrou o envolvimento do protestante reformado com a formação acadêmica dos membros da comunidade. Em todas as igrejas envolvidas na pesquisa, feitas durante o que se denomina Escola Bíblica Dominical, os participantes não demonstraram dificuldade no entendimento das perguntas; o pesquisador não foi chamado a traduzir os termos usados.

Antes das respostas foi apresentada a cada sujeito a “Carta de Informação ao Sujeito de Pesquisa” e o “Termo de Consentimento Livre e Esclarecido” obedecendo às normas do Comitê de Ética em Pesquisa da Universidade Presbiteriana Mackenzie.

As seis igrejas visitadas estão localizadas na Zona Leste da cidade de São Paulo, sendo que cinquenta por cento, em bairros com pessoas de maior poder econômico e os outros cinquenta por cento, em bairros com pessoas de menor poder econômico. Cada sujeito entrevistado respondeu às perguntas feitas pelo pesquisador, sem a interrupção ou questionamentos e, as respostas foram gravadas em Mídia magnética com posterior digitação das respostas visando à posterior análise do conteúdo.

¹⁴⁸ Laurence Bardin, *Análise de Conteúdo*, Edições 70, Lisboa – Portugal, 3ª Edição, 2004, p. 12.

As respostas às perguntas às quais se pretende aplicar a técnica de análise de conteúdo fazem parte o questionário reproduzido abaixo. As perguntas não foram feitas, na sua maioria, na forma direta para que os participantes não se sentissem inclinados a asserções positivas por estarem na presença de um pastor protestante e, que naquele momento também era o pesquisador.

As perguntas são as seguintes:

- 1 – Você se considera um escolhido por Deus?
- 2 – Você concorda que um escolhido por Deus não pode perder a sua salvação?
- 3 – Já que você se considera um escolhido por Deus o que mudou em sua vida com essa certeza?
- 4 – Como reconhecer um escolhido por Deus?
- 5 – O sucesso pessoal, profissional e econômico são evidências da graça de Deus na vida do escolhido?
- 6 – Qual a sua atividade profissional?
- 7 – Como a certeza de ser um escolhido por Deus influencia no seu relacionamento com o trabalho?
- 8 – Como a certeza de ser um escolhido por Deus influencia as suas relações pessoais?
- 9 – O que um escolhido por Deus precisa fazer para garantir a sua salvação?

III – Análise de Conteúdo – Uma Ferramenta para Interpretação

Uma vez realizada a pesquisa de campo, deve-se perguntar: Como interpretar as respostas? Recorrendo a Moscovici se obtém a seguinte orientação: “... tudo quanto é dito ou escrito é susceptível de ser submetido a uma análise de conteúdo¹⁴⁹”. O que é a análise de conteúdo atualmente? A psicóloga Bardin¹⁵⁰ a definiu como:

“Um conjunto de instrumentos metodológicos cada vez mais sutis em constante aperfeiçoamento, que se aplicam a <discursos> (conteúdos e continentes) extremamente diversificados. O fator comum destas técnicas múltiplas e multiplicadas – desde o cálculo de freqüências que fornece dados cifrados, até a extração de estruturas traduzíveis em modelos – é uma hermenêutica controlada, baseada na dedução: a inferência. Enquanto esforço de interpretação, a análise de conteúdo oscila entre os dois pólos do rigor da objetividade e da fecundidade da subjetividade. Absolve e cauciona o investigador por esta atração pelo escondido, o latente, o não aparente, o potencial de inédito (do não dito), retido por qualquer mensagem”.

Os textos já eram abordados de diversas formas e a hermenêutica uma das técnicas usadas para interpretar textos sagrados ou misteriosos, assim como a

¹⁴⁹ P. Henry e S. Moscovici, Problèmes de L’analyse de contenu, em Language, Setembro 1968, nº II. In: Laurence Bardin, Análise de Conteúdo, Edições 70 LTDA, Lisboa - Portugal, 3ª Edição, 2004, p. 28

¹⁵⁰ Ibid, Bardin, p. 12.

retórica e a lógica são usadas na interpretação dos discursos. Por volta de 1640, na Suécia, uma nova modalidade de interpretação começou a surgir, foi feita uma pesquisa de autenticidade sobre os hinos religiosos, em número de noventa, para se saber sobre possíveis “efeitos nefastos” nos luteranos envolvendo, temas religiosos, seus valores, modalidades de aparição e complexidade estilística.

Em 1888-1892 o francês B. Bourbon¹⁵¹, usou para ilustrar um trabalho sobre “*a expressão das emoções e das tendências da linguagem*” o livro do Êxodo previamente preparado pela classificação temática das palavras-chaves. Entre 1908-1918, um estudo sociológico por Thomas e Znaniecki sobre a integração dos emigrantes polacos na Europa e na América utilizando uma técnica elementar da análise de conteúdo num material composto por elementos variados (cartas, diários íntimos, relatórios oficiais e artigos de jornais).

Nos primeiros quarenta anos do século XX, o que seria conhecido como Análise de Conteúdo, desenvolveu-se nos Estados Unidos, embasado no rigor científico da medida, e o material analisado é o jornalístico. Bardin¹⁵², assim se refere a esse fato, dizendo: “*A atitude interpretativa continua, em parte, a existir na análise de conteúdo, mas, é sustida por processos técnicos de avaliação, não pretendendo ser nem doutrinal nem normativa*”.

A Escola de Jornalismo de Colúmbia inicia os estudos quantitativos dos jornais e, posteriormente, com o advento da Primeira Guerra Mundial, alcançando até a Segunda, deu-se lugar a um tipo de análise da propaganda de guerra. Bardin¹⁵³ diz que “*o primeiro nome que de fato ilustra a história da análise de conteúdo é o de H. Lasswell: fez análises de imprensa e de propaganda desde 1915... Em 1927 é editada Propaganda Technique in the World War*”.

¹⁵¹ Ibid, p. 12.

¹⁵² Ibid, p. 12.

¹⁵³ Ibid, p. 13.

Entre 1940 e 1950 houve a sistematização das regras a partir do interesse dos departamentos de ciências políticas dos Estados Unidos pelos problemas levantados pela Segunda Guerra Mundial. Nesse período diz Bardin¹⁵⁴: “25% dos estudos empíricos que resultam da técnica de análise de conteúdo pertencem à investigação política”. Duas análises são o exemplo característico da aplicação dessa técnica nesse período, conforme salienta Bardin¹⁵⁵:

“[...] o primeiro, a análise do romance autobiográfico *Black Boy*, de Richard Wright efetuada por R. K. White em 1947 [...] Trata-se de uma análise estatística dos valores, assinalados ao longo do livro; e o segundo as 167 cartas de Jenny Gove Masterson cujo conteúdo analisado por A. L. Baldwin em 1942 deu origem a seguinte publicação: *Personality structure analysis: a statistical method for investigating the single personality*”, *J. abnorm. Soc. Psychol*, 1942, 37.

Do ponto de vista metodológico surgem às regras de análise elaboradas por E. Berelson auxiliado por P. Lazarsfeld trazendo a definição e análise de conteúdo, a qual resume as preocupações epistemológicas deste período: “*A análise de conteúdo é uma técnica de investigação que tem por finalidade a descrição objetiva, sistemática e quantitativa do conteúdo manifesto da comunicação*”¹⁵⁶.

O período entre 1950 e 1960, apesar de inicialmente apresentar desilusão dos estudiosos quanto à matéria a ponto de parecerem “*abandonar a partida*”, a ponto do desencantamento com o método ser definido por Berelson¹⁵⁷:

¹⁵⁴ Ibid, p. 14.

¹⁵⁵ Ibid, p. 15.

¹⁵⁶ B. Berelson e P. F. Lazarsfeld, *The analysis of communications content*, University of Chicago and Columbia University, Preliminary Draft, Chicago e New York, 1948; depois, B. Berelson, *Content analysis in communication research*, Glencoe, Ill. The Free Press, 1952; e B. Berelson, *Content Analysis in G. Lindzey (org), Handbook of Social Psychology*, Cambridge, Addison-Wesley Publishing Co., 1954: In; Laurence Bardin, *Análise de Conteúdo*, p. 16.

¹⁵⁷ Ibid, Bardin, p. 17.

“[...] análise de conteúdo, como método, não possui qualidades mágicas... e raramente se retira mais do que nela se investe e algumas vezes até menos; no fim das contas, nada há que substitua as idéias brilhantes”, na realidade se caracterizou pela “expansão das aplicações da técnica a disciplinas muitas diversificadas e pelo aparecimento de interrogações e novas respostas no plano metodológico”.

O Social Science Research Council's Committee on Linguistics and Psychology, convocou diversos congressos sobre o problema da Psicolinguística, sendo o último realizado em Illinois em 1955 e, a análise de conteúdo retoma as forças ganhando novos contornos metodológicos e epistemológicos. Ao final dos anos 50 a análise de conteúdo alcança progressão geométrica quando comparados os números de estudos efetuados partindo da *“média de 2,5 estudos por ano entre 1900 até 1920, para 13,3 entre 1920 e 1930, 22,8 entre 1930 e 1940, 43,3 entre 1940 e 1950 para mais de 100 estudos por ano entre 1950 e 1960¹⁵⁸”.*

A partir de 1960 e nos anos que se seguiram, três foram os fenômenos que essencialmente influenciaram a investigação e a prática a análise de conteúdo:

“[...] o primeiro foi o recurso tecnológico com a inclusão da informática por meio de computadores cada vez mais potentes que permitiram a assimilação rápida de quantidades de dados impossíveis de manipular manualmente e autorizar testes estatísticos impraticáveis anteriormente e a ultrapassar a dicotomia análise quantitativa / qualitativa; o segundo o interesse pelos estudos inerentes à comunicação não verbal e o terceiro é a inviabilidade de precisão dos trabalhos lingüísticos¹⁵⁹”.

¹⁵⁸ Ibid, Bardin, p. 19.

¹⁵⁹ Ibid, Bardin, p. 19 e 20.

A análise de conteúdo é um conjunto de técnicas de análises de comunicação, isto é, tudo o que é dito ou escrito, excluindo do seu campo de aplicação, no dizer de Moscovici e P. Henry:

“[...] tudo o que não é propriamente lingüístico, tal como filmes, representações pictóricas, comportamentos (considerados “simbólicos”), etc., embora em certos aspectos o tratamento destes materiais levante problemas semelhantes aos da análise de conteúdo”¹⁶⁰.

Numa primeira fase é possível sistematizar o conjunto dos tipos de comunicação segundo dois critérios: “o número de pessoas implicadas na comunicação¹⁶¹” e, a “natureza do código e do suporte da mensagem¹⁶²”, o que permite resumi-los num quadro de dupla entrada – ANEXO E – Domínio da Análise de Conteúdo. Identificando no quadro de dupla entrada que a pesquisa levada a efeito tem por suporte um questionário aberto e, que, portanto, se enquadra no código de suporte Lingüístico – Escrito e de Comunicação Dual, onde estão agrupadas as “cartas, respostas a questionários, testes projetivos e trabalhos escolares”, sendo, então, objeto da análise de conteúdo, trata-se de como descrever analiticamente as informações contidas nas mensagens – respostas às perguntas do questionário.

Segundo Bardin, “a descrição analítica funciona segundo procedimentos sistemáticos e objetivos de descrição do conteúdo das mensagens¹⁶³”. Embora a descrição analítica não seja uma ferramenta específica da análise de conteúdo, pois, é usada por outras disciplinas que trabalham com a linguagem e com a

¹⁶⁰ P. Henry e S. Moscovici, Problèmes de l’analyse de contenu, em Language, Setembro 1968, nº II. In: Ibid, Bardin, p. 28.

¹⁶¹ Ibid, Bardin, p. 29.

¹⁶² Ibid, Bardin, p. 29.

¹⁶³ Ibid, Bardin, p. 29.

informação, tais como, a lingüística, semântica e a documentação, “*é importante para que se insista com ela*”¹⁶⁴.

A análise de conteúdo pode trabalhar com “significados” (exemplo: a análise temática), ou “significantes” (análise lexical, análise dos procedimentos), o tratamento descritivo objetivo constitui a primeira fase do procedimento que, “*de acordo com a material ou unidade de codificação podem ser: a palavra, a frase, o minuto, o centímetro quadrado*”¹⁶⁵. Para efeito desse trabalho o código considerado será a palavra.

¹⁶⁴ Ibid, p. 29.

¹⁶⁵ Ibid, p. 31.

Capítulo III

A INFLUÊNCIA DA ELEIÇÃO NO ETHOS PROTESTANTE EM RELAÇÃO AO TRABALHO

“Se seguirmos fielmente nosso chamamento divino, receberemos o consolo de saber que não há trabalho insignificante ou nojento que não seja verdadeiramente respeitado e importante ante os olhos de Deus¹⁶⁶”. João Calvino (1509-1564).

Antes do desenvolvimento desse capítulo, cabe uma lembrança. Este trabalho não tem por objetivo apenas apresentar a visão protestante reformada quanto aos aspectos que se pode encontrar em sua doutrina naquilo que se refere ao trabalho.

Esse trabalho objetiva demonstrar que estímulos psicológicos que têm por base conceitos religiosos, desde de que internalizados, produzem mudança de comportamento, na maneira de ver a relação com o mundo, de se relacionar com os semelhantes e de encarar a atividade laboral numa perspectiva transcendente.

¹⁶⁶ João Calvino, A Verdadeira Vida Cristã, Editora Novo Século, São Paulo, 2000, p. 77.

Essa demonstração é trazida a lume por meio das Representações Sociais embasadas pela pesquisa de campo. A partir do resultado (Anexo F) dessa pesquisa é que se apresentará a percepção da influência da doutrina da eleição no modo como o protestante reformado entende sua relação com o trabalho.

I - A Etimologia da Palavra Trabalho

Qual a origem da palavra trabalho? Muitos podem ser os indivíduos que desconhecem a origem etimológica da palavra trabalho. A origem da palavra trabalho deriva do latim vulgar tripalium ou trepalium. Esse tripalium era o nome dado a um instrumento formado por três paus, parece não haver dúvida.

Há, no entanto, duas associações a esse instrumento, a primeira com àquele usado pelo agricultor com o qual batiam o trigo, as espigas de milho, o linho, para rasgá-los e esfiapá-los e, a segunda associação, como nos dicionários, faz referência a um instrumento romano usado na tortura de pessoas.

Era composto de por três estacadas fincadas ao chão que formavam uma espécie de tripé nos quais eram amarrados aqueles que seriam torturados. A palavra reúne dois elementos para sua composição, o “tri” (três) e “palus” (pau), que ao pé da letra significa três paus, derivando daí o verbo tripaliare ou trepaliare e o significado inicial de “torturar alguém no tripalium”.



Com o passar do tempo esse instrumento de tortura foi desaparecendo e, por volta do século XII a palavra havia ingressado nas línguas românicas como: treball, traballo ou trabalho em português, travail em francês (que ainda apresenta uma variante de tripalium para designar uma estrutura de madeira feita para imobilizar o cavalo para facilitar a troca de ferraduras e pequenas cirurgias), trabajo ou trabajo em espanhol e travaglio em italiano usado para o trabalho de parto [com dores] e, usa “lavoro” para outras atividades.

Em todas essas línguas, porém, é usada como substantivo abstrato com os seguintes significados: tormento, agonia e sofrimento. Esses significados negativos aderiram de tal forma à palavra, que mesmo em nossos dias, apesar dos esforços que se faz para enaltecer a atividade laboral como meio de inserção social, não perdeu a ligação primeira com a dor e o sofrimento.

A palavra trabalho também chegou a uma das línguas de origem anglo-saxônicas, por meio da França, importando desde o início o seu significado negativo de “tormento e agonia”. Da palavra “travail” derivou-se “travel” usada na linguagem Shakespeareana usada para designar o esforço penoso e cansativo. Mas no século XIV ela adquiriu um novo sentido e que perdura até os dias atuais como “viagem”.

II – O CONCEITO DE TRABALHO NA HISTÓRIA

O conteúdo apresentado a seguir não tem a pretensão de ser um estudo exaustivo dos tipos de atividades humanas as quais se possa atribuir o nome de trabalho. Mas, apresentar, por meio de alguns fatos históricos, a evolução do conceito de trabalho.

Desde o começo da história do homem aos dias modernos o conceito de “trabalho” sofreu sucessivas alterações assumindo novos domínios e valores. Caminhando desde a Era das Sociedades Primitivas até a Pós Modernidade o

trabalho, como visto na etimologia do termo, carregou e ainda carrega a pecha de opróbrio, desprezo e inferioridade. Na medida em que as sociedades evoluíam os conceitos também se alteraram e, o trabalho visto como tortura e maldição, ascende ao patamar de fonte de realização pessoal e social, o trabalho como veículo capaz de dar à vida do indivíduo alguma dignidade.

1 – O Trabalho nas Sociedades Primitivas

Pode-se dizer que o trabalho nas chamadas sociedades primitivas decorre da necessidade da atuação grupal dentro do grupo familiar visando à defesa contra o ataque de outros clãs, contra as intempéries da natureza e contra os animais selváticos. Uma vez que as atividades de subsistência eram essencialmente extrativistas influenciaram a constatação de que a ação em grupo, em comunidade, produzia melhores resultados do que ação individual, fazendo com que a vida em comunidade se refletisse sobre a vida moral.

2 - O Trabalho no Egito

Vê-se no Egito Antigo (3.000 a 332 a. C) uma das primeiras manifestações da influência religiosa sobre o trabalho na associação com a pessoa “divina” do Faraó. Considerado pelos egípcios como um deus vivo [filho do Sol (Amon-Rá) e encarnação do deus-falcão (Hórus)], toda a felicidade do povo emanava dele e de seu poder ilimitado.

Sob seu comando estavam os exércitos, a aplicação da justiça, organização das atividades religiosas, sociais e econômicas. Como pai e mãe dos seres humanos; exercia autoridade sobrenatural que visa, entre outros, o recrutamento de trabalhadores em grande quantidade para manutenção do exército, do sistema de irrigação, construção de templos, pirâmides e outras obras públicas.

Quando se analisa uma sociedade de classes há uma tendência na direção da estratificação de três categorias de trabalhadores, a saber: os livres, os servos e os escravos. No entanto, se pode destacar que na sociedade egípcia existia um

outro tipo de relação homem versus trabalho que se pode caracterizar como trabalho compulsório.

A economia egípcia primava pela concentração dos excedentes de produção nas mãos do governo e nos templos, então, uma estrutura de controle sobre tal trabalho e o excedente gerado precisou ser criada por meio de uma atividade chamada corvéia [trabalho compulsório nas terras do senhor em alguns dias da semana].

A partir do terceiro milênio encontra-se aquilo que se pode chamar de “liberdade dos camponeses”, sujeitos a trabalhar só por contrato, enquanto a quantidade de escravos era mínima, constituída basicamente de escravos de guerra. Mas como o número de escravos ainda era insuficiente para a realização das colheitas, das obras públicas e das outras atividades que necessitavam de uma grande quantidade de mão-de-obra, o governo adotou o recrutamento dos “homens livres” para trabalhar diretamente para o estado, instituindo a corvéia.

Num documento chamado de “*papiro do reino médio*”¹⁶⁷ estão registradas as condições de trabalho instituídas na corvéia e que não eram menos duras que as condições utilizadas no trabalho escravo e não necessitava da anuência do trabalhador uma vez que seu caráter era compulsório.

Esse texto informa que as condições de trabalho impostas às pessoas, em princípio livres, quando convocadas à corvéia real para exercerem variadas atividades laborais, eram:

- a) Encerradas a noite na prisão local durante o período do trabalho compulsório;
- b) estavam sujeitas às punições severas para fugas;

¹⁶⁷ <http://www.duplipensar.net/artigos/2007s1/trabalho-compulsorio-no-egito.html>

- c) Se a fuga se desse por período igual há seis meses o homem, outrora livre, se tornaria um escravo hereditário, e,
- d) Para forçar a volta do fugitivo os seus familiares também podiam ser aprisionados.

Assim, quer como escravo, ou contratado compulsoriamente mediante corvéia os trabalhadores, ditos livres, sustentaram toda base econômica da sociedade egípcia.

3 – O Trabalho na Grécia

Para os gregos o trabalho era a expressão da miséria do homem, desprezavam o trabalho, deixando-o para os escravos, valorizando a única atividade considerada digna de um homem livre, que era o ócio¹⁶⁸ dos filósofos. Na obra do filósofo Platão¹⁶⁹ “A República” encontra-se a defesa dessa idéia expressa num Estado com Constituição Ideal:

“[...] não pode permitir que seus cidadãos vivam a vida como trabalhadores mecânicos ou comerciantes, o que por si é ignóbil e inimigo da virtude. Nem tampouco pode permiti-los de se engajar na agricultura: o ócio é uma necessidade, tanto para o crescimento da virtude como para a perseguição das atividades políticas”.

Já em Aristóteles¹⁷⁰ para quem o trabalho embrutecendo a mente inutilizando o homem a política e a filosofia, defendia a existência da diferença entre os homens e, que não havia qualquer divergência na divisão existente, entre o trabalho manual e as atividades intelectuais e políticas.

¹⁶⁸ Para Platão, a finalidade das pessoas livres é justamente a contemplação das Idéias, na medida em que a atividade teórica é considerada a mais digna, por representar a essência fundamental de todo ser racional.

¹⁶⁹ Platão, A República, Editora Nova Cultura Ltda., Tradução de Enrico Corvisieri, São Paulo, 1999, Livro V, p. 174.

¹⁷⁰ Aristóteles, Política. In: Os Pensadores, Editora, Nova Cultura Ltda, São Paulo, 1999, p. 151.

“A natureza distingui os corpos do escravo e do senhor, fazendo o primeiro forte para o trabalho servil e o segundo esguio e, se bem que inútil para o trabalho físico, útil para a vida política e para as artes, tanto na guerra quanto na paz”.

Para ele a superioridade dos cidadãos, *desde o momento em que nascem, os homens estão determinados uns para a sujeição, outros para o comando*¹⁷¹, explicava-se pelo fato de que os superiores definiam o sentido das coisas, tanto econômicas, quanto sociais ou políticas.

Como o tempo do cidadão grego devia ser aplicado à filosofia e ao exercício da cidadania, não podia exercer qualquer atividade laboral que envolvesse a força física, por esse motivo os escravos executavam todas as atividades inferiores determinadas pela vontade das classes superiores.

O pensamento grego sobre o trabalho pode ser resumido como sendo coisa para escravos, como se verifica, também em Ésquilo¹⁷²: *“Todos os trabalhos são desagradáveis, menos o do rei dos deuses, pois ninguém é livre senão Zeus”.*

4 - O Trabalho no Judaísmo

No pensamento Judaico o trabalho está ligado diretamente ao aspecto religioso, pois sua base se encontra nos mandados de Deus, como se viu nos capítulos primeiro e segundo. Como o Cristianismo compartilha sua essência com o judaísmo, voltar-se-á aos mandados mais adiante. O entendimento quanto à atividade laboral se encontra no Mandato Cultural.

No início da história da humanidade Deus indica ao homem o seu comissionamento aqui na terra, como se lê em Gn. 1.28:

¹⁷¹ Ibid, p. 150.

¹⁷² Ésquilo, Prometeu Acorrentado, São Paulo, Abril, 1992, p. 13.

“E Deus os abençoou e lhes disse: Sede fecundos, multiplicai-vos, enchei a terra e sujeitai-a; dominai sobre os peixes do mar, sobre as aves dos céus e sobre todo animal que rasteja pela terra”.

José (filho de Jacó com Raquel) enquanto ocupou posição de mando na casa de Potifar, oficial de Faraó e comandante da guarda (Gn 39) e, posteriormente na corte de Faraó, não descartou a propriedade e dignidade de suas funções como executivo de alto escalão (Gn 41.37-51).

Moisés a quem Deus entregou as Tábuas da Lei ou o Decálogo, onde o próprio Deus estabeleceu não somente o descanso semanal (Gn 20.8), mas o número de dias da semana nos quais se deve trabalhar. No quarto mandamento se lê: *“Seis dias trabalharás e farás toda a tua obra” (Ex 20.9).*

No livro dos Juizes: a questão mais importante para as necessidades materiais era possuir terra e ter paz social, sem inimigos que impedissem o plantio e a colheita, (Juizes 6.3-6).

No livro de Eclesiastes, escrito pelo rei Salomão, há futilidade no trabalho fora do contexto religioso; pois há tempo para tudo *“Onde os bens se multiplicam, também se multiplicam os que dele comem; que mais proveito, pois, têm os seus donos do que os verem com seus olhos? Ec 5.11”.*

A palavra dos profetas expressam intensa preocupação com a dignidade do trabalho e com os direitos dos trabalhadores. O profeta Jeremias em seu livro escreveu *“Ai daquele que edifica a sua casa com iniquidade, e os seus aposentos com injustiça; que se serve do trabalho do seu próximo sem remunerá-lo, e não lhe dá o salário” (Jr 22.13);*

O profeta Malaquias avisa sobre a condenação sobre aqueles que não observam os ensinamentos do Senhor *“E chegar-me-ei a vós para juízo; e serei uma*

testemunha veloz contra os [...] que defraudam o salário do jornaleiro, e oprimem a viúva e o órfão, e torcem o direito do estrangeiro, e não me temem, diz o SENHOR dos Exércitos" Ml 3.5, porque trazem severa condenação para os que não pagam os salários combinados.

Nos escritos do profeta Zacarias a falta do salário é equacionada com tempos de provação e de instabilidade institucional, quando cada um está contra o seu próximo "*Pois antes daqueles dias não havia salário para os homens, nem lhes davam ganho os animais; nem havia paz para o que saía nem para o que entrava, por causa do inimigo*" Zc 8.10. Assim, para o entendimento judaico o Trabalho nunca é "um mal necessário", mas uma atividade dignificante e sagrada.

5 – O Trabalho no Império Romano

O período histórico que envolve o Império Romano se estendeu por cerca de mil anos. Período esse que foi da fragmentação do Império Romano à Idade Média. Os cidadãos livres se dividiam em patrícios e plebeus. Os patrícios eram os descendentes das famílias dos antigos chefes tribais. No início da República, eles constituíam a classe dirigente. Já os plebeus não tinham linhagem aristocrática e não possuíam direitos políticos, mas muitos se dedicaram ao comércio.

Como a expansão do império se dava por meio de guerras de conquista, cada povo conquistado aumentava o número de escravos. Esses escravos, no entanto, não usufruíam a condição de seres humanos, mas de propriedades e, podiam ser vendidos e explorados como qualquer mercadoria. O trabalho que executavam no artesanato e na agricultura era importante para a produção dos bens consumidos pela sociedade. Os escravos podiam, no entanto, comprar a sua liberdade ou então gozar da benesse de um senhor que o libertasse.

No século III a.C., após as guerras, surgiram novas camadas sociais: cavaleiros ou homens novos (plebeus enriquecidos no comércio) e os clientes (dependentes dos patrícios). A partir daí, a organização social já não se estabelecia em função do nascimento, mas sim da riqueza.

A partir do século III, o Império Romano entrou em declínio. Com o fim das guerras de conquista, esgotou-se a principal fonte fornecedora de escravos. Teve início à crise do escravismo que abalando seriamente a economia, fez surgir o colonato que deu origem ao êxodo urbano, as disputas pelo poder e a diminuição dos exércitos. Com o enfraquecimento do Império Romano ocorreu uma cisão e, no século V, a parte ocidental não resistiu às invasões dos bárbaros germânicos.

Assim, como se pode observar o conceito de trabalho no Império Romano não diferia dos vistos anteriormente, mesmo porque a sociedade romana assumiu como seus conceitos desenvolvidos pelos gregos. Embora existisse em Roma aqueles que viviam do comércio, o trabalho era visto como uma atividade inferior e devia ser executada por escravos.

6 – O Trabalho Na Idade Média

A queda do Império Romano do Ocidente, por volta do século V d.C. (de 401 a 500) deu início ao período conhecido como Idade Média. Seguida das inúmeras invasões dos povos bárbaros e associadas à má gestão política e econômica de sucessivos imperadores, trouxeram mudanças para as várias regiões da Europa.

Essas mudanças desaguaram num novo modelo econômico, político e social que se denominou chamar de Sistema Feudal¹⁷³. A palavra feudo significa propriedade. Um feudo podia ser uma área, um cargo, uma função eclesiástica ou

¹⁷³ O Feudalismo não coincide com o início da Idade Média (século V d.C.), porque esse sistema começou a ser delineado antes do início dessa etapa histórica, mais precisamente, durante o início do século IV, vindo a consolidar-se definitivamente ao término do Império Carolíngio, no século IX d.C.

o direito de adquirir alguma vantagem. Mas quase sempre, o feudo era uma extensão de terra concedida a alguém como “benefício” em troca de serviços. De qualquer modo, receber um feudo era adquirir poder sobre bens materiais sobre as pessoas que dependiam desses bens.

A economia feudal pode ser dividida em dois períodos denominados de alta idade média e baixa idade média. Durante a alta idade média [século V ao século X], devido à instabilidade política, causada pelas invasões bárbaras, a economia se caracterizou pela auto-suficiência. Isto é, no feudo se buscava produzir tudo quanto se fazia necessário à manutenção da comunidade, pois, o comércio quase que inexistente, impossibilitava qualquer tipo de abastecimento externo.

As principais atividades econômicas estavam associadas à manutenção das pessoas, destacando-se, entre elas, a produção agrícola e a criação de animais. Podem-se fazer três divisões em relação à utilização das terras dos feudos para entender o funcionamento desse sistema:

Campos Abertos:- Caracterizavam-se pela posse coletiva da terra; local aonde os servos podiam extrair madeira e soltar animais;

Reserva Senhorial:- Área de propriedade exclusiva do senhor feudal, tudo produzido ali era seu.

Manso Servil ou Tenência:- Áreas utilizadas pelos servos destinadas ao auto-sustento e recursos para cumprir as obrigações feudais.

O feudalismo baseou o seu conceito de trabalho nas relações servo-contratuais que tem suas origens no Império Romano. Os senhores feudais se tornaram os proprietários das terras recebidas do soberano local. Já os servos (camponeses e os pequenos artesãos) formavam a terceira camada da sociedade, pois nas duas primeiras camadas estavam os nobres e os clérigos.

Os servos deviam pagar várias taxas e tributos aos senhores feudais, tais como: corvéia (trabalho de 3 a 4 dias nas terras do senhor feudal), talha (metade

da produção), banalidade (taxas pagas pela utilização do moinho e forno do senhor feudal). Recebiam em troca o direito a um pedaço de terra para morar e a proteção contra os ataques dos bárbaros. E quando se dirigiam ao manso senhorial, atravessando a ponte ligava o castelo ao restante do feudo, tinham que pagar um pedágio, exceto quando essa travessia se dava para cuidar das terras do Senhor Feudal.

Na Baixa Idade Média [século XI ao XV], caracterizada pelo fim das invasões e pelo surgimento de novas técnicas agrícolas tornando possível a comercialização do excedente de produção, ocorre a quebra do sistema de subsistência. A população volta a crescer e os burgos se estendem para além das muralhas dos castelos.

Os servos¹⁷⁴, cansados da exploração feudal e ouvindo as notícias da agitação comercial das cidades, migravam em busca de melhores condições de vida. Isso influenciou não somente o comércio, mas, também a mentalidade da população campesina proporcionando a desorganização do sistema feudal e forçou a modificação das antigas relações servis. Surgiram, por exemplo, contratos de arrendamento da terra entre camponeses e proprietários, contratos de trabalho assalariado para contratação do trabalho dos camponeses.

Lentamente foram sendo criadas rotas de comércio por toda a Europa, cujas mais importantes eram a rotas que se dirigiam para o sul, organizadas pelas cidades italianas de Gênova e Veneza e as rotas do norte que se dirigiam para a região de Flandres [região localizada ao norte da Bélgica e que conta com cidades importantes como: Antuérpia, Bruxelas e Gante, entre outras]. Nos cruzamentos dessas grandes rotas comerciais apareceram vicinais menores que uniam todos os pontos da Europa.

¹⁷⁴ A servidão é diferente da escravidão, já que os servos são ligeiramente mais livres que os escravos. Um servo podia sair das terras do senhor de terras e ir para onde quisesse, desde que não tivesse dívidas a pagar para o senhor de terras. Na servidão, o servo não trabalha para receber uma remuneração, mas para ter o direito de morar nas terras do seu senhor. Também não existe qualquer vínculo contratual entre os dois, mesmo porque senhor e servo eram analfabetos. <http://www.ime.usp.br/~is/ddt/mac333/projetos/fim-dos-empregos/empregoEtrabalho.htm>.

Assim, apareceram as feiras, os grandes mercados abertos e periódicos, para os quais se dirigiam comerciantes de várias partes do continente, se bem que ainda protegidos pelos senhores feudais, que lhe cobravam taxas de passagem e permanência.

Os comerciantes fixavam-se por dias e semanas em algumas regiões, oferecendo mercadorias, como tecidos, vinhos, especiarias e artigos de luxo orientais. As feiras mais famosas foram as da região de Champagne, na França. Com o rápido crescimento do comércio e do artesanato nos burgos, a concorrência entre mercadores e artesãos aumentou bastante.

Para regulamentar e proteger as diversas atividades, surgiram as corporações, que no início eram formadas apenas por mercadores autorizados a exercer seu trabalho em cada cidade. Posteriormente, com a especialização dos diversos artesãos, apareceram as corporações de ofício, que tiveram grande importância nesse período, tais como, as corporações de padeiros, dos tecelões, dos pedreiros, dos marceneiros, etc. Dessa maneira, as corporações de ofício determinavam também as relações de trabalho. Em cada oficina havia apenas três categorias de artesãos: os Mestres, os Oficiais ou Companheiros e os aprendizes.

Em resumo, pode-se dizer que nesse período há um início de mudança quanto ao conceito de trabalho, migrando do aspecto de uma atividade a ser executada por escravos ou servos subservientes para uma atividade laboral que possibilita a distinção entre ofícios, a criação de contratos de trabalho envolvendo remuneração e a ascensão social para aqueles não nascidos em berços nobres ou participantes do clero.

7 - O Trabalho na Idade Moderna

A Idade Moderna é o período da história que se destaca das demais por ter sido um período de transição. Esse período que vai de 1453 a 1789, iniciando com a conquista da Cidade de Constantinopla pelos Turco Otomanos e, terminando

com a Revolução Francesa. A idade moderna pode ser caracterizada como uma época da substituição do modo de produção desenvolvido no sistema feudal pelo modo de produção capitalista e pela melhoria das condições de vida ao “equacionar” a fome, a peste e as sucessivas guerras, criando oportunidades às descobertas marítimas e à aproximação entre os povos.

Destacam-se nesse período histórico três, a saber: a Expansão Marítima, o Renascimento e a Reforma, que provocaram alterações na política, na economia, na sociedade e na cultura. O Renascimento, que começou na Itália, no século XIV, e difundiu-se por toda a Europa, durante os séculos XV e XVI envolveu uma nova sociedade estabelecendo novas relações sociais em seu cotidiano, pois as mudanças na forma de vida urbana, nas relações com o trabalho, a diversão, a moradia, os relacionamentos pessoais exigiram uma nova forma de comportamento.

Assim o Renascimento não foi apenas um movimento, mas uma nova concepção de vida exaltada e difundida nas obras de arte. Entre as várias características apresentadas nesse movimento, que influíram no modo de construção da realidade da época, destacam-se alguns daquelas que tiveram influência na formulação do conceito e na relação do indivíduo com o trabalho.

O Humanismo, um ideal de valorização do homem e da natureza, em oposição ao divino e ao sobrenatural, cujos conceitos haviam saturado a cultura da Idade Média. O homem passou a ser a medida de todas as coisas [antropocentrismo]. Dessa forma, as atividades humanas como o trabalho, as guerras, as transformações produzidas no mundo, as relações pessoais tornaram-se objetos de preocupação, passaram a ser compreendidas como produto da ação do homem.

O Racionalismo, que partia da convicção de que tudo pode ser explicado pela razão do homem e pela ciência, excluindo qualquer coisa que não tenha sido provada; promoveu o desenvolvimento do experimentalismo e da ciência.

O Individualismo, baseado na idéia de que cada um é responsável pela condução de sua vida; na possibilidade de fazer opções e de manifestar-se sobre diversos assuntos, favoreceu a elevação da burguesia e as novas relações de trabalho. Essa característica não implica no isolamento do homem, que continua a viver em sociedade, em relação direta com outros homens, mas na possibilidade que cada um tem de tomar decisões.

O trabalho, a partir dessas características, ganhou novo status e passou a ser considerado uma forma de auto-expressão. Foi o momento de glória do artesão, pois no trabalho provê não somente o seu sustento, mas une a ele a sua arte. O artesão se tornou o artífice de sua própria sobrevivência e o agente de transformação do mundo ao seu redor. Para ele, importa tanto o produto quanto a criação. Assim, o vocábulo adquiriu também o sentido atual de "labuta", "atividade" e "exercício profissional", embora, o termo jamais tenha perdido sua primitiva ligação com a dor e o sofrimento.

8 – O Trabalho na Idade Contemporânea

A Idade Contemporânea é o período histórico, cuja datação cronológica inicial é marcado pela Revolução Francesa (1789 d.C.) e, final em 1945 com o término da II Grande Guerra ou, com a execução dos condenados pelo Tribunal Militar Internacional em 16 de outubro de 1946.

O seu início foi bastante marcado pela corrente filosófica iluminista, que elevava a importância da razão. Havia um sentimento de que as ciências iriam sempre descobrindo novas soluções para os problemas humanos e que a civilização humana progredia a cada ano com os novos conhecimentos adquiridos.

A Revolução Industrial, embora iniciada em 1760, portanto no período da idade moderna, teve sua implantação e expansão na Idade Contemporânea e pode ser destacada pela separação entre o capital e o trabalho, pela consolidação do trabalho assalariado, pelo controle da burguesia sobre a produção, pela substituição do trabalho manual pelo trabalho mecanizado, pela substituição da energia humana pela energia a vapor, pela consolidação do capitalismo e pela influência que exerceu na mudança do conceito de trabalho, entre outras.

Apesar de restrita à Inglaterra, foi responsável pela reordenação da economia mundial durante o século 19, pois representou a nova dinâmica capitalista, responsável por superar o mercantilismo. Ela pode ser analisada em três momentos diferentes:

a) De 1760 a 1850 – Inicialmente restrita à Inglaterra, aonde predomina a produção de bens de consumo, especialmente têxteis, a partir de máquinas movidas por energia a vapor.

b) 1850 a 1900 – Se espalha pela Bélgica, França, Alemanha, Itália e Rússia. Depois para os Estados Unidos, América e Ásia. Cresce a concorrência, a indústria de bens de produção se desenvolve, as ferrovias se expandem; surgem novas formas de energia, como a hidrelétrica e a derivada do petróleo. O transporte também se revoluciona, com a invenção da locomotiva e do barco a vapor.

c) 1900 até hoje – Surgem conglomerados industriais e multinacionais. A produção se automatiza; surge a produção em série; e explode a sociedade de consumo de massas, com a expansão dos meios de comunicação. Avançam a indústria química e eletrônica, a engenharia genética, a robótica.

A Revolução Industrial pode ser definida como sendo *"um conjunto de transformações socioeconômicas e tecnológicas responsável por consolidar o*

*sistema capitalista*¹⁷⁵", e, portanto, deve ser entendida a partir da alteração estrutural que determinou. O aspecto que mais interessa nessa análise por ter trazido radical transformação no caráter do trabalho, foi a separação entre capital e trabalho. De um lado, capital e meios de produção (instalações, máquinas, matéria-prima); de outro, o trabalho.

O modelo adotado para o novo sistema industrial não somente conduziu à modificação do tipo de relação social, como também criou duas novas classes sociais que se mostraram essenciais na operacionalização sistema. Os empresários (capitalistas) são os proprietários dos capitais, prédios, máquinas, matérias-primas e bens produzidos pelo trabalho. Os operários, proletários ou trabalhadores assalariados, possuem apenas sua força de trabalho e a vendem aos empresários para produzir mercadorias em troca de salários. A Revolução Industrial concentrou os trabalhadores em fábricas; os operários passaram a assalariados dos capitalistas (donos do capital).

Os trabalhadores, com essa mudança perderam o controle do processo produtivo passando das mãos dos artesãos para as mãos do detentor dos meios de produção; passando a condição de empregados ou operários. E não somente isso, perderam também a posse da matéria-prima, do produto final e do lucro.

Os artesãos que, na Idade Média, entregavam um produto acabado ao mercado, passaram a controlar máquinas que quebravam o processo de produção em atividades específicas afastando-os, cada vez mais do produto final. Assim, com a mecanização veio a desqualificação¹⁷⁶ e a limitação do domínio técnico

¹⁷⁵ <http://www1.folha.uol.com.br/folha/educacao/ult305u10188.shtml>.

¹⁷⁶ Cada vez mais fortalecida, a burguesia passa a investir também no campo e cria os cercamentos (grandes propriedades rurais). A Lei dos Cercamentos de terras foi fruto do contexto comercial do século XVIII na Inglaterra. Consistia na transformação das terras comuns aos senhores e servos proveniente da antiga relação feudo-vassalica em pastos para as ovelhas. A lã era junto com o carvão e o ferro um dos pilares da expansão comercial inglesa. Os servos sem possuírem terras para conseguirem seu sustento foram forçados a migrar para as zonas urbanas em busca de trabalho, se tornando mão-de-obra barata. Novos métodos agrícolas permitem o aumento da produtividade e racionalização do trabalho. Assim, muitos camponeses deixam de ter trabalho no campo ou são expulsos de suas terras. Vão buscar trabalho nas cidades e são incorporados pela indústria nascente. A mão-de-obra disponível em abundância (desde a Lei dos Cercamentos de Terras), também favoreceu a Inglaterra, pois havia uma massa de trabalhadores procurando emprego nas cidades inglesas do século XVIII. A burguesia inglesa tinha capital suficiente para financiar as fábricas, comprar matéria-prima e máquinas e contratar empregados. O mercado consumidor inglês também pode ser destacado como importante fator que contribuiu para o pioneirismo inglês. http://pt.wikipedia.org/wiki/Lei_dos_Cercamentos_de_Terras.

sobre o próprio trabalho. Os artesãos, acostumados a controlar o ritmo de seu trabalho, agora tinham de submeter-se à disciplina da fábrica.

Esse período de transmutação registra a evolução de novas tecnologias, mudanças econômicas e sociais iniciadas na Europa desde a Baixa Idade Média, mas, especialmente, em países como a Inglaterra, a Escócia, Países Baixos e a Suécia, onde a Reforma Protestante tinha conseguido sobrepujar a influência da Igreja Católica. Nos países fiéis onde o catolicismo manteve a sua influência a **Revolução Industrial** chegou mais tarde, mas procurando manter aquilo que era feito nos países mais avançados em tecnologia, isto é, os países protestantes

9 - O Trabalho e o Cristianismo

Far-se-á nesse ponto um corte, até certo ponto abrupto, porém necessário, com a finalidade de resumir aspectos da história da igreja, atentando apenas para o período da consolidação da divergência religiosa que eclodiu com o movimento da Reforma Protestante. Porque é a partir desse ponto que a conceituação do trabalho e a maneira de se relacionar com a atividade laboral se diferenciaram.

9.1 – O Conceito de Trabalho na Igreja Católica

A Igreja Católica, desde a Idade Média, defendia a renúncia às riquezas terrenas e condenava o trabalho como forma de enriquecimento ou ascensão social. O trabalho, portanto, era apenas uma maneira do homem prover a sua subsistência, disciplinar o corpo e purificar a mente.

A igreja enfatizava o destino espiritual do homem, ou seja, a preocupação com o lugar a ele destinado após a sua morte – céu ou inferno. Enquanto estivesse nesse mundo, a preocupação primeira deveria

ser com a salvação e, por conta disso, a igreja era a única opção de ajuda nessa tarefa.

Assim, para livrar o pecador das portas do inferno a igreja passou a estabelecer critérios objetivos para alcançá-la, dentre os quais desçam-se:

a) Condenar o lucro nas relações comerciais, pois, os bens materiais eram meios à disposição do homem para facilitar sua salvação e não o enriquecimento;

b) O trabalho era visto apenas como meio de sustento;

c) O homem não deveria desejar alterar a sua posição social, não desejar ser mais do que era ao nascer;

d) O comerciante devia vender seus produtos por preço justo, isto é, sem lucro; quando muito repassando as despesas originadas pela intermediação;

e) O empréstimo de dinheiro a juros – “proibição da usura”.

Na realidade essas restrições impostas pela igreja tinham pouca validade entre os reis e os nobres, pois quando necessitavam de capital para financiar seus propósitos, recorriam aos judeus, que não se regiam pelas orientações de Roma e, não se sentiam atemorizados pela condenação ao inferno. Assim, as restrições da igreja atingiam a camada mais desvalida da população e serviram de instrumento de dominação social e de condenação a qualquer rebeldia contra a ordem estabelecida.

Esse modo de pensar estabelecia um sistema de castas defendido pelo clero, cuja relevante influência se destacava no feudalismo. Os clérigos, destacados como os servidores de Deus, eram os guardiões da fé, da cultura, da administração das propriedades da igreja e tornavam legítimos, no sentido de autenticar, o modo de agir da aristocracia.

A ociosidade da aristocracia, desde a Grécia antiga, não era defendida como sinônimo de preguiça, mas um dever de isenção ao envolvimento com as atividades manuais, para empregar os esforços físicos e mentais às funções mais valorizadas como a política, a guerra, o sacerdócio e ao exercício do poder.

Ao sustentarem que Deus atribuía tarefas específicas aos homens e, que dentre esses alguns (o Clero) deviam se preocupar com a salvação de todos dedicando-se às orações; outros deviam dedicar-se á proteção do povo de Deus e lutar pela sua segurança (os Nobres); e os demais deviam dedicar o seu trabalho (os camponeses) ao sustento daqueles que oravam e lutavam.

9.2 – O Trabalho e a Reforma Protestante – Mudança de Paradigma

A Reforma Protestante marcou o processo de decadência da Igreja Católica como a representante da ordem feudal. Foi o movimento resultante da ação de vários homens, através dos tempos, na tentativa de reconduzir a Igreja Católica às origens e fazê-la caminhar dentro dos parâmetros estabelecidos pela Palavra de Deus.

Assim, de Agostinho até João Calvino, muitos foram aqueles que, até mesmo com o sacrifício de suas vidas, se dedicaram a essa tarefa purificadora. Portanto, a Reforma Protestante não deve ser vista como tendo seu início no século XVI ou com Martinho Lutero, mas como um processo que levou séculos para se consolidar e eclodir em 1517. Esse movimento acabou por separar duas formas, que se mostraram antagônicas, de viver separados do mundo, mas influenciando e interagindo com o mundo em que se vive.

Com Lutero e Calvino, o conceito de trabalho alcançou um valor transcendente, pois passou a ser visto como uma forma de servir a Deus e glorificá-Lo. Weber¹⁷⁷ percebe essa diferença ao dizer que:

“O trabalho social do calvinista no mundo é exclusivamente trabalho in majorem Dei gloriam {para aumentar a glória de Deus}. Daí por que o trabalho numa profissão que está a serviço da vida intramundana da coletividade também apresenta esse caráter”.

A diferença entre o calvinismo e os demais movimentos cristãos, quer protestantes ou não, é a de como a fé cristã se relaciona com a cultura humana, a vida e o mundo que os cerca. O doutor Gouveia¹⁷⁸ nos diz que o calvinismo:

“[...] não é somente um sistema teológico completo” e, continua “[...] é uma completa biocosmovisão que determina para o calvinista o ponto de partida para toda sua reflexão e sua vida prática, que determina enfim as diretrizes pressuposicionais de qualquer área da vida e do pensamento humano”.

Calvino não se contentava tão somente com uma reforma do conteúdo dogmático e do modo de vida da igreja, mas com a transformação de toda a cultura humana em nome de Jesus e para a Glória de Deus. Ele mesmo afirma que *“Se seguirmos fielmente nosso chamamento divino, receberemos o consolo de saber que não há trabalho insignificante ou nojento que não seja verdadeiramente respeitado e importante ante os*

¹⁷⁷ Max Weber, A Ética protestante e o Espírito do Capitalismo, Companhia das Letras, Edição de Antônio Flávio Pierucci, 4ª Reimpressão, São Paulo, 2006, p. 99.

¹⁷⁸ Ricardo Quadros Gouvêa, no prefácio da obra A verdadeira Vida Cristã – João Calvino, Editora Novo Século Ltda, São Paulo, 2000, p.10.

olhos de Deus”. O poeta inglês George Herbert¹⁷⁹, assim expressou o pensamento de Calvino:

*“Ensina-me, meu Deus e meu Rei,
A ver-te em todas as coisas;
E o que quer que eu faça
Que o faça como se fosse para ti.
Um servo com esse preceito
Faz da labuta algo divino;
Quem varre uma sala, segundo as tuas leis,
Enobrece a mesma e a sua atividade”.*

Pode-se dizer que Calvino ciente da realidade financeira de Genebra e de suas implicações reconhece a natureza produtiva do capital e do trabalho humano. Ele não permite que a leitura de certas normas escritas para uma sociedade judaica agrária e primitiva ganhasse força opressora sobre a sociedade urbana da Genebra do século XVI, evitando o mesmo tipo de interpretação, feita pela Igreja Católica, de passagens como as encontradas no livro de Deuteronômio relacionadas à ética nos negócios, como por exemplo, a proibição acerca do empréstimo de dinheiro a juros.

Calvino combate à idéia daqueles que se consideravam estar acima dos trabalhos manuais, os Clérigos por perseguirem uma vida contemplativa e a ociosidade da Aristocracia enfatizando àqueles exilados¹⁸⁰ em Genebra. Ao desenvolver uma ética do trabalho que encoraja o desenvolvimento, pois o crente é chamado a servir a Deus no mundo, ou seja, em todas as esferas de atividades seculares, ele é dignificado e assume novo significado. Calvino cita os escritos do Apóstolo

¹⁷⁹ Alister E. McGrath, *A Vida de João Calvino*, São Paulo, Editora Cultura Cristã, 2004, p. 264.

¹⁸⁰ O aristocrata francês Pierre de Bourdeille Brantôme registrou seu choque ao visitar Genebra e ver o antigo nobre François d’Aubeterre trabalhando para seu sustento como *faiseur de boutons*. Por que – perguntava ele – deveria alguém de uma família tão nobre ter que se humilhar, fazendo botões? Alister E. McGrath, *A Vida de João Calvino*, São Paulo, Editora Cultura Cristã, 2004, p. 263.

Paulo: “*Se alguém não quer trabalhar, também não como*” (2 Tessalonicenses 3.10).

O trabalho secular se tornou uma parte integrante da espiritualidade de Calvino, conferindo um novo sentido à máxima monástica medieval “*laborare est orare*”. O trabalho manual não era somente uma regra em Genebra; era o ideal religiosamente ratificado ao qual se atribui significado de dignidade e santidade a uma atividade comum e cotidiana do mais humilde produtor.

Se por um lado Calvino contribuiu para a eliminação dos entraves como o opróbrio social e religioso contra a geração de capital, estimulou de forma positiva a adoção de ações objetivas que favoreceram, como subproduto, a ascensão do Capitalismo. Valores como frugalidade, diligência, perseverança, trabalho árduo e dedicação, foram religiosamente sancionados pelas idéias de Calvino.

Assim, um dos legados do calvinismo à cultura ocidental é uma nova atitude em relação ao trabalho e, de modo especial, ao trabalho manual. O trabalho deixou de ser o meio para a obtenção das necessidades básicas à existência do indivíduo, tornando-se “*a mais louvável de todas as atividades humanas*”. Ser “chamado” por Deus não nos exime das relações com o mundo que nos cerca, mas exige a participação ativa em cada um dos aspectos que envolvem a vida secular.

O trabalho, para os calvinistas, não é visto como emprego assalariado, mas como o uso produtivo e diligente de quaisquer recursos e talentos que alguém possa possuir. É entendido como um tipo de oração na qual se associam as atividades físicas e espirituais na mesma ação objetivando a execução de funções socialmente úteis e benéficas, além da certeza pessoal da salvação.

Outra produto da Reforma é a idéia de vocação ou chamado. Tomada de São Tomás de Aquino e introduzida por Lutero utilizando a palavra alemã *Beruf*, “*no sentido de uma posição na vida, de um ramo de trabalho definido*”¹⁸¹, fora ignorado desde a Antiguidade Clássica, nas fazia parte do ideário de todos os povos predominantemente protestantes, pois proveio das traduções da Bíblia.

Lutero desenvolveu a idéia de vocação ou chamado a partir da tradição medieval que vigorava em sua época, partindo do trabalho mundano embora pertencente ao reino das criaturas, é a base natural da vida de fé, moralmente indiferente em si mesmo como o comer e o beber¹⁸². Posteriormente, com a clareamento da idéia de *sola fides*, aumenta o significação da vocação numa profissão como:

“[...] *cumprimento dos deveres intramundanos e a única via de agradar a Deus em todas as situações, que esta e somente esta é a vontade de Deus, e por isso toda profissão lícita simplesmente vale muito e vale igual perante Deus*”¹⁸³.

Com o conseqüente envolvimento de Lutero com as questões de seu tempo foi crescendo sua inclinação para a significação do trabalho profissional como sendo a profissão concreta do indivíduo uma ordem de Deus para ocupar na vida esta posição. Isso o levou à idéia de destinação, isto é, o indivíduo deve permanecer na profissão e no estamento no qual Deus o colocou e manter sua ambição terrena dentro dos limites dessa posição na vida que lhe foi dada.

¹⁸¹ Weber, A Ética Protestante, p.71.

¹⁸² Ibid, p. 72.

¹⁸³ Ibid, p.73.

Weber¹⁸⁴ diz que esse entendimento leva às seguintes constatações: que em primeiro lugar:

“[...] a vocação é aquilo que o ser humano tem de aceitar como designo divino, ao qual tem de “se dobrar”” e, em segundo lugar que “essa nuance eclipsa a outra idéia também presente de que o trabalho seria uma missão, ou melhor, a missão dada por Deus”.

Já em Calvino o trabalho está ligado à obra providencial que Deus executa no mundo, conduzindo todas as coisas a seu devido fim, com o trabalho livre e espontâneo do homem¹⁸⁵. Deus está no início e no progresso cósmico da criação, bem como, na evolução da história humana, incluindo seus atos e decisões dos indivíduos. Trabalhar livremente é executar o trabalho de Deus, agindo em todas as coisas ajustando-se à ação de Deus.

No sistema calvinista não se atribui valor independente ao trabalho, por exemplo, como meio de subsistência; pois o homem não vive primariamente do seu esforço laboral, mas, vive somente da graça de Deus, o autor e provedor dos bens materiais. O doutor Biéler disse que um homem, para ser um homem autêntico, realizado e em plena posse de sua humanidade, deve: *“[...] trabalhar na fé e na obediência a Deus. Tal é sua profunda vocação. É a isto que foi ele chamado, desde a origem [...] Se não trabalha, não responde a essa vocação”.* Todo homem, portanto, deve executar o trabalho que Deus lhe dá.

¹⁸⁴ Ibid, p.77.

¹⁸⁵ Podemos definir a providência divina como a atividade do Deus Triúno por meio do qual ele (a) provê as necessidades de suas criaturas, (b) preserva todo o universo criado, (c) dirige todos os caminhos individualmente, (d) governa toda a obra de suas mãos, (e) retribui todas as obras más e (f) concorre em todos os atos de suas criaturas racionais, sejam atos bons ou maus, de modo que nada escapa ao seu controle. Heber Carlos de Campos, A Providência e a sua realização histórica, Editora Cultura Cristã, São Paulo, 1ª Edição, 2001, p. 13.

Essa vocação, como encontrada nas páginas da Bíblia, nos remete a uma forma de viver que não pode ser boa nem aprovada, a não ser que Deus seja o próprio autor. Deus não quer que homem se ocupe naquilo que condena a sua Palavra. Para isso se faz necessário escolher uma profissão em função do serviço a prestar (utilidade) e não do possível ganho decorrente do seu exercício. Por esta razão, afirma o Calvino: "*Certo é que jamais profissão alguma será d'Ele aprovada se não for útil, e se o público não for dela servido, e se também não redundar em proveito de todos*".

III – A Influência da Eleição no Ethos Protestante em Relação ao Trabalho

Partindo da representação social, maneira pela qual o reformado se vê atuando no mundo, os esforços se voltam a identificar e explicar os conceitos que agindo como estímulos psicológicos influenciam o ethos [maneira de ser] protestante reformado hodierno em seu relacionamento com o trabalho.

1 – A Influência da Doutrina da Eleição Verificada na Pesquisa de Campo

1.1- Identificando e Delimitando os Objetos da Pesquisa

Você se considera um escolhido por Deus? Ao se pergunta da convicção pessoal quanto a se considerar um escolhido de Deus pode, em primeira plana, parecer uma questão de cunho meramente teológico, mas serve de parâmetro de identificação e delimitação dos indivíduos objetos da pesquisa.

Se ele não se considera um escolhido, não faz parte do grupo protestante reformado que, em tese, conhece a doutrina que professa, e, portanto, não haveria como avaliar, a sua percepção quanto à possível influência desta na sua maneira de ver o mundo e de se relacionar com ele. Weber observou que essa doutrina, de modo geral, é o “*dogma mais*

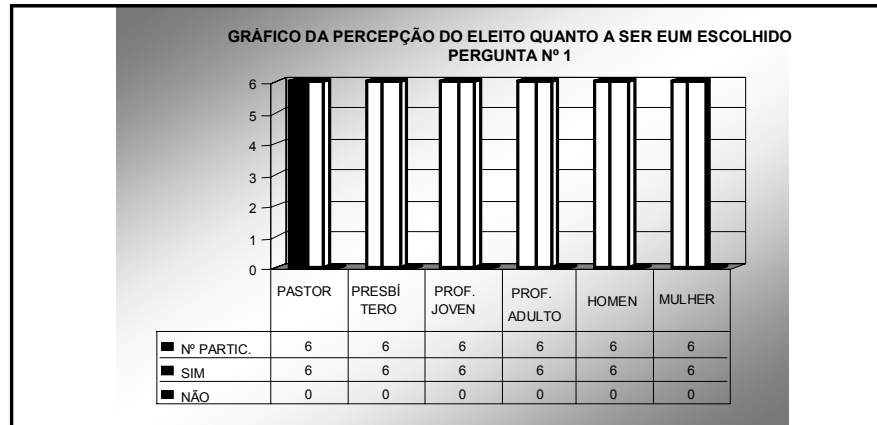
característico dos calvinistas¹⁸⁶”. Noutro lugar ele comenta que “[...] *quando se tem em mente sua significação causal em virtude de sua influência sobre outros processos históricos*”.

Como se pôde verificar no primeiro capítulo, a influência desse dogma se manifesta em três áreas da vida de cada indivíduo, a saber: Espiritual, Social e Cultural. A espiritual reflete o relacionamento que o indivíduo tem com o seu Deus; a Social reflete o relacionamento que o indivíduo deve cultivar para com o próximo e, o Cultural reflete o relacionamento que o indivíduo tem com a atividade laboral que exerce.

As respostas obtidas demonstram a convicção pessoal dos entrevistados quanto a fato de se considerarem escolhidos por Deus. Essa convicção está registrada em expressões como: “Sem sombra de dúvida”, “Concordo Integralmente”, mas de forma particular a frase “é a única coisa que tenho certeza absoluta”, foi considerada pelo pesquisador como a mais significativa.

Vale destacar a expressão dos rostos dos entrevistadas ao afirmarem a sua convicção pessoal, pode-se verificar certo orgulho desprovido de presunção, de quem recebeu um presente que não mereciam e nem mesmo esperavam e se mostra alegre. Todas as (36) trinta e seis respostas foram afirmativas, não foram registradas variações entre a grade e classificação dos entrevistado, isto é, pastores, presbíteros, professores de jovens e adultos e membros. Portanto, para efeito dessa pesquisa, os indivíduos entrevistados serão considerados inclusos na categoria protestantes reformados. As respostas seguem de forma tabulada no gráfico abaixo.

¹⁸⁶ Ibid, Weber, p. 90.



1.2- Da Certitudo Salutis

Você concorda que um escolhido por Deus não pode perder a sua salvação? Ao se indagar da certeza pessoal da salvação que o escolhido de Deus alega ter, pode em primeira plana parecer uma questão de cunho meramente teológico, mas a certeza da salvação ou “*certitudo salutis*”¹⁸⁷ para se distinguir o estado de graça, haveria, segundo observado por Weber¹⁸⁸, de assumir “*uma significação absolutamente prioritária*”. Por causa dela passou-se à busca de quais e tais marcas seriam distintivas para quem pertencia ao grupo dos salvos.

Weber disse que “*como a doutrina da predestinação não se altera, nem se atenua e nem é fundamentalmente abandonada*”¹⁸⁹, surgem dois tipos básicos de aconselhamento, um subjetivo e outro objetivo tratado mais adiante:

“De um lado, torna-se pura e simplesmente um dever considerar-se eleito e repudiar toda e qualquer dúvida como tentação do diabo, pois a falta de convicção,

¹⁸⁷ Ibid, Weber, p. 100.

¹⁸⁸ Ibid, Weber, p. 100.

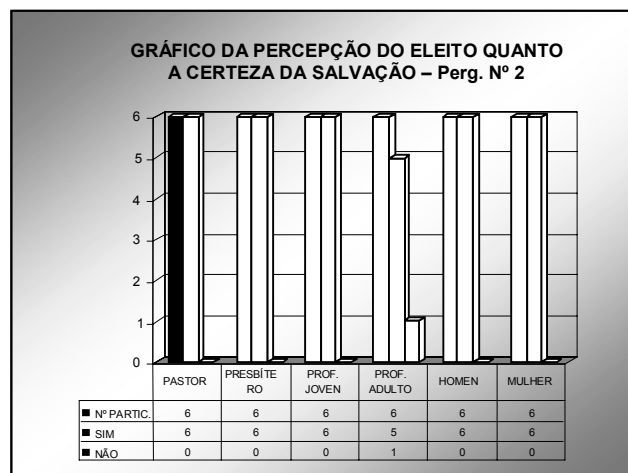
¹⁸⁹ Ibid, p.101.

afinal, resultaria de uma fé insuficiente e, portanto, de uma atuação insuficiente da graça¹⁹⁰”.

Para Weber, levando em consideração os estímulos psicológicos, a fé precisa se comprovar por seus efeitos objetivos a fim de poder servir de base segura para a “*certitudo salutis*”: precisa ser uma “*fides efficaz*¹⁹¹” e o chamado à salvação.

Assim, como já foi dito anteriormente, o aspecto religioso influencia todas as áreas da vida do protestante reformado, por esse motivo, se elaborou, de forma indireta essa pergunta, para se saber em primeiro lugar se há convicção quanto à certeza da salvação, para então se perguntar em que base está suportada essa convicção.

Se a resposta quanto à certeza da salvação (subjativa) fosse negativa, impossibilitaria a verificação dos efeitos objetivos. Esses efeitos objetivos serão considerados, mais à frente, quando da análise da pergunta nº 9. Portanto, para efeito dessa pesquisa, os indivíduos entrevistados serão considerados inclusos na categoria protestantes reformados. As respostas seguem de forma tabulada no gráfico abaixo.



¹⁹⁰ Ibid, p. 101.

¹⁹¹ Ibid, p. 104.

Pode-se observar que na quarta coluna, referente aos professores dos membros adultos, uma queda, no computo geral, do percentual afirmativo em favor da certeza da salvação de 83 (oitenta e três) por cento, para 17 (dezessete) por cento em favor da incerteza quanto à certeza da salvação.

Essa certeza está registrada na expressão “Concordo Plenamente” que aparece com maior incidência e, no caso da incerteza a expressão “Depende do que eu fizer”. Isso demonstra que entre os protestantes reformados pesquisados existem linhas de interpretação diferentes daquela herdada da reforma e reformatadas através do tempo.

Essa difusão ou distanciamento entre as correntes interpretativas, também foi observada por Weber¹⁹² e, poderia se refletir na forma da construção da realidade desses indivíduos, uma vez que a representação social seria feita diferentemente e o trabalho profissional sem descanso já não seria o fator que dissiparia a dúvida religiosa, dando a certeza do estado de graça. Não cabe aqui, uma valoração quanto a essa forma de construção, se para melhor ou pior, mas tão somente, indicar e registrar o fato da diversidade da representação social.

1.3- A Percepção da Influência da Eleição na Vida do Eleito

Já que você se considera um escolhido por Deus o que mudou em sua vida com essa certeza? O que se pretende com essa pergunta é saber como o protestante reformado hodierno entende e vive, de forma geral, debaixo da influência da sua eleição. Aqui não se procurou a identificação dos aspectos dogmáticos, mas como o conteúdo apreendido, uma vez que os protestantes reformados entendem ser a sua fé explícita, serve de

¹⁹² Vide Capítulo I desse trabalho, p.7, onde o assunto foi abordado.

estímulo psicológico que os leva a uma transformação de vida e à construção dialética de sua realidade.

Pretende-se descobrir em quais áreas da vida esses protestante reformados percebem a influência da doutrina da eleição. Poder-se-ia perguntar se sentem influência da doutrina da eleição na sua relação com o trabalho, o que direcionaria essa percepção estreitando a espontaneidade da auto-avaliação, pois o sentimento do entrevistado seria direcionado para a obrigação de dizer alguma coisa a esse respeito tendo sido questionado.

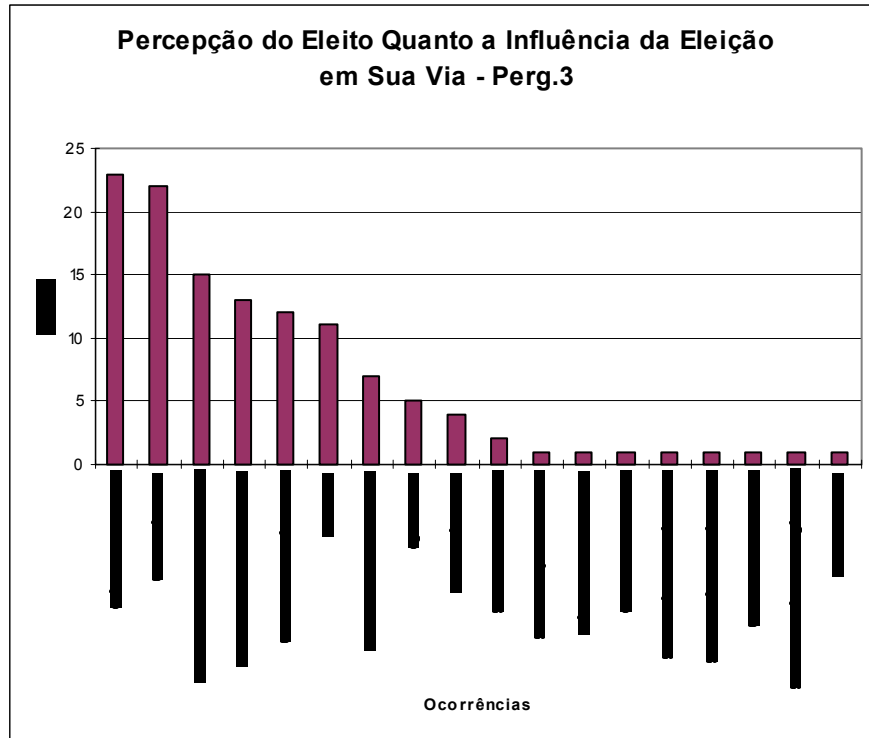
Já a pergunta feita de forma indireta faz com que o pesquisado reflita em todas as áreas de sua vida e identifique aquelas que ele realmente sente essa influência e, se não fosse identificada à influência na relação com o trabalho, à pesquisa e esse trabalho, como um todo, perderia a sua razão de ser. Weber¹⁹³ disse ter encontrado, em sua análise, vestígios da influência dessa doutrina em manifestações da conduta de vida e na maneira do protestante ver a vida:

“No período histórico do qual nos ocupamos, vestígios desse influxo da doutrina da predestinação¹⁹⁴ se mostram com nitidez em manifestações elementares tanto da conduta de vida quanto da concepção de vida...”

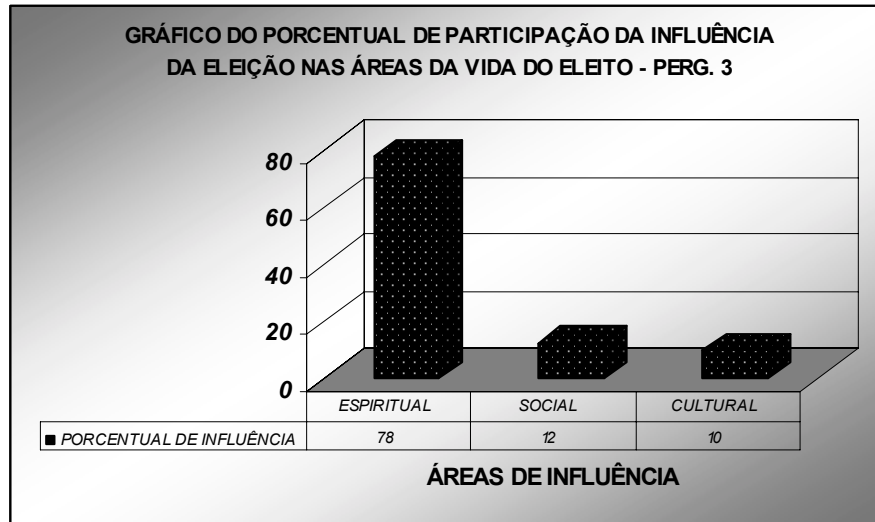
Vejam-se a seguir as áreas da vida dos protestantes reformados nas quais sentem influência da doutrina da eleição, como estímulo psicológico para mudança de conduta ou práxis diária.

¹⁹³ Max Weber, A Ética Protestante e o Espírito do Capitalismo, Edição de Antônio Flávio Pierucci, Companhia das Letras, Editora Schwarcz LTDA., 4ª Reimpressão, São Paulo, 2006, p.96.

¹⁹⁴ Vide o Capítulo I quanto às explicações para a preferência da utilização do termo “Eleição” e não “Predestinação” nesse trabalho.



A partir da análise do conteúdo dos termos utilizados para identificar a percepção geral do protestante reformado hodierno, dentro dos limites dessa pesquisa, quanto à influência dessa doutrina em sua vida, pode-se concluir pela existência de 3 áreas distintas de percepção, a saber: a da influência: Espiritual, Social e Cultural, cujos percentuais de importância são apresentados no quadro que segue:



Quando o protestante reformado fala de “Mudança de Vida”, está a falar da mudança da cosmovisão, ou seja, como ele passa a enxergar o mundo no qual vive, se manifesta e transforma a partir dessas três áreas básicas. As percepções se manifestam da área espiritual para as demais e, não poderia ser diferente, pois a partir daquilo que chamam de um “encontro pessoal com Deus” é que se processa essa transformação. O ponto central da vida desse protestante está baseado no seu relacionamento com Deus.

Mandado Espiritual. Nesse Mandado somente participam aqueles que foram eleitos e, por isso, responderam positivamente ao chamado de Deus e exercitam relacionamento individual com o Deus que os elegeu dedicando-lhe a vida e, de forma especial, um dia em sete para glorificá-lo. *“E abençoou Deus o dia sétimo e o santificou; porque nele descansou de toda a obra que, como Criador, fizera” (Gênesis 2.3).* A promessa da bênção de Deus está inclusa na obediência ao mandado.

Mandado Social. Quando o protestante reformado fala da sua percepção quanto à influência da doutrina na área Social, ele se refere ao relacionamento com outras pessoas, a começar na sua própria família, no

cuidado com a sua esposa, seus filhos, pais, parentes, amigos e inimigos. A cumprir esse mandado são chamadas todas as pessoas, independentemente de eleitas ou não, pois a promessa da bênção de Deus está inclusa na obediência ao mandado, mesmo que nem se saiba de sua existência. A educação dos filhos é um exemplo desse cuidado observado por Weber:

“[...] espécie de ensino superior que costumam proporcionar a seus filhos¹⁹⁵”, “a peculiaridade espiritual inculcada pela educação” e a “direção conferida à educação pela atmosfera religiosa da região de origem da casa paterna, determinou a escolha da profissão e o subsequente destino profissional¹⁹⁶”.

Todos quantos se dedicam a cuidar de seus relacionamentos e, de forma especial, naqueles cuidados que dispensam às suas famílias criando indivíduos estruturados, pois não é bom que o homem esteja só, como o disse Deus após a criação dele: *“Disse mais o SENHOR Deus: Não é bom que o homem esteja só; far-lhe-ei uma auxiliadora que lhe seja idônea” (Gênesis 2.18).*

Mandado Cultural: Quando o protestante reformado fala da sua percepção quanto à influência da eleição na área Cultural, ele se refere ao relacionamento com o trabalho. Está, portanto, confirmada a hipótese inicial, pois de forma espontânea a influência é percebida como resultado dos estímulos internos.

A percepção da influência da doutrina da eleição na vida desse protestante reformado vai ao encontro do entendimento quanto à

¹⁹⁵ Ibidem, Weber, p. 32.

¹⁹⁶ Ibidem, Weber, p. 33.

participação naquilo que denominam de “Pacto” ou “Aliança¹⁹⁷”, como os demais mandados.

É a partir do entendimento desse conteúdo dogmático, que se mostrou internalizado, que ele é estimulado a atuar ativamente no mundo em que vive e mantém uma relação dialética incluindo o trabalho. Portanto, não está ligada à doutrina da predestinação como verificada por Weber entre os protestantes inclusos em sua pesquisa.

No Mandado Cultural todos quantos trabalham dignamente, ganhando o sustento com o suor de seus rostos hão de prosperar [terão suas necessidades atendidas], pois a promessa da bênção de Deus se encontra depositada na Sua Palavra e não na pessoa. *“No suor do rosto comerás o teu pão, até que tornes a terra, pois dela foste formado; porque tu és pó e ao pó tornarás” (Gênesis 3.19).*

Embora o conhecimento da influência da “Aliança” tenha sido apontado na Reforma, mas não desenvolvida com amplitude, é o fator motivador do comportamento do protestante reformado. Para o protestante reformado hodierno a “Soberania de Deus” é a sua doutrina mais característica, contrária à percepção dos protestantes observados por Weber que consideravam a “Predestinação”. A eleição os inclui na Aliança e, por conseguinte, nas suas responsabilidades e direitos.

¹⁹⁷ De modo geral uma Aliança ou Pacto é um contrato entre duas partes, que as obriga mutuamente a assumir compromissos cada uma em prol da outra. Teologicamente (usado a respeito dos relacionamentos entre Deus e o homem) denota um compromisso gracioso da parte de Deus no sentido de beneficiar e abençoar o homem e, especificamente, aqueles homens que, pela fé, recebem as promessas e se obrigam a cumprir os deveres envolvidos neste compromisso. Walter A. Elwell, Enciclopédia HISTÓRICO-TEOLÓGICA DA Igreja Cristã, Sociedade Religiosa Edições Vida Nova, São Paulo, julho de 1988, Vol. I., verbete Aliança, p. 44 Cabe, no entanto, ressaltar que as partes pactuantes não são iguais. Deus não pode ser obrigado por quem que seja a cumprir exigências. Ele é o autor da aliança e estabelece direitos e deveres na relação pactuada e o homem é chamado a obedecer (grifo do autor).

1.4 – As Demonstrações Visíveis ao Reconhecimento de um Escolhido

Como reconhecer um escolhido por Deus? O que se busca aqui identificar é se o “*trabalho sem descanso*” é uma característica do entendimento do protestante reformado hodierno e, se de alguma forma, eles o reproduzem em suas vidas. Se for verdade é plausível esperar que entre as respostas se verifique que um escolhido pode ser reconhecido por investir seu tempo e esforço na atividade laboral.

Retomando a afirmação de Weber de que “*como a doutrina da predestinação não se altera, nem se atenua e nem é fundamentalmente abandonada*”, surgem-se dois tipos básicos de aconselhamento, um subjetivo [abordado anteriormente no capítulo II, pergunta 2], e o outro o objetivo:

“E, de outro lado, distingue-se o trabalho profissional sem descanso como o meio mais saliente para se conseguir essa autoconfiança. Ele, e somente ele, dissiparia a dúvida religiosa e daria a certeza do estado de graça”.

Cabe, então, verificar se se pode encontrar na representação do protestante reformado hodierno a percepção do “*trabalho sem descanso*” como fator motivacional para reconhecimento do escolhido dando-lhe a certeza do seu estado de graça.

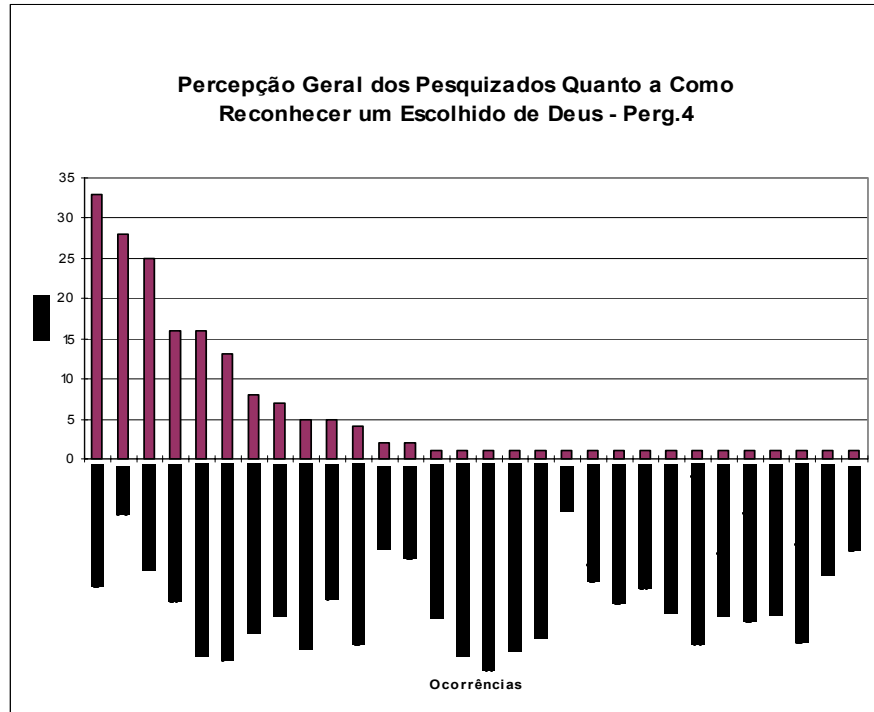
Pelas respostas registradas no quadro abaixo, é possível verificar que na sexta coluna aparece a palavra “trabalho”, no entanto, no conjunto de respostas se verifica uma mudança de entendimento quanto ao relacionamento com o trabalho. Não é visto como meio de garantir ou comprovar a eleição, nem que deve ser exercido sem descanso.

Para o protestante reformado o entendimento da noção bíblica de trabalho está ligado ao significado do dia de descanso, que é oferecido ao homem para interromper sua atividade laboral para participar do trabalho e do perdão divinos, pois separados dos tais não existe trabalho eficaz aos olhos de Deus. Esse é o sentido da instituição do sábado [descanso].

Não se trata de ociosidade, pois isto não agrada a Deus, mas, visava à participação do homem na santificação divina, sua adesão à ação pela qual Deus conduz e salva o mundo. Calvino resume esse entendimento da seguinte forma: “[...] *é um lazer ou descanso sagrado, que remove os homens dos impedimentos do mundo, para entregá-los totalmente a Deus*¹⁹⁸”. Foi isso ordenado ao homem (Êxodo 20.8-11) desde o começo e deve durar até o fim do mundo.

Como se pode observar, pelas respostas, não existe ocorrência que vincule o reconhecimento do eleito à sua ação laboral, não sendo essa, portanto, para os protestantes reformados hodiernos uma das marcas distintivas como observada por Weber entre os protestantes por analisados.

¹⁹⁸ Ibid, André Biéler, p.516.



Se não é o trabalho, qual seria essa marca distintiva? Weber mesmo fez esse questionamento ao dizer:

“Ora, se perguntarmos: em quais frutos o reformado {o calvinista} é capaz de reconhecer sem sombra de dúvida a justa fé, a resposta será: numa condução da vida pelo cristão que sirva para aumento da glória de Deus¹⁹⁹”.

Uma coisa é de forma subjetiva o indivíduo ter a convicção interna quanto a essa escolha, outra, é a demonstração objetiva, pois segundo Weber *“a fé precisa se comprovar por seus efeitos objetivos a fim de poder servir de base segura para a certeza da salvação²⁰⁰”.*

Os efeitos objetivos ou os estímulos psicológicos motivadores são entendidos a partir da dedução da divina vontade de Deus revelada nas

¹⁹⁹ Ibid. Weber, p. 104.

²⁰⁰ Ibid. Weber, p. 104.

Escrituras ou nas ordens do mundo criadas para tal finalidade. O protestante reformado hodierno entende que aquilo que os leva ao reconhecimento do outro como escolhido de Deus, de forma objetiva, pode ser observado por meio de ações práticas do cotidiano. Embora descrevam essas ações práticas de forma subjetiva, designando-as como “Frutos do Espírito”, expressão que ocorreu em 18% (dezoito) por cento das palavras encontradas nas respostas.

Esses chamados “Frutos do Espírito” no entender deles refere-se aos escritos do apóstolo Paulo na carta dirigida aos crentes localizados na Galácia [região aonde se localiza a Turquia] no capítulo 5 a partir do verso 22. Nessa porção do texto a expressão utilizada como frutos do espírito aparece nos manuscritos gregos no singular “Fruto do Espírito”, mas que se revela na vida do reformado em nove diferentes matizes, a saber: amor, alegria, paz, longanimidade, benignidade, bondade, fidelidade, mansidão e domínio próprio.

Pode-se observar pelas ocorrências das palavras nas respostas que 64% (sessenta e quatro) por cento delas são retratadas como ações práticas tais como: atitudes, mudança de vida, modo de vida cristã, comprometimento para com a obra de Deus, relacionamentos interpessoais, testemunho, modo de falar e influenciar o meio, responsabilidade e ações para a glória de Deus.

Não é objetivo desse trabalho explicar cada uma dessas ações, mas, apontar o direcionamento em favor de outros fatores que, não o trabalho, servem de base para o reconhecimento do estado de graça.

A conclusão a que se pode chegar é a de que não há entre os entrevistados quem relacione o “trabalho sem descanso” como meio de dedicação de sua vida para garantir a salvação. Se esta foi uma marca

identificada por Weber entre os protestantes que foram objetos de seu estudo, ela não se perpetuou através dos tempos e não encontra ressonância entre os protestantes reformados entrevistados. Isso pode, em princípio, parecer óbvio por causa do tempo decorrido e por causa das mudanças ocorridas nos sistemas doutrinários.

Mas cabe lembrar que a doutrina pelagiana, transformada pela igreja Católica e entre os protestantes por Jacobus Arminius encontram ressonância em nossos dias. Mesmo após condenação de tantos Concílios e decorrido tampo tempo de sua elaboração encontra-se as representações desta entre os protestantes reformados hodiernos.

1.5 – O Sucesso como Evidência da Graça de Deus na Vida do Escolhido.

O sucesso pessoal, profissional e econômico são evidências da graça de Deus na vida do escolhido? Weber utiliza duas obras²⁰¹ de B. Franklin com o objetivo de suportar a idéia daquilo que chamou de *“espírito do capitalismo organizado e racional”* e cita as seguintes máximas:

“Tempo é dinheiro”, “Crédito é dinheiro”, “O dinheiro pode gerar dinheiro” [...] “Temos aqui a religião secular do trabalho. O primeiro e maior mandamento é o de trabalhar do modo mais árduo possível, durante o máximo possível de horas, para se ganhar o máximo possível de dinheiro. O pecado cardeal é perder tempo ou dinheiro”.

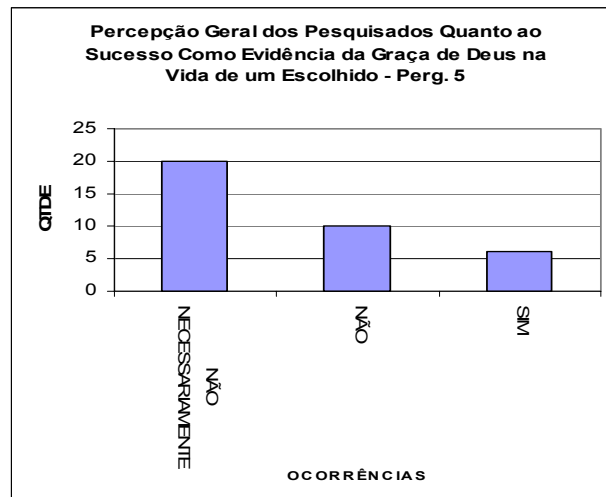
Ao que parece a essência dessa filosofia da avareza deve ser o ideal de um homem honesto, de crédito reconhecido e, acima de tudo, a idéia do dever de um indivíduo com relação ao aumento do seu capital, que é tomado como um fim em si mesmo.

²⁰¹ Ibid. Weber, p.29. Necessary Hints to Those that Would Be Rich, de 1736, e Advice to a Young Tradesman, de 1748.

No entendimento de Weber, quanto a essa filosofia, o ganhar dinheiro dentro da ordem econômica moderna, enquanto isso for feito dentro de parâmetros legais, é o resultado e a expressão de virtude e eficiência em uma vocação. Tanto, uma como outra, para Weber, são o centro da ética de B. Franklin.

Se esse é o princípio ético a ser considerado, se a comprovação objetiva da fé se dá por meio de ações práticas e se o trabalho árduo e sem descanso é a marca distintiva para a certeza da salvação, é possível inferir que os escolhidos de Deus seriam pessoas entre as quais se pudesse observar maior incidência de casos de sucesso, pois a vida futura – céu ou inferno – dependeria disso.

O que pensam os protestantes reformados hodiernos a esse respeito? O que significa sucesso para eles? O sucesso econômico e pessoal são o resultado do trabalho abençoado pela graça de Deus? Vejam-se as respostas a partir do gráfico abaixo:



Como o protestante reformado entende o sucesso. Numa frase: Sucesso é ser instrumento nas mãos de Deus! Paradoxalmente, o sucesso

não está vinculado aos bens que se adquire, mas ser um instrumento, por meio do qual, Deus conduz Seu plano a um objetivo previamente definido.

Numa das igrejas visitadas, após a realização da pesquisa, a mensagem do pastor naquele dia tinha por tema a definição acima. Entre os argumentos que usou para defender essa idéia encontrava-se uma comparação entre duas situações registradas na carta aos Hebreus.

No capítulo 11 e verso quarto encontra-se um título em negrito “Exemplos de fé extraídos do Antigo Testamento. Os primeiros heróis”. Do verso quarto até ao verso 34 exemplos de pessoas de sucesso foram registrados como reforço positivo das suas ações produzidas por meio da fé.

No entanto, dos versos trinta e seis ao trinta e oito, aparentemente foram registradas ações, que a princípio são de insucesso, não fosse o esclarecimento registrado no verso trinta e nove, onde se lê: *"Ora, todos estes que obtiveram bom testemunho por sua fé, não obtiveram, contudo, a concretização da promessa"*. Isto é, todos estes inclui na mesma condição os dois exemplos de fé, os de sucesso como os de aparente insucesso, na obtenção do “bom testemunho”. Ambos foram instrumentos nas mãos de Deus.

Esse entendimento pode ser deduzido de expressões como: “um homem pode ter sucesso pessoal se pra ele, sucesso é fazer a vontade de Deus, sendo um desprovido de tudo: de sucesso profissional e econômico” ou, “a gente não pode cair no extremo de pensar que isso não faz parte da vida cristã, acho que depende muito do que Deus tem para cada um de Seus servos, porque também a gente tem na Bíblia servos de Deus que estavam fazendo a vontade de Deus e foram bem sucedidos”.

Verifica-se que o protestante reformado hodierno não relaciona diretamente o sucesso profissional, pessoal e econômico com o fato de se entender como escolhido por Deus. Eles entendem que tudo quanto têm e fazem são frutos da graça e Deus em suas vidas e visam um fim que os incorpora, no muito ou no pouco, aos planos de Deus.

1.6- A Percepção dos Eleitos Quanto sua Atividade Profissional?

Max Weber analisando as estatísticas ocupacionais na Alemanha no vale de Ruhr constatou que os filhos dos católicos eram direcionados a optar por desenvolverem atividades profissionais humanísticas, enquanto que os filhos dos protestantes eram direcionados às atividades profissionais de “Alta Técnica” mais ligados às indústrias, dirigentes empresariais e técnicos de nível superior.

Partindo dessas constatações, ele desenvolveu pesquisa para chegar à conclusão de que alguns ramos do protestantismo [calvinismo, pietismo, metodismo e anabatistas], ao que lhe pareceu, levados por sua fé e ética contribuíram para a formação do “espírito” que impulsionou a economia ocidental moderna. Ele disse:

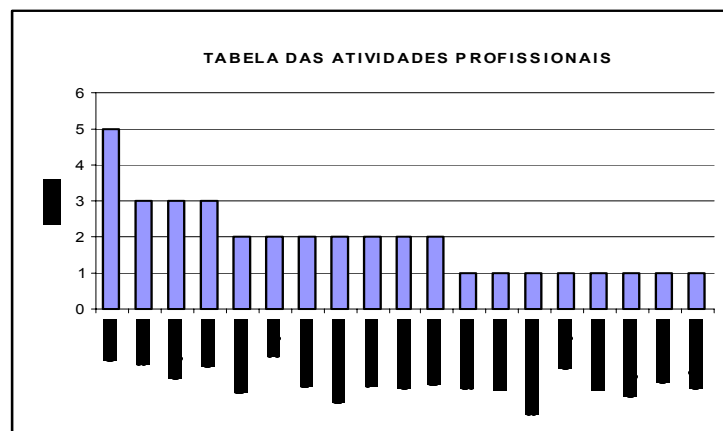
“O caráter predominantemente protestante dos proprietários do capital e empresários, assim como das camadas superiores da mão-de-obra qualificada, notadamente do pessoal de mais alta qualificação técnica ou comercial das empresas modernas²⁰²”.

“Nesses casos, a relação e causalidade repousa sem dúvida no fato de que a peculiaridade espiritual inculcada pela educação, e aqui vale dizer, a direção conferida à educação pela atmosfera religiosa da região

²⁰² Max Weber, A Ética Protestante e o Espírito do Capitalismo, Edição de Antônio Flávio Pierucci, Companhia das Letras, 4ª Reimpressão, São Paulo, 2006, p.29.

de origem e da casa paterna, determinou a escolha da profissão e o subseqüente destino profissional²⁰³”.

Essa pergunta, feita de forma direta, busca identificar se entre os protestantes reformados atuais a mesma tendência pode ser observada. Isto é, se a escolha da profissão está direcionada para as atividades que exigem mão de obra mais qualificada, pessoal com alta qualificação técnica ou comercial. No quadro abaixo são apresentadas às atividades ocupacionais de cada um dos 36 (trinta e seis) pesquisados e o número de incidências por atividade.



Os dados da pesquisa mostram que 92% (noventa e dois) por cento dos entrevistados desenvolvem atividades dentro dessas exigências, enquanto que 18% (dezoito) por cento desenvolvem atividades que fogem a essas características.

Entre aqueles que desenvolvem atividades de alta qualificação técnica ou comercial podem ser destacados: os envolvidos com o ensino secular e na igreja com titulação de doutores e mestres, outros com mais de um curso universitário incluindo Teologia associada à Filosofia, Pedagogia,

²⁰³ Ibid, Weber, p.33.

Administração de Empresas. Entre aqueles que militam na área do direito foi encontrado, no mais alto nível, um Magistrado.

Entre aqueles que militam na área da saúde foi encontrado, no mais alto nível, um médico neurologista com doutorado se encaminhando para o pós-doutorado. Além de gerentes, em instituições financeiras e administrativos em grandes empresas. É possível indicar várias razões para essa tendência, tais como: históricas, políticas, de mercado entre outras. Mas o que chama a atenção é o fato de Weber ter associado esse comportamento ao estímulo religioso, dizendo que:

“A razão desse comportamento distinto deve, pois ser procurada principalmente na peculiaridade intrínseca e duradoura de cada confissão religiosa, e não [somente] na [respectiva] situação histórico-política²⁰⁴”.

Dessa maneira, se pode verificar que quanto à escolha de atividades ocupacionais entre os protestantes reformados hodiernos existe a tendência pela busca da especialização técnica e comercial.

Após responderem sobre a atividade secular que exercem, foi-lhes perguntado sobre a motivação que os teria levado à escolha daquela atividade. As manifestações seguiram a tendência da indicação de uma escolha pessoal por meio da descoberta de aspectos daquela atividade que mais agradaram. Com exceção dos pastores, que na sua totalidade, se sentem vocacionados, isto é, chamados por Deus para exercerem essa função.

Em primeira plana a vocação ou chamado de Deus não é explicitado pela maioria dos demais pesquisados como fator motivador para escolha da

²⁰⁴ Ibid. Weber, p. 34.

sua profissão, pois a palavra, nas 36 (trinta e seis) respostas analisadas, apareceu espontaneamente apenas 10 (dez) vezes, sendo que em seis delas referem-se às respostas dos pastores.

Expressões como “eu sempre gostei de matemática” ou “gosto muito de lógica” associada à descoberta da contabilidade ou informática, levaram pessoas a dedicarem-se profissionalmente às atividades na área contábil e a gerenciar a área de Tecnologia da Informação.

Outros, por gostarem da leitura acabaram por se encaminhar profissionalmente para o ensino e advocacia. Outros ainda, por gostarem de ajudar as pessoas acabaram por dedicar-se à área da saúde como médico ou sanitário. Outros disseram ter sido o pastor de sua igreja que o ajudou a conseguir aquele emprego.

De outra maneira, quando estimulados a responderem sobre se Deus vocaciona pessoas para o exercício de atividades seculares, excluídos os 6 (seis) pastores, pois como se viu, se sentem vocacionados em tudo quanto fazem, se obteve as seguintes respostas: 15 (quinze) acreditam que sim; 10 (dez) acreditam que não e 5 (cinco) não puderam informar com certeza. Embora 50% (cinquenta) por cento dos 30 entrevistados creiam na vocação profissional dada por Deus quando refletem especificamente sobre o assunto, mas a sua percepção, de modo geral, é a de que a escolha é pessoal e apresentam razões pessoais para a ela.

1.7- A Percepção da Influência da Eleição no Relacionamento com o Trabalho?

Para Weber²⁰⁵ a sua busca pela raiz do moderno sistema capitalista se satisfaz no conceito protestante de vocação. É ele mesmo quem afirma que *“Não dá para não notar que já na palavra alemã Berufe, talvez, de forma ainda mais nítida no termo inglês calling, pelo menos ressoa uma conotação religiosa – a de uma missão dada por Deus”*.

Foi a partir desse conceito de vocação que se manifestou àquilo que Weber entende como o dogma central de todos os ramos do protestantismo. Segundo esse dogma a única maneira aceitável de viver para Deus não estava na luta pela superação da moralidade secular, fugindo da sua convivência por meio da ascese monástica, mas no convívio direto com o mundo, cumprindo as tarefas seculares impostas ao indivíduo pela sua posição no mundo. Com o que concordou Biéler²⁰⁶ ao dizer:

“O calvinismo foi o primeiro ramo do protestantismo a desenvolver a primeira ética cristã que dava ao trabalho um caráter religioso. O trabalho deixa de figurar entre as atividades temporais e, por consequência sem nenhuma relação com a salvação ou com a vida espiritual, para tornar-se uma atividade religiosa. Importa trabalhar, custe o que custar haja ou não necessidade de prover seu sustento, porque trabalhar é uma ordem divina”.

Tendo em mente que o interesse de Weber²⁰⁷ se concentra em:

“[...] rastrear [aqueles] estímulos psicológicos [criados pela fé religiosa e pela prática de um viver religioso] que

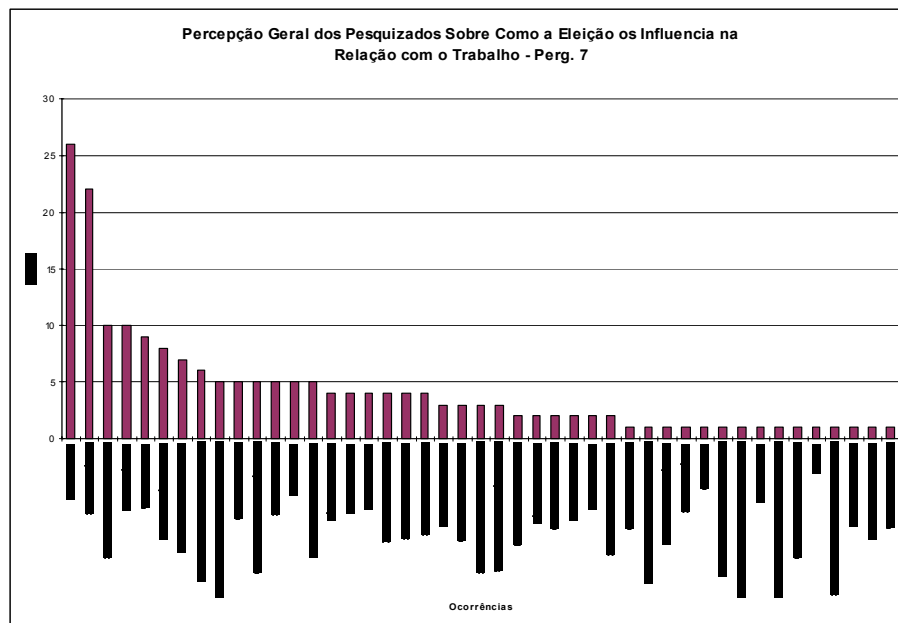
²⁰⁵ Ibid. p. 71.

²⁰⁶ André Biéler, O Humanismo social e Calvino, Edições Oikoumene, São Paulo, 1970, p. 68.

²⁰⁷ Weber, A Ética protestante e o Espírito do Capitalismo, p. 89.

davam à direção da conduta de vida e mantinham o indivíduo ligado nela [...], pois esses estímulos brotavam, em larga medida, da peculiaridade das próprias representações da fé religiosa”.

Cabe agora perguntar, como a certeza de ser um escolhido por Deus influencia o protestante reformado hodierno na sua relação com o trabalho? Uma vez que essa é uma das áreas de influência percebida pelas respostas à pergunta de número 3. Veja-se como a percebem pelas respostas registradas no quadro abaixo:



No gráfico estão registradas de forma quantitativa as percepções dos pesquisados quanto ao relacionamento com o trabalho. O que se busca mostrar aqui é, de que maneira um fator religioso, influencia ou estimula psicologicamente o indivíduo orientando a sua conduta de vida.

Não importa tratar aqui, nesse ponto, cada uma das percepções, mas se elas conduzem à tendência de que no conjunto apontam para as mesmas constatações feitas por Weber em sua pesquisa. Ou seja, grosso

modo, o sentimento de ter sido vocacionado por Deus e por esse motivo fazer tudo para, no dizer de Weber “*para aumentar a Glória de Deus*”²⁰⁸.

O que é importante aqui é descobrir nas respostas aquilo que não foi dito pelo pesquisado, mas que está internalizado na sua mente e, por esse motivo se faz representar por meio de ações práticas. Quando respondem que o seu trabalho foi dado por Deus, que reconhecem que o seu sustento vem de Deus, que devem ser instrumento e agente de transformação no lugar aonde foi colocado, que não temem perder o emprego, implicitamente, reconhecem o comissionamento para uma missão dada por Deus e que não se refere à posição social ou trabalho definido.

Isso vai de encontro quanto à aplicação do termo “Beruf”²⁰⁹ ou seu cognato inglês “Calling”, como uma posição social ou trabalho definido. Eis o que Weber afirma sobre esse termo: “*no qual ressoa uma conotação religiosa – a de uma missão dada por Deus [...] no sentido de posição na vida, de um ramo de trabalho definido*”.

Qual seria, então, a missão que reconhecem? As respostas demonstram, o desapego ao dinheiro, o entendimento que o crescimento profissional é dado por Deus, ser profissional exemplar, dedicação integral do seu tempo à sua atividade, qualidade naquilo que será produzido.

Essas ações têm um outro fator motivador, tem como padrão o serviço prestado àquele que os comissionou no caso o próprio Deus. Portanto, a conclusão de que independentemente do tipo da ação [desde que lícita] devem ser levadas a efeito com o objetivo de glorificar ao Deus por meio de um chamada eficaz.

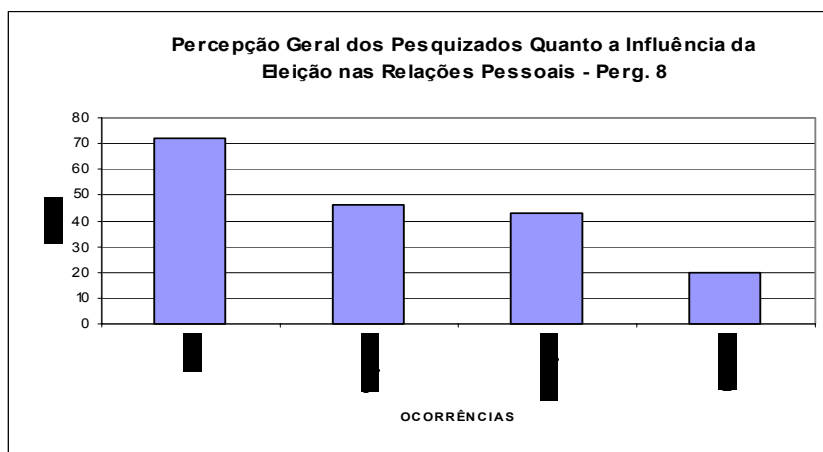
²⁰⁸

²⁰⁹ Ibid. p. 71.

1.8- A Percepção da Influência da Eleição nos Relacionamentos Pessoais do Escolhido?

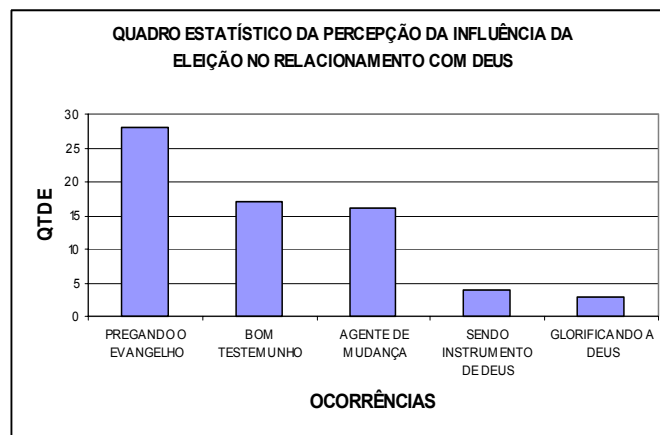
Tratar-se-á aqui da percepção do eleito quanto à influência da eleição na área Social que abrange as relações pessoais, mas atentando especificamente ao propósito desse trabalho. A intenção dessa pergunta é verificar se o protestante reformado hodierno percebe algum tipo de influência da certeza da sua escolha nos relacionamentos pessoais, incluindo os seus colegas de trabalho.

As relações pessoais ao começarem pela área espiritual demonstram que as influências percebidas são o resultado da internalização do paradigma religiosos, no qual o amor que eles professam a Deus em sua adoração no sentido vertical, devem, segundo eles, ser compartilhadas horizontalmente, isto é, com o próximo seja ele uma pessoa física ou jurídica. A percepção quanto essa influência está registrada no quadro geral que se segue:

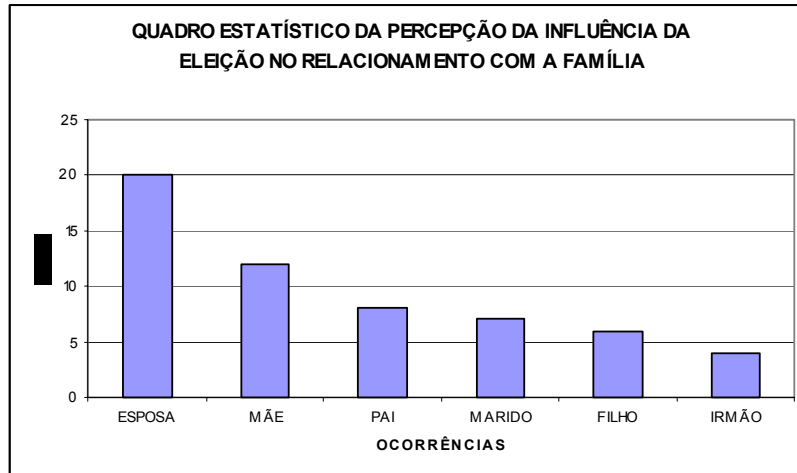


Já se pode observar que o protestante reformado hodierno quando pensa em relacionamento pessoal ele o faz em quatro áreas diferentes, a saber:

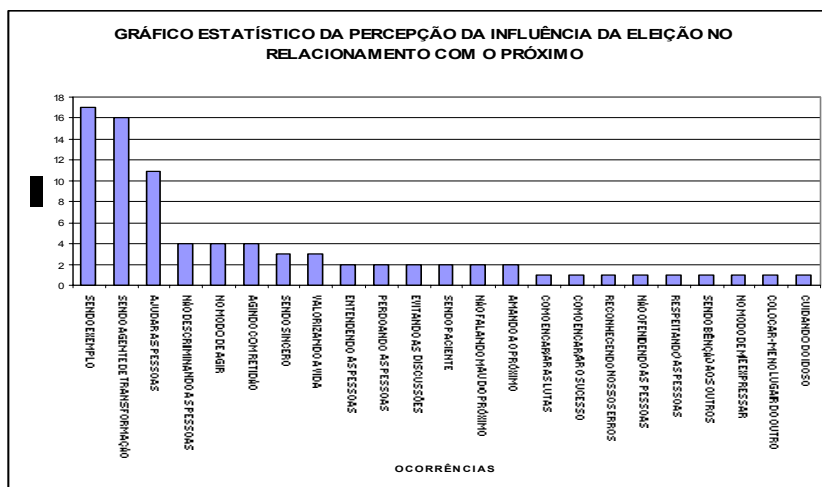
Na primeira, envolvendo o seu relacionamento com Deus, os protestantes reformados consideram sua crença num Deus pessoal, com o qual mantém relação. Essa influência foi registrada durante a pesquisa por meio das respostas, nas quais se encontram expressões como “Pregando o Evangelho”, “Glorificando a Deus”, “Sendo Agente de Mudança”, “Sendo Instrumento de Deus” e “Valorizando a Vida”, como demonstra o quadro a seguir:



Na segunda, envolvendo o relacionamento familiar, o protestante reformado considera a importância de se desenvolver ações práticas quanto aos cuidados que deve cultivar. Essa influência foi registrada durante a pesquisa por meio das respostas, nas quais se encontram expressões como “Ser Melhor Esposa”, “Ser Melhor Mãe”, “Ser Melhor Pai”, “Ser Melhor Marido”, “Ser Melhor Filho” e “Ser Melhor Irmão”, bem como a maior preocupação das mulheres como esse tipo de cuidado, conforme demonstra o quadro a seguir:



A terceira, envolvendo seus relacionamentos com o próximo, pois será usada no relacionamento como os colegas de trabalho. Essa influência no relacionamento com o próximo foi registrada durante a pesquisa por meio das expressões como as contidas no gráfico estatístico que se segue:



O que querem dizer com a expressão Bom Relacionamento? Dentro dessa qualificação os entrevistados apontaram para ações específicas, que segundo o seu entendimento, devem ser observadas para que os relacionamentos se desenvolvam de forma cristã e, portanto, saudáveis.

Considerar-se-á, a seguir, algumas dessas ações e informações quanto ao seu entendimento, uma vez que estão carregadas de conteúdo religioso.

a) Agir com Retidão:- Embora inclua a noção do exercício correto de ações e de tratamento justo entre os homens, que é exigida por Deus (Mq 6.8 e Sl 15.2), ela é principalmente um dom [presente] oferecido por Cristo a todos quantos nele confiam. Ela se fundamenta na perfeita conformidade de Cristo à lei e à vontade de Deus. Portanto, vai além de uma ação moralmente boa.

b) Transparência:- Uma pessoa que se deixa conhecer, que trata ao próximo com franqueza, não esconde segundas intenções e que se sabe o que esperar dela. As ações aqui são comparáveis às ações de uma criança, que por meio delas dá a conhecer se suas ações são justas ou não (Pv 20.11).

c) Sinceridade:- A palavra “sincera” do Latim “sincerus”, ao que parece, resultou da intenção de enganar. Os vendedores de jarros de barro ao receberem reclamações quanto a jarros que apresentavam pequenos defeitos [pequenos furos] decorrentes do processo de fabricação e que somente eram percebidos pelo vazamento quando se colocava líquido dentro deles. Para não perder o produto, derretiam cera com a qual tapavam os furos. O comprador ao colocar líquido quente o jarro revelava a intenção de enganar. Logo passaram a pedir jarro sem cera, que ao longo do tempo se transformou em “Sincero”, aquele que se exprime sem intenção de enganar. Jesus fez referência a homens que não agem com sinceridade chamando-os de hipócritas [ator, intérprete] em Mt 6.5.

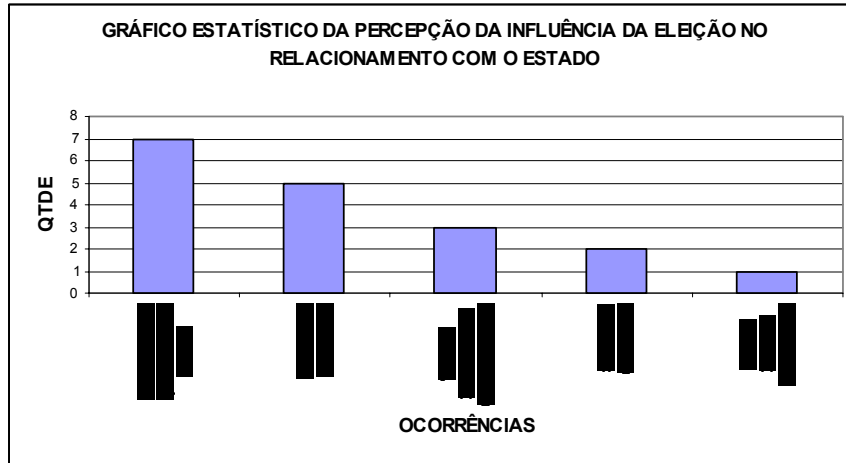
d) Reconhecer os Erros:- Reconhecer que somos imperfeitos e que produzimos ações intencionais ou não, que direta ou

indiretamente produzem uma área de tensão nos relacionamentos é condição fundamental para nos desculparmos. A máxima apresentada no filme “Love History” que “amar é nunca ter que pedir perdão”, apesar de antiga, reflete um tipo de comportamento que não deve ser cultivado, pois o seu paradigma é *“Confessai, pois, os vossos pecados uns aos outros e orai uns pelos outros, para serdes curados...”* Tiago 5.16.

e) Perdoar o Próximo:- Perdoar é mais do que uma ação humanitária e de tolerância. O perdão deve ser concedido porque o escolhido de Deus se reconhece como tendo obtido o perdão. Ao ser questionado sobre quantas vezes se deve perdoar ao irmão, Jesus responde: setenta vezes sete o que revela a prontidão em perdoar.

f) Não Discriminar:- Tratar de modo preferencial, geralmente com prejuízo para uma das partes é fruto da intolerância quer nos relacionamentos pessoais, quer nas organizações privadas ou públicas. O ensinamento que motiva a ação do protestante reformado é saber que a acepção de pessoas é um pecado [não cumprir a vontade de Deus ou não se conformar a ela]. Embora cometido contra um semelhante, todo pecado é contra Aquele que criou o homem à Sua imagem e semelhança, *“[...] se, todavia, fazeis acepção de pessoas, cometeis pecado, sendo argüidos pela lei como transgressores”* (Tiago 2.9).

A quarta, envolvendo o seu relacionamento com uma pessoa de caráter jurídico, embora algumas dessas influências podem ser usadas de modo geral. A eleição influência, no relacionamento com o Estado, e, essa percepção foi registrada durante a pesquisa por meio das respostas, nas quais se encontra expressão “Como Cidadão” contidas no gráfico estatístico que se segue:



1.9 – As Ações do Escolhido de Deus para Garantir a Salvação

Na segunda parte de seu trabalho de investigação, Weber passa a estudar aqueles que ele considera como sendo “os representantes históricos do protestantismo ascético” composto principalmente desses quatro: o calvinismo [*aquele que influenciou a Europa Ocidental no século XVII*]; o pietismo; o metodismo; e as seitas que se derivaram do movimento Anabatista. Lembrando que o interesse de Weber²¹⁰ se concentra em:

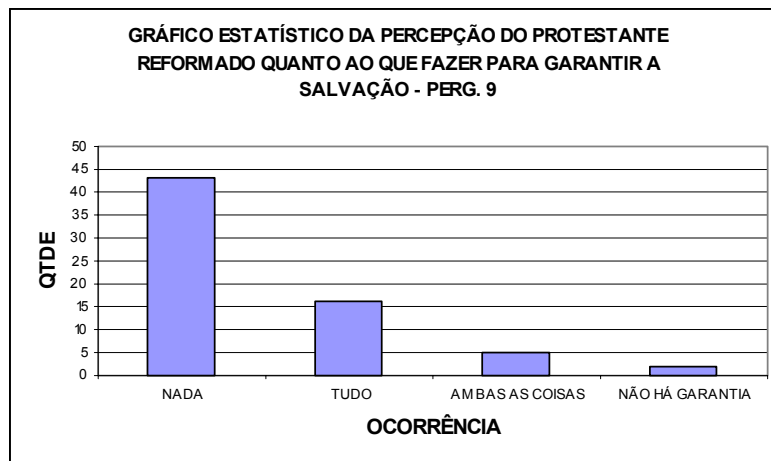
“[...] rastrear [aqueles] estímulos psicológicos [criados pela fé religiosa e pela prática de um viver religioso] que davam a direção da conduta de vida e mantinham o indivíduo ligado nela [...], pois esses estímulos brotavam, em larga medida, da peculiaridade das próprias representações da fé religiosa”.

Partindo-se desse pressuposto e daqueles, vistos anteriormente, quanto à “*certitudo salutis*” que se daria por meio de uma ação objetiva, isto é, uma atividade secular - o trabalho sem descanso; uma vez que o trabalho deixou de ser uma atividade humana e passou a ser encarado com

²¹⁰ Weber, A Ética Protestante e o Espírito do Capitalismo, p. 89.

conotação religiosa tornando-se marca distintiva do estado de graça. Quais seriam as ações objetivas a serem desenvolvidas para garantir a salvação? Seria, o trabalho, ainda hoje entendido nesse contexto?

A influência da eleição quanto àquilo que, em tese, poder-se-ia fazer para garantir a salvação foi registrada durante a pesquisa por meio das seguintes expressões: “Nada”, “Tudo”, “Ambas as Coisas” e “Não há Garantia” apresentadas no gráfico estatístico que se segue:

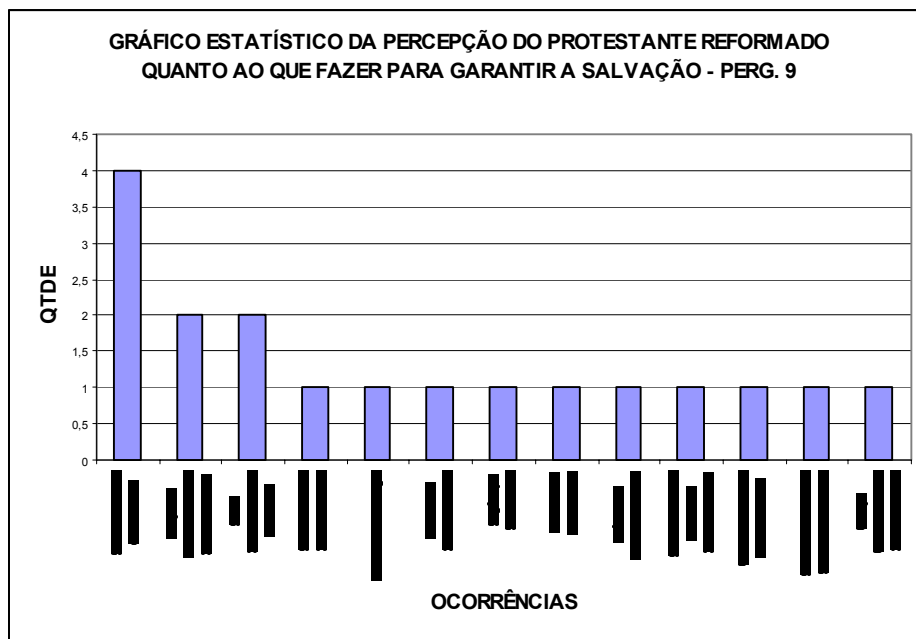


As respostas a essa questão, em princípio, parecem dúbias. Foi necessário, visando o entendimento, separar essas quatro ocorrências para se fazer à análise.

Na primeira ocorrência encontra-se a expressão “Nada” que representa 65% (sessenta e cinco) por cento do total de 66 (sessenta e seis) palavras levantadas nas respostas. O que o protestante hodierno quer dizer com ela? Querem eles dizer que não há nada que se possa fazer, não há ações objetivas que garantam a salvação do escolhido, uma vez que entender ser ela um presente de Deus e, portanto, não depende de qualquer ação meritória da parte de quem a recebe.

Mas, alertam que aquilo que se chamam “boas obras” são as evidências da eleição e, conseqüentemente, da certeza da salvação e da sua garantia. Assim, temos aqui um tipo de grupo de pessoas protestantes reformadas que crêem naquilo que denominam eleição incondicional.

Na segunda ocorrência encontra-se a expressão “Tudo” que representa 24% (vinte e quatro) por cento do total de 66 (sessenta e seis) palavras levantadas nas respostas. O que o protestante hodierno quer dizer com ela? Querem eles dizer que precisam executar ações que, em tese, lhes garantiria a salvação. Veja-se o quaro abaixo:



A maioria das ocorrências aqui identificadas inicia pela expressão “Eu tenho que”, exigindo a ação humana independentemente da escolha feita por Deus. Teme-se, por exemplo, a expressão “Eu preciso aceitar a Jesus” para garantir a salvação. Nenhum grupo protestante reformado diria o contrário, mas a diferença entre os dois grupos se dá na ênfase no fato gerador.

Para o primeiro grupo o fato gerador ou a ação está centralizada em Deus; ao eleger aqueles que serão salvos, desde antes da fundação do mundo, crerão, cada qual há seu tempo, em Jesus Cristo como seu salvador e têm a salvação garantida.

De modo contrário, o segundo grupo entende que a salvação é um oferecimento de Deus e que o homem precisa fazer alguma coisa para ser salvo, entre elas, aceitar Jesus como salvador, e continuar a fazer ações que permitam ter certeza dessa garantia, tais como “Erra o Menos Possível”, “Estar na Igreja” entre outras. Portanto a ação está centralizada no homem. Assim, temos aqui um tipo de grupo de pessoas protestantes reformadas que crêem que a garantia da salvação depende de ações do homem seguindo uma orientação arminiana.

Na terceira ocorrência encontra-se a expressão “Ambas as Coisas” que representa 8% (vinte e quatro) por cento do total de 66 (sessenta e seis) palavras levantadas nas respostas. O que o protestante hodierno quer dizer com ela? Querem eles dizer que Deus escolhe aqueles que serão salvos desde que executem ações que, em tese, lhes garantiria a salvação. Existe aqui uma sinergia entre a vontade tanto de Deus como a do homem; ambos em busca do mesmo ideal “a garantia da salvação”. Em outras palavras, Deus quer me salvar e eu quero ser salvo, para tanto, basta executar as ações compatíveis para esse fim.

Na quarta ocorrência encontra-se a expressão “Não há garantia” que representa 3% (três) por cento do total de 66 (sessenta e seis) palavras levantadas na res respostas. O que o protestante hodierno quer dizer com ela? Querem eles dizer que precisam executar ações que, em tese, lhes garantiria a salvação. Mas, que em última análise essa garantia está reservada única e exclusivamente a Deus. Qualquer coisa que se faça não

é suficiente e, por isso, Deus usará de sua misericórdia para distinguir os merecedores de tal graça.

IV – A Influência da Eleição na Vida do Eleito e os Fatores de Avaliação da Área de Recursos Humanos nas Organizações Privadas.

Uma questão a ser levantada após o que foi apresentado é: Qual a relevância da influência da doutrina da eleição no eleito para o mercado de trabalho? É óbvio que a porta de entrada e saída nas organizações se faz por meio de critérios e políticas estabelecidas pela Área de Recursos Humanos e aplicadas pelos recrutadores e selecionadores ou no Departamento de Pessoal. Nesses critérios são determinadas as características positivas que o colaborador deve apresentar para, que no mínimo, a empresa possa se interessar em seu concurso ou, ainda, aquelas consideradas negativas e fazem com que se torne elegível ao processo demissional.

Visando identificar esses critérios, procurou-se estabelecer contato com profissionais da Área de Recursos Humanos e conseguiu-se a participação de uma das empresas que atuam nesse seguimento - O Grupo Catho - fundado há 30 anos por Thomas A. Case. Em 1996 com a criação do site **Catho Online** tornou-se o classificado on-line de currículos e empregos com penetração em toda a América Latina, possibilitando o encontro de candidatos e empregadores.

A Catho desenvolveu uma pesquisa que objetivava conhecer o profissional brasileiro, desde suas qualificações até suas atitudes na tomada de decisões. Este estudo também se propõe a apontar procedimentos das empresas na contratação e demissão de colaboradores. A pesquisa foi realizada com 15.000 participantes de todo o Brasil, entre os meses de março e abril de 2007, por meio de questionário enviado por e-mail.

Seguindo, conforme informado por eles, a mesma metodologia adotada na pesquisa levada a efeito no ano de 2005, foram considerados apenas funcionários de empresas privadas e maiores de 18 anos, ou seja, aproximadamente 12.000 respondentes. O questionário, que explorou 3 dimensões da vida profissional do respondente, continha 289 questões, divididas em 5 partes:

- 1 - A contratação do próprio respondente;
- 2 - A contratação de um terceiro em que tenha havido participação do respondente;
- 3 - A demissão de um terceiro em que o respondente tenha participado do processo;
- 4 - A carreira do respondente e suas perspectivas para o futuro;
- 5 - Os últimos 12 meses na vida profissional do respondente.

Nessa pesquisa foram analisadas tão somente as respostas de profissionais que trabalham em empresas privadas, os quais representam pouco mais de 80% da amostra total de respondentes. No primeiro grupo de respostas estão reproduzidas, mediante a autorização prévia, parte das informações dessa pesquisa, no que tange às características requeridas pelas empresas e, que devem ser apresentadas pelo profissional que participa de um processo seletivo.

Dentre os dezessete fatores positivos identificados na pesquisa da Catho encontram-se (06) seis que podem ser decorrentes ou ligados diretamente à influência da eleição na vida do escolhido de Deus: a Formação Acadêmica, o Bom Relacionamento com os Outros, Estabilidade Empregatícia, Aparência Pessoal, Estabilidade Familiar e o Número de Promoções Anteriores.

FATORES		MÉDIA %
1	Experiência Técnica Anterior Relacionada ao Cargo	5,62
2	Formação Acadêmica	6,02
3	Entusiasmo do Candidato	6,49
4	Relacionar-se Bem com os Outros	6,99
5	Resultados Alcançados Anteriormente	7,51
6	Reputação das Empresas em que Trabalhou	7,88
7	Experiência Anterior em Supervisão de Pessoas	8,89
8	Estabilidade Empregatícia	9,02
9	Resultado nos Testes	9,05
10	Aparência Pessoal	9,14
11	Nível Salarial	9,86
12	Idade	10,47
13	Estabilidade Familiar	10,54
14	Fluência em Inglês ou outro Idioma	10,73
15	Capacidade de Usar a Internet em Seu Trabalho	10,90
16	Experiência em Empresas Multinacionais	11,29
17	Número de Promoções Anteriores	11,49

Importância Média dos fatores considerados no processo de contratação

Retoma-se, neste ponto, a pesquisa de campo realizada com os protestantes reformados para tratar de 3 fatores que, não mencionados anteriormente, e que estão presentes na pesquisa Catho: Estabilidade Empregatícia, Aparência Pessoal, Número de Promoções Anteriores.

A estabilidade empregatícia pode ser associada à menor incidência de características consideradas como fatores negativos que faz com que o colaborador se torne elegível à demissão (vide pesquisa Catho). Já a aparência pessoal observada durante a realização da entrevista, aponta para o cuidado com a apresentação em público, quer na igreja, trabalho, escola e ect.

Existe uma base religiosa para esse tipo de comportamento que é entender o corpo como o local de habitação do Espírito Santo de Deus. Como tal, o

protestante reformado como via de regra não apresenta sinais emblemáticos no corpo, como tatuagens, piercing e etc. Apesar de andarem na moda não o fazem de forma ostensiva, mas procuram exibir em sua aparência essa condição religiosa. Cabe ressaltar que não se trata de uma imposição denominacional, mas do entendimento pessoal do seu relacionamento com Deus.

Quanto a Promoção a pesquisa identificou variados exemplos dessas ocorrências em frases como: “Eu vesti a camisa da empresa [...] Saí da condição de assistente de gerência para assumir uma gerência”; “Comecei no Banco como um auxiliar na área financeira e hoje sou analista de investimentos”; “Por causa do meu bom relacionamento com as pessoas saí da função de programador para ser gerente de projetos”.

Na comparação com pesquisas anteriores realizadas pela Catho observa-se o crescimento da relevância dada pelos contratantes a aspectos pessoais dos candidatos (entusiasmo, bom relacionamento com os colegas, reputação em empregos anteriores, estabilidade familiar), à fluência em inglês ou outro idioma e à capacidade de utilizar a Internet no trabalho.

	2.007	2.005	2.003
01. Experiência técnica anterior relacionada ao	5,62	5,64	4,16
02. Formação acadêmica	6,02	5,99	5,04
03. Entusiasmo do candidato	6,49	6,39	5,24
04. Relacionar-se bem com os outros	6,99	6,89	5,75
05. Resultados alcançados anteriormente	7,51	7,67	6,26
06. Reputação das empresas em que trabalhou ¹	7,88	7,79	6,85
07. Experiência anterior em supervisão de	8,89	9,06	7,95
08. Estabilidade empregatória	9,02	8,99	8,18
09. Resultado nos testes	9,05	9,15	-
10. Aparência Pessoal	9,14	8,85	8,57
11. Nível salarial	9,86	9,99	8,36
12. Idade	10,47	2,83	-
13. Estabilidade Familiar	10,54	10,44	9,75
14. Fluência em inglês ou outro idioma	10,73	10,58	9,01
15. Capacidade de usar a Internet em seu trabalho	10,90	10,72	9,34
16. Experiência em empresas multinacionais	11,29	11,28	-
17. Número de promoções anteriores	11,49	11,42	10,28

No segundo grupo de respostas consideram os motivos que levam ao desligamento do colaborador. A pesquisa aponta que há, basicamente, dois grupos de razões para a demissão. O primeiro deles é ligado às questões técnicas e profissionais - como ausência de resultados, incompetência técnica e inabilidade na gestão de equipes. O segundo grupo refere-se a características pessoais do profissional, tais como: problemas de relacionamento com a equipe e com o chefe, falta de dinamismo e indisciplina. No quadro a seguir os fatores são apresentados por ordem de importância e pelo percentual de menções recebidas.

% respondentes e as razões para a demissão (por ordem de importância e percentual mencionado em 1º, 2º ou 3º lugar).

	1º	2º	3º	% das vezes mencionadas 1º, 2º ou 3º
Não obteve os resultados desejados	21,61	19,15	16,80	19,24
Era tecnicamente incompetente	18,40	12,62	9,46	13,60
Não se relacionava bem com pessoas do grupo	10,91	16,86	12,37	13,34
Não tinha o dinamismo suficiente	5,12	11,82	14,92	10,49
Era fraco na supervisão de pessoas	7,64	12,51	8,89	9,64
Era desonesto	12,49	2,95	3,09	6,32
Não se relacionava bem com seu chefe	3,23	5,41	4,51	4,36
O cargo foi eliminado	6,42	3,30	2,75	4,20
Para contratar um executivo menos oneroso	3,33	2,44	6,03	3,92
Chegava atrasado com frequência ao trabalho	1,77	3,71	5,53	3,63
Faltava ao trabalho com frequência	2,82	3,39	4,58	3,58
Tinha um negócio paralelo ao emprego	1,16	2,18	1,72	1,67
Era alcoólatra	1,16	0,88	0,65	0,90
Usava drogas	0,41	0,41	0,63	0,48
Tinha problemas de saúde	0,35	0,19	0,74	0,42
Outros	3,19	2,18	7,32	4,20

Dentre os dezesseis fatores negativos identificados na pesquisa da Catho encontram-se (07) sete que não levariam àqueles escolhidos de Deus que vivem debaixo da influência da Sua eleição a uma possível demissão. Os fatores são os seguintes: Não se relacionar bem com as pessoas do grupo, desonestidade, não se relacionar bem com o chefe, chegar atrasado ou faltar freqüentemente ao trabalho, alcoolismo, uso de drogas. Donde se conclui que o protestante reformado é menos inclinado a apresentar tais características negativas por causa da influência da doutrina da eleição como paradigma de seu modo de conduta.

V - Conclusão

1 - Que o conteúdo religioso é importante fator de estímulo psicológico, produzindo mudanças no comportamento do indivíduo.

Ao se retomar a origem ou fato gerador que motivou essa incursão acadêmica, a primeira conclusão a que se pode chegar soa um tanto óbvia, pois diz respeito à importância²¹¹ do conteúdo religioso para o processo de construção social da realidade. Não se trata, portanto, como apresentado na matéria veiculada no jornal da seita já mencionada, tão somente uma questão puramente religiosa [dogmática], mas excede essa compreensão ao invadir o cotidiano dos indivíduos.

O sociólogo Max Weber com a obra “**Ética Protestante e o Espírito do Capitalismo**” trouxe contribuições sociológicas ao recusar as formas mais ingênuas do evolucionismo que vê na religião um modo subdesenvolvido da consciência coletiva. Ele mostra a importância das orientações religiosas no funcionamento das sociedades modernas; mostra que o fenômeno religioso não

²¹¹ “A Ética Protestante e o Espírito do Capitalismo” (Die protestantische Ethik und der Geist des Kapitalismus) foi escolhida como o mais importante escrito teórico publicado no século XX, por dez intelectuais convidados pelo jornal Folha de São Paulo para elaborar a lista dos cem melhores livros de não-ficção ou ensaios século! Um dos jornalistas pergunta: O que um livro publicado em 1904, que trata basicamente de características de um movimento religioso pouco influente por aqui, o protestantismo – movimento de contestação dos dogmas e da organização da Igreja Católica, no século 16 -, vem fazer no topo de uma lista das “melhores obras de não ficção do século” de um jornal brasileiro. “Caderno Mais!”, Folha de São Paulo (Domingo, 11 de abril de 1999). In: Franklin Ferreira, Uma Introdução a Max Weber e à Obra “A ética Protestante e o Espírito do Capitalismo”, Fides Reformata, ISSN 1517-5863. Vol. V, Número 2, Julho – Dezembro 2000, p.47.

se reduz à experiência subjetiva vivida por indivíduos particularmente dotados de exigências existenciais; mostra que as orientações relativas a nossos fins últimos, para serem socialmente eficazes, devem materializar-se num sistema de práticas e de crenças institucionalmente definidas e sancionadas.

Essas contribuições foram observadas no desenvolvimento desse trabalho, ao verificar que uma doutrina religiosa atuando como estímulo psicológico, influencia o comportamento dos indivíduos e produz fatos observáveis nas relações dos protestantes em seu dia a dia. Isso extrapola e se contrapõe ao reducionismo denominacional que se atribui a um grupo religioso, quer como aspecto positivo, quer como aspecto negativo.

As observações de Weber quanto à identificação do estímulo psicológico com uma doutrina religiosa, característica entre os protestantes reformados, causou e tem causado admiração, controvérsias, defesas, ataques e surpresa. Um dos exemplos de surpresa foi registrado pelo jornal a Folha de Paulo [1999], porque a obra foi escolhida como o mais importante escrito teórico publicado no século XX. Porque oitenta e cinco anos após a sua publicação foi incluída por dez intelectuais²¹² no topo dos cem melhores livros de não-ficção ou ensaios do século. Na realidade duas foram as obras de Weber: em primeiro lugar a “Ética Protestante” e em terceiro lugar “Economia e Sociedade”.

Tal surpresa²¹³ se prendia a essa visão reducionista ao entenderem que a obra se trata basicamente de características religiosas surgidas na Reforma Protestante, na luta contra a Igreja católica e que pouca influência exerceu em terras brasileiras. A importância e conteúdo da obra excedem, portanto, ao

²¹² Participaram da escolha o crítico literário e escritor Modesto Carone, o antropólogo Roberto DaMatta, o físico Rogério Cezar de Cerqueira Leite, o economista Eduardo Gianetti, os historiadores Evaldo Cabral de Mello e Nicolau Sevcenko e os professores e filósofos Maria Sylvania Carvalho Franco, Olegária Matos, Bento Prado Junior e Renato Janine Ribeiro. Caderno Mais! Folha de São Paulo (Domingo, 11 de abril de 1999).

²¹³ Um jornalista pergunta: O que um livro publicado em 1904, que trata basicamente de características de um movimento religioso pouco influente por aqui, o protestantismo – movimento de contestação dos dogmas e da organização da igreja Católica, no século XVI -, vem fazer no topo de uma lista da “melhores obras de não-ficção do século” de um jornal brasileiro? Ibid.

reducionismo por comprovar a maneira de ser do protestante ao viver, nas palavras de Weber, “*uma vida eticamente coroada*” e que de alguns dos ramos do protestantismo [calvinismo, pietismo, metodismo e anabatistas], estimulados psicologicamente por sua fé e da ética desenvolvida a partir desta, contribuíram para a formação do “espírito” que impulsionou a economia ocidental moderna.

2 - Que as mudanças no comportamento incluem a criação de nova identidade, nova cosmovisão.

Essas mudanças produzem no indivíduo uma nova identidade²¹⁴, pois como o afirmam os sociólogos Berger e Luckmann²¹⁵ “*As estruturas sociais históricas particulares engendram tipos de identidade, que são reconhecíveis em casos individuais*”.

A identidade que diferencia o modo de agir e de ser dos protestantes reformados tem suas origens no século XVI, sendo, portanto histórica e fruto da dialética que mantiveram com a sociedade de sua época e que os protestantes reformados hodiernos mantêm hoje. Mas, em ambos os casos essa dialética se torna reconhecível pelas ações que esses indivíduos desenvolvem no meio em que vivem.

Isso ocorre porque as inovações [mudança na cosmovisão] introduzidas pela Reforma Protestante convidam a repensar a dialética sagrado versus profano desmistificando a noção do sagrado como um conjunto de crenças dogmáticas e de ritos obrigatoriamente impostos por uma autoridade hierárquica, mas ao colocar o indivíduo em contato direto com a mensagem divina mediada pela Bíblia, cria condições para o livre exame, convicção e autenticação íntima de seu conteúdo, gerando o ativismo característico entre os reformados.

²¹⁴ “A identidade é evidentemente um elemento-chave da realidade subjetiva, acha-se em relação dialética com a sociedade”. Peter L. Berger e Thomas Luckmann. *A Construção Social da Realidade*, Editora Vozes, Petrópolis – RJ, 25ª Edição, 2005, p. 228.

²¹⁵ *Ibidem*, p. 229.

3 - Que o conteúdo religioso influencia as relações do indivíduo com o meio em que vive.

O conteúdo dogmático sistematizado na Reforma Protestante e ampliado ou re-moldado, mas não descaracterizado através dos tempos, continua a influenciar a vida dos protestante reformados atuais e seus ensinamentos são passíveis de observação por meio das representações sociais que reproduzem na vida cotidiana. Esse conteúdo religioso foi identificado por Weber como sendo a doutrina mais característica dos calvinistas a “Predestinação”. Mas, de fato, seria ela?

O problema que se apresenta é o da interpretação que Weber fez da doutrina da predestinação como fundamento de sua teoria, mas sem o necessário conhecimento teológico do assunto, o que segundo McGrath²¹⁶ “[...] *também ocorreu no trabalho de escritores que não possuíam os instrumentos teológicos necessários para avaliar as implicações de certas posturas e doutrinas teológicas*”.

Isso colocou em dúvida algumas de suas conclusões, pois se esse dogma calvinista produziu o “espírito do capitalismo”, como explicar, por exemplo, dois fatos apresentados pelo historiador inglês Hugh Trevor-Roper²¹⁷: o primeiro da “*Amsterdã, arminiana, ter gerado a notável riqueza das províncias Unidas, enquanto o ducado de Gelderland, calvinista, permanecer economicamente ultrapassada?* A tese de Weber sugere que deveria ter ocorrido o contrário” e, o segundo da “*Escócia, rica em carvão e dotada de um sistema calvinista rígido, deveria ter progredido mais depressa do que a Inglaterra, cujo anglicanismo é bem próximo do papismo no que concerne à economia*”.

²¹⁶ Alister E. McGrath, A Vida de João Calvino, São Paulo, Editora Cultura Cristã, 2004, p. 268.

²¹⁷ Alain Peyrefitte, A Sociedade de Confiança: Ensaio sobre as origens e a Natureza do Desenvolvimento. Rio de Janeiro: Top books/ Instituto Liberal, 1999, p.207.

Weber, de fato, identificou uma pressão psicológica sobre os eleitos, para demonstrar a si mesma e ao mundo em geral à certeza da sua eleição por meio de sinais visíveis, entre os quais estava o comprometimento incondicional de glorificar e servir a Deus no mundo por intermédio do trabalho. Essa pressão era reproduzida por um silogismo pratico²¹⁸:

*“Todos os que são eleitos exibem certos sinais, como uma consequência dessa eleição;
Eu exibo esses sinais;
Logo, eu estou entre os eleitos”.*

No entanto, diferentemente do entendimento de Weber, a base doutrinária reformada sobre a qual repousa o ativismo moral, econômico e político foi posta sobre o alicerce da Teologia²¹⁹ da Aliança²²⁰. E, por intermédio do envolvimento ativo nas questões seculares (ações objetivas), sob a orientação da Bíblia, o cristão apoiava sua vocação para o trabalho. Não se deve esquecer que essas ações objetivas não estão isoladas das subjetivas que, como se viu, são fruto do entendimento de que o protestante reformado, por ser um escolhido de Deus, é habitado pelo Espírito Santo e que dela provém à paz de espírito quanto a sua eleição.

Mas, em quais áreas da vida cotidiana se pode identificar essa influência? Como verificado na pesquisa de campo, os protestantes reformados hodiernos reproduzem essa influência em três áreas distintas de suas vidas, através dos mandados de Deus, a saber: Espiritual, Social e Cultural.

²¹⁸ Ibid, McGrath, p. 272.

²¹⁹ O escritor de Cambridge, William Perkins (1558-1602), alegou, especialmente em sua importante obra intitulada “A treatise tending unto a declaration whether a man may be in the state of damnation or in the state of Grace (1589)”, que os eleitos estavam unidos em aliança com Deus: A aliança de Deus é o seu contrato com o homem que trata da obtenção da vida eterna sob uma certa condição. Essa aliança consiste de duas partes: a promessa de Deus ao homem e a promessa do homem a Deus. A promessa de Deus ao homem é aquela pela qual ele faz um pacto com o homem de ser o seu Deus, se o homem realiza a condição. A promessa do homem a Deus é aquela pela qual ele jura fidelidade a seu Senhor e promete realizar a condição estabelecida por entre eles. In: Ibid, McGrath, p. 273.

²²⁰ Vide página 42.

Na área Espiritual, referem-se ao seu relacionamento individual com Deus e, que segundo eles está reservado àqueles que foram escolhidos para isso. Como se viu na pesquisa as áreas Social e Cultural recebem a influência do mandado Espiritual. Isso se dá dessa forma porque decorre das conseqüências do pecado na vida do homem [vide primeiro capítulo]. Como o pecado mudou a relação com Deus e atingiu todas as áreas da vida do homem, quando este reconhece o seu chamado, retorna à comunhão com Deus e tem todas as áreas de sua vida transformada a partir dos ensinamentos contidos na Palavra de Deus.

Na área Social, referem-se ao relacionamento com o próximo a começar pelo cuidado com a família, que segundo eles é exigido de todos os seres humanos indistintamente.

Na área Cultural, referem-se ao tipo de relacionamento que devem ter com o trabalho, que segundo eles também é exigido de todos os seres humanos indistintamente.

4 - Que o protestante reformado não entende o trabalho como “vocação” de Deus, mas como uma escolha pessoal.

Para o protestante reformado hodierno a noção de “vocação” deve ser entendida como uma ordem de Deus para a realização de “boas obras” e, que não necessariamente está ligada a um tipo de atividade laboral específica, como a de ser um padeiro, médico ou engenheiro, mas provém da necessidade de demonstrar a vocação divina de uma pessoa a si mesma e ao mundo à sua volta.

Como se verificou durante a pesquisa a palavra vocação ou chamado de Deus não é explicitado pela maioria dos demais pesquisados como fator motivador para escolha da sua profissão, pois a palavra, nas 36 (trinta e seis) respostas

analisadas, apareceu espontaneamente apenas 10 (dez) vezes, sendo que em seis delas referem-se às respostas dos pastores.

Expressões como “eu sempre gostei de matemática” ou “gosto muito de lógica” associado à descoberta da contabilidade ou informática, levaram pessoas a dedicarem-se profissionalmente às atividades na área contábil ou ao gerenciamento da área de Tecnologia da Informação. Outros, por gostarem da leitura acabaram por se encaminhar profissionalmente para o ensino e advocacia. Outros ainda, por gostarem de ajudar as pessoas acabaram por dedicarem-se à área da saúde como médico ou sanitarista. Outros disseram ter sido o pastor de sua igreja quem os ajudara a conseguir aquele emprego.

Muito embora, quando estimulados diretamente a responderem sobre se Deus vocaciona pessoas para o exercício de atividades laborais, excluídos do grupo dos 36 (trinta e seis) entrevistados os 6 (seis) pastores [pois como se viu, se sentem vocacionados em tudo quanto fazem], as respostas apontaram para uma divisão entre os entrevistados, pois 15 (quinze) acreditam na vocação específica para uma atividade laboral; 10 (dez) não acreditam nessa vocação e 5 (cinco) não puderam informar com certeza.

Como esse trabalho leva em consideração a representação social, é convicção do autor que as respostas obtidas indiretamente refletem a convicção interna dos entrevistados.

5 - Que o protestante reformado hodierno entende o trabalho como meio de sustento.

Uma vez que o trabalho não é visto como uma vocação o conceito que emana da pesquisa de campo se encaminha na direção de apontá-lo como meio de sustento. O protestante reformado hodierno não entende o trabalho como meio de glorificar a Deus, ressaltando-se aqui as respostas dos pastores; embora

expressem a necessidade de, em todas as suas ações demonstrarem a influência do conteúdo religioso em obediência ao modo de vida exigido por Deus - O que de forma indireta redundará no louvor da Sua glória.

Expressões como “eu precisava de um modo de ganhar dinheiro” ou “a gente precisa de uma maneira de se manter”, entre outras, sugerem a idéia do conceito de trabalho como meio de sustento.

6 - Que alguns dos resultados da influência do conteúdo religioso no ethos protestante em relação ao trabalho estão inclusos entre os fatores de avaliação funcional nas organizações.

Os organizações investem milhões de reais no treinamento e capacitação de seus colaboradores na esperança de que neles se internalizem certos tipos de valores que os levem a ter e viver por meio ético. Todo os dias lêem-se nos jornais, revistas e assiste-se pela mídia a cobrança da ética nas relações pessoais, religiosas, profissionais e institucionais.

Entendendo-se por ethos protestante a maneira de ser e a agir do protestante reformado, definida por Weber como sendo uma máxima de vida eticamente coroada, conclui-se que essa internalização ocorre entre os protestantes porque faz parte dos ensinamentos que recebem desde a mais tenra idade, representada pela instrução bíblica “*ensina a criança no caminho em que deve andar, e, ainda quando for velho, não se desviará dele*” (Provérbios 22.6).

Tem-se aqui um fato peculiar, uma pesquisa desenvolvida entre um grupo religioso para apontar a influência de um conteúdo dogmático a partir do qual ações práticas são levadas a efeito na vida cotidiana, apresenta uma área de intersecção com os valores desejados pelas organizações tanto para a contratação de um colaborador, como na demissão pela falta deles.

Entre os dezessete fatores positivos [visando à contratação de executivos²²¹] identificados na pesquisa da empresa Catho encontram-se (06) seis que podem ser decorrentes ou ligados diretamente à influência da eleição na vida do escolhido de Deus: a Formação Acadêmica, o Bom Relacionamento com os Outros, Estabilidade Empregatícia, Aparência Pessoal, Estabilidade Familiar e o Número de Promoções Anteriores.

Entre os dezesseis fatores negativos [visando à demissão de executivos] identificados na pesquisa da empresa Catho encontram-se (07) sete que não levariam àqueles escolhidos de Deus que vivem debaixo da influência da Sua eleição a uma possível demissão. Os fatores são os seguintes: Não se relacionar bem com as pessoas do grupo, desonestidade, não se relacionar bem com o chefe, chegar atrasado ou faltar freqüentemente ao trabalho, alcoolismo, uso de drogas.

Conclui-se que o conteúdo religioso, neste caso a Teologia do Pacto por meio de seus mandados, exerce influência na práxis diária da vida do escolhido de Deus produzindo resultados observáveis por meio de ações objetivas. Essa influência, desde de que, devidamente internalizada serve de estímulo psicológico para o ativismo moral, econômico e político do escolhido de Deus. A influência é sentida em três áreas da vida do escolhido: a Espiritual, a Social e a Cultural. Algumas dessas influências na área cultural, que trata do relacionamento do escolhido de Deus com o trabalho, são desejadas pelas organizações privadas e aparecem entre os fatores de avaliação do perfil profissional de seus colaboradores, tanto para o concurso da possível admissão, quanto na avaliação de seu desempenho profissional numa possível demissão.

²²¹ Entenda-se por executivos como aqueles que ocupam cargo de comando e de confiança a partir do nível de supervisão até a Alta Direção.

VI – REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BARDIN, Laurence. **Análise de Conteúdo**, Edições 70, Lisboa, Portugal, 3ª Edição, 2004.

BASTIDES, Roger. **Elementos de Sociologia Religiosa**, 1990.

BERGER, Peter L. **O DOSEL SAGRADO – Elementos para uma Teoria Sociológica da Religião**, São Paulo, Paulus, 5ª Ed., 2004.

BERKHOF, Louis. **Teologia Sistemática**, Campinas, São Paulo, Luz Para o Caminho Publicações, 1990, 4ª Edição.

BERKOUWER, G. C. **A Doutrina Bíblica do Pecado**, ASTE, pág. 16.

BIÉLER, André. **O Pensamento Econômico e Social de Calvino**, Casa Editora Presbiteriana, São Paulo, 1ª Edição, 1990.

CALVINO, João. **A Verdadeira Vida Cristã**. Editora Novo Século, São Paulo, 2000.

CALVINO, João. **As Institutas**, Livro I, 18.4.

CALVINO, João. **Comentário à Sagrada Escritura: As Pastorais**, 2 Tm 2.19, Ed. Parakletos, São Paulo, 1ª edição em português.

CALVINO, João. **Comentário à Sagrada Escritura: Exposição de Romanos**, São Paulo, Edições Parakletos, 1ª ed., 1997.

CALVINO, João. **Comentário à Sagrada Escritura: Exposição de Hebreus**, Edições Parakletos, São Paulo, 1ª Edição em Português, 1997.

CALVINO, João. **O Livro dos Salmos**, Vol. II, (Sl 40.8).

CALVINO, João. **Sermões Sobre a Obra Salvadora de Cristo**, Jenison, Michigan, USA, TELL, 1988, Sermão nº 2.

CAMPOS, Heber Carlos. **A Pessoa de Cristo – As Duas Naturezas do Redentor**, Editora Cultura Cristã, São Paulo, 1ª Edição, 2004.

CAMPOS, Heber Carlos. **A Providência e a sua realização histórica**, Editora Cultura Cristã, 1ª edição, São Paulo, 2001.

CHAMPLIN, Russell Norman, **O Antigo Testamento Interpretado: Versículo por Versículo**, Editora e Distribuidora Candeia, 1ª Edição, Abril, 2000, São Paulo-SP.

Confissão de Fé de Westminster e Catecismo Maior da Igreja Presbiteriana, 10ª Ed, 1987, São Paulo, Casa Editora Presbiteriana.

COSTA, Hermisten M. P. **Calvino de A a Z**, Editora Vida, São Paulo, 2ª reimpressão, 2006.

CRISPIN, Jean. **A Tragédia da Guanabara**, Editora Cultura Cristã, São Paulo, 1ª Edição, 2007.

DAVIS, Jeffrey and RYKEN, Leland. **The Future of Christian Liberal Arts at Wheaton: Drawing upon Classical and Protestant Foundations for Direction**, p. 8 ([http://www.wheaton.edu/FandI_/pdf/Davis Ryken.PDF](http://www.wheaton.edu/FandI_/pdf/Davis%20Ryken.PDF)).

DELUMEAU, Jean. **Nascimento e Afirmação da Reforma**, São Paulo: Pioneira, 1989.

Dicionário Teológico Manual Del Antiguo Testamento, Madrid, Ediciones Cristiandad, 1978, Vol I.

DUANE, E. Spencer, **TULIP: Os Cinco Pontos do Calvinismo à luz das Escrituras**, São Paulo, CEP, 1992.

FILORAMO, Giovanni; PRANDI, Carlo, Prandi. **As Ciências das Religiões**, São Paulo, Paulus, 3ª Ed., 2003.

FRANCO, Cambi. **História da Pedagogia**, São Paulo: Editora UNESP, 1999, p. 250-251.

GEISLER, Norman. **Eleitos, mas livres – Uma Perspectiva Equilibrada entre A Eleição Divina e o Livre-Arbítrio**, Vida Acadêmica, Edição Revista e Atualizada, Novembro 2005.

HODGE, A. A. **Esboços de Theologia**, Lisboa, Barata Sanches, 1895.

HOEKMA, Anthony. **Salvos pela Graça**, São Paulo, Editora Cultura Cristã, 1997.

HOEKSEMA, Homer. **The Voice of Our Fathers**, Grand Rapids: Reformed Free Publishing Association, 1980, pág.197

HUNTER, A. Mitchell. **The Teaching of Calvin: A Modern Interpretation**, 2ª ed. Revised, London, James Clarke & Co. Ltda. 1950, p. 20.

JOLIVET, R. **Curso de Filosofia**, Editora AGIR, 10ª Edição, 1970, Cap. II – A Atividade Voluntária.

KUIPER, R. B. **El Cuerpo Glorioso de Cristo**, Grand Rapids, Michigan, SLC. 1985.

KUIPER, R.B. **Evangelização Teocêntrica**, São Paulo, P.E.S.

LLOYD-JONES, D. M. **As Insondáveis Riquezas de Cristo**, PES, São Paulo.

LLOYD-JONES, D. M. **Do Temor à Fé**, Miami, Flórida, USA, Editora vida Nova, 1985.

LLOYD-JONES, D. M., **Vida no Espírito: No Casamento, no Lar e no Trabalho**, São Paulo, PES, 1991.

LUTERO, Martinho. **De Servo Arbítrio**, in: E. Gordon Rupp e Philip S. Watson, eds. *Luther and Erasmus: Free Will and Salvation*, Philadelphia, The Westminster Press, 1969.

WEBER, Max. **A Ética Protestante e o “Espírito” do Capitalismo**, Companhia das Letras, Edição de Antônio Flávio Pierucci, 4ª reimpressão, 2006.

McGrath, Alister E. **A Vida de João Calvino**, São Paulo, Editora Cultura Cristã, 2004.

MILTON, John. Of Education. In: Gordon Campbell, ed. *John Milton: The Complete English Poems*, New York: Everyman's Library, 1990, p. 557

MOSCOVICI, Serge. **Representações Sociais – Investigação em Psicologia Social**, Editora Vozes, Petrópolis - RJ, 2ª Edição, 2004.

MURRAY, John. **Redenção: Consumada e Aplicada**, São Paulo, Editora Cultura Cristã, 1993.

MURRAY, John. “**Elegido, Election**”, In: **Diccionario de Teología**, E. F. F. Harrison, ed. Michigan, TELL, 1985.

NUNES, Ruy Afonso C. **História da Educação no Século XVII**, São Paulo: EPU/EDUSP, 1981, p. 46.

OWEN, J. **Por Quem Cristo Morreu?** São Paulo, P.E.S., 1986.

PARKER, J. I. **Evangelização e Soberania de Deus**, São Paulo, Vida Nova, 2ª ed., 1990.

PARKER, J. I. **O Antigo Evangelho**, São Paulo, Fiel, 1986.

PARKER, J. I. **Vocábulos de Deus**, São José dos Campos, São Paulo, Fiel, 1994.

PEYREFITTE, Alain. *A sociedade de Confiança: Ensaio sobre as origens e a Natureza do Desenvolvimento*. Rio de Janeiro: Top books / Instituto Liberal, 1999.

PINK, A. W. **Deus é Soberano**, Editora Fiel, São José dos Campos – São Paulo, 3ª Edição, 1990.

QUELL, G. Eklegimai: **Theological Dictionary of the New Testament**, Vol. IV.

RIBEIRO, Boanerges. **O Senhor que Se Fez Servo**, São Paulo, O Semeador, 1989.

ROSSI, Paolo. **A Ciência e a Filosofia dos Modernos: aspectos da Revolução Científica**, São Paulo: Editora da Universidade Estadual Paulista, 1992, p. 61ss.

RYKEN, Leland. **Santos no Mundo – Os Puritanos Como Realmente Eram**, Editora Fiel, São José dos Campos – Sp, 1ª Edição em Português, 1992.

SEATON, W. J. **Os Cinco Pontos do Calvinismo**, São Paulo, PES.

SPURGEON, C. H. **Eleição**, São Paulo, FIEL, 1984.

SPURGEON, C. H. **Sermões do Ano de Avivamento**, São Paulo, PES. 1994.

STEELE, David N e Thomas, Curtis C., **The Five Points of Calvinism – Defined, Defended, Documented**, Presbyterian & Reformed Publishing Co., Phillipsburg, N. J., USA, Parts I e II.

TOZER, A. W. **Mais Perto de Deus**, Associação Religiosa Editora Mundo Cristão, 2ª Edição, São Paulo, 1984.

TREVOR-ROPER, H.R. *Religião, Reforma e Transformação Social*, Lisboa: Editorial Presença / Martins Fontes, 1981.

WARFIELD, B. B. **El Plan de la Salvación**, Grand's Rapids, Michigan, T.E.L.L. 1966.

WILDBERGER, H. Elegir: In: **Diccionario Teológico Manual Del Antigo Testamento**, Madrid, Ediciones Cristiandad, 1978, Vol. 1, pág. 438.

ANEXO A - XÉROX DA MATÉRIA PUBLICA NO JORNAL DA SEITA UNIVERSAL DO REINO DE DEUS

RUA ORATÓRIO, 3849
A UNIVERSAL DO NOVO ORATÓRIO, E UMA BENÇÃO

PREDESTINAÇÃO DOUTRINA DIABÓLICA

A tentava de compreender a vida e seus mistérios tem surgido aos seres humanos os mais diversos significados para a existência neste mundo e no "outro". As religiões de todos os povos refletem a preocupação.

Entender as razões da vida, as diferenças e semelhanças, sua finalidade e o porque das coisas serem como são, faz parte da busca do sagrado pelo ser humano.

As religiões orientais, por exemplo, são predeterminadas (acreditam que o destino dos indivíduos está traçado antes mesmo de nascerem) e fatalistas (faça o que houver, nada pode impedir de acontecer o que está determinado). A predeterminação e o fatalismo cercam a ideia do destino, pre-

No Novo Testamento, os termos usados comumente para "predestinar" expressam o pensamento de "determinar" uma situação para uma pessoa, ou vice-versa, com antecedência, e podem também ter os mais diversos significados, como por exemplo "arranjar com antecedência"; "propor"; "plano ou propósito"; "preparar com antecedência"; "tormentar"; "escolher"; "prever"; "conhecer de antemão".

Um plano para a humanidade
A Palavra de Deus é, na verdade, muito clara: Deus predestina pecadores para a salvação em Cristo, antes da fundação do mundo. Vejamos Efésios 1.4-5: "...como também nos elegu-nos antes da fundação do mundo, para sermos santos e irrepreensíveis diante dele em amor, e nos predestinou para sermos

Deus saber o que vai acontecer não significa essencialmente que Ele determinou que assim fosse. Por outro lado, predestinar com antecedência, escolher antecipadamente ou planejar algo para uns não implica em excluir outros.

A doutrina da predestinação, na verdade, foi criada por Agostinho (400 d.C.), bispo de Hipona, que se baseou em um versículo isolado da Bíblia: "E aos que predestinou, a esses também glorificou" (Romanos 8.30).

A Reforma Protestante incidu a controversa. Lutero

fez-se de uma apelação desceida, porque, perdendo os referências de suas antigas igrejas tem de encontrar "ataivos" para seduzir incautos e insatisfeitos.

A doutrina da predestinação se presta a esse tipo de apelo porque transmite uma ideia de salvação fácil, onde não há necessidade de renúncia a própria vontade, sacrifício ou compromisso.

Afirmação de que "uma vez salvo, salvo para sempre" passa uma falsa ideia de liberdade quase sempre confundida com libertinagem. Perga-se uma vida cristã com tal liberalidade que não há diferença de comportamento entre o cristão e o não-cristão, vale tudo.

"...como também nos escolheu, nele, antes da fundação do mundo, para sermos santos e irrepreensíveis perante ele; e em amor nos predestinou para ele, para a adoção de filhos, por meio de Jesus Cristo segundo o beneplácito de sua vontade"

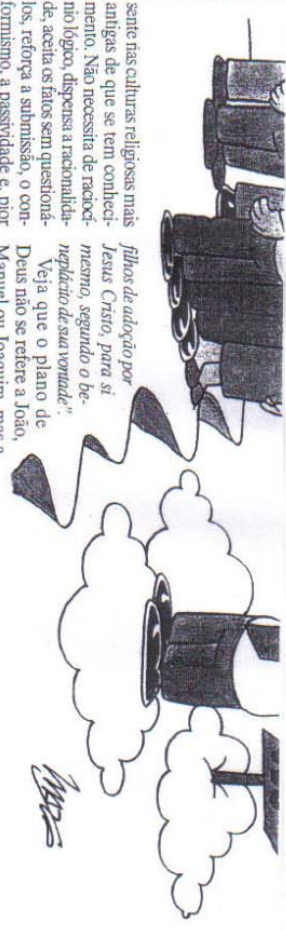
(Efésios 1.4-5)



12 argumentos bíblicos contra a predestinação

- 1 Anula a obra redentora de Cristo — O ser humano não pode responder, de si mesmo, ao apelo do Salvador. Vamos ler Apos 20:28; Mateus 1:21 e João 1:12.
- 2 Elimina o julgamento do ser humano — Como o ser humano pode ser culpado ou absolvido, de algo que lhe foi determinado e que não dependeu da sua vontade? Vejamos o que está registrado em Hebreus 9:27 e Mateus 24:45,46 e 25:11.
- 3 Anula a liberdade de Deus — A predestinação seria um ato de malícia de Deus em duplo aspecto, primeiro, porque teria sacrificado o Seu Filho sem necessidade, já que os que eram ser salvos estavam predestinados, segundo, que, permitindo desviar milhões e milhões, por Sua expressão voluntária, ao lugar do inferno. O que diz a Sua Palavra em Lucas 19:10; Apos 16:16; Romanos 10:13 e Judas 23? Vamos ler:
- 4 Inutiliza a perseverança — Se, uma vez salvo a pessoa está salva para sempre, então nada mais se tem a fazer e a perseverança cristã e apenas figura de retórica. Leituras: Mateus 24:12-13; Colossenses 1:23; 1 Timoteo 6:20-21; Romanos 9:6; 1 João 2:6-9; Hebreus 10:35-39 e Apocalipse 3:1-5.
- 5 Não considero o amor de Deus — Como explica o texto de João 3:16? "Deus amou ao mundo de tal maneira que deu o seu Filho unigênito, para que todo o que nele crer não pereça, mas tenha a vida eterna."
- 6 Não considero o amor de Jesus Cristo — Como explicar também 1 João 3:16? "Nisto conhecemos o amor, em que Cristo deu a sua vida por nós, para que todos nós não morrêssemos, mas tenhamos a vida eterna."

ANEXO A - XÉROX DA MATÉRIA PÚBLICA NO JORNAL DA SEITA UNIVERSAL DO REINO DE DEUS (continuação)



sente nas culturas religiosas mais antigas de que se tem conhecimento. Não necessita de raciocínio lógico, dispensa a racionalidade, aceita os fatos sem questioná-los, reforça a submissão, o conformismo, a passividade e, pior ainda, a dominação religiosa, política ou econômica.

Essa ideia, embora primitiva, está presente no nosso cotidiano e aparece em ditados populares ou expressões ingênuas, como por exemplo, "pai que nasce torto morre torto"; "filho de peixe peixinho é"; "o que tem que ser será"; e outras semelhantes.

Uma doutrina antibíblica e anticitista

As doutrinas bíblicas não estão fundamentadas em versículos isolados ou interpretações particulares; são claras e precisas, e não dão margem a discussões, o que não acontece com a chamada "doutrina da predestinação".

No Antigo Testamento, não se que julgamos dezzenas de versículos possíveis e forçados a sua interpretação, não temos base para uma sólida doutrina da predestinação, que possa ser aplicada aos indivíduos em particular.

Em muito comum, na Bíblia, a referência a um povo ou uma comunidade no que se refere aos designios de Deus, mas nunca a indivíduos isolados. Dizemos, por exemplo, que o povo de Israel é um povo escolhido; que a Igreja escuta com Cristo na eternidade; que Deus quer salvar pecadores; que todos os que choram serão consolados, e outras referências, o que não necessariamente significa enumerar pessoa por pessoa que possam compor essas categorias.

Dados históricos

Presidência não é preordenação ou predestinação. O fato de

não aceitava a predestinação e perguntava: "Se a salvação e a condenação estão completamente nas mãos de Deus, então por que Ele não altera a vontade dos que se perdem?" Calvino, ferrenho seguidor de Agostinho, defendia a predestinação e afirmava: "Predestinação é o decreto eterno de Deus pelo qual decidiu o que acontecerá a cada homem, pois não foram criados nas mesmas condições; alguns são predestinados à vida eterna, enquanto outros à condenação eterna".

Apelação descarada!

Ultimamente alguns pastores que fundaram novas igrejas resolveram adotar a doutrina da predestinação como "bandeira" de suas pregações, no intuito de arrebanhar fiéis das demais denominações, principalmente daquelas das quais saíram.

Acontece que um cristianismo assim é tudo o que muita gente está querendo. Intelizmente, no não de encher suas igrejas, tais pastores não se preocupam com a verdade da Palavra de Deus; estão se deixando usar pelo diabo para ludibriar as pessoas. É um laço diabólico, uma verdadeira armadilha na qual muitos estão caindo, distanciando-se cada vez mais da salvação e correndo o perigo de não ter mais volta.

"Porque é impossível que os que uma vez foram iluminados, e provaram o dom celestial, e se fizeram participantes do Espírito Santo, e provaram a boa palavra de Deus, e os poderes do mundo vindouro, e depois caíram, sejam outra vez renovados para arrependimento; visto que, quanto a eles, estão crucificados de novo o Filho de Deus, e o expõem ao vitupério" (Hebreus 6,4-6).

Dispenca a graça de Deus — O pecador necessita da graça de Deus, sem a qual nada pode fazer. Pode, entretanto, resistir a ela. A doutrina da predestinação dispensa essa graça, uma vez que o pecador está irremediavelmente condenado. Se for um "predestinado à salvação", também a graça de Deus não terá sentido na sua vida. Se ela aconteceu, foi apenas no "decreto" que o elegera, sem que tenha tomado dele conhecimento. O que diz a Bíblia? Vejamos Romanos 3:24; 5:20; 6:24; 1 Coríntios 15:10 e 2 Timóteo 2:1.



Contraria o espírito das Escrituras — A doutrina da predestinação é contrária ao espírito da Bíblia, porque torna sem efeito o Evangelho, destrói o amor ao bem, nulifica a santidade, acaba com a ética, seculariza qualquer tipo de comportamento e coloca em Deus todas as culpas, responsabilizando-O pelo pecado humano.

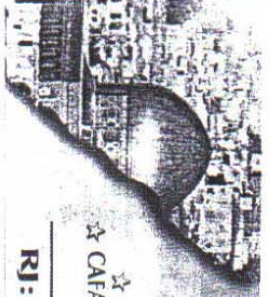
A Bíblia diz que quem crer e for batizado será salvo, e quem não crer será condenado (Marcos 16:16); que Deus amou ao mundo... (João 3:16); que somos salvos pela graça (Efésios 2:5-6) e que a alma que pecar, essa morrerá (Ezequiel 18:20). Veja ainda 2 Pedro 3:14-18.

Confunde desejo e realidade — Por que o Criador iria desajar que somente alguns fossem salvos? A vontade de Deus é de que todos sejam salvos e, por isso, coloca a disposição de todos a Sua graça. Na realidade, somente os que aceitam os meios de salvação oferecidos podem recebê-la. Procuremos Atos 13:43; 18:27; Romanos 5:20 e 16:24.

Deforme a doutrina de queda — Se a predestinação é um decreto anterior à criação, então a queda não existiu; foi apenas um fato ilustrativo. Se a predestinação se deu após a queda, confronte outros afirmam, aí a queda não tem importância alguma na história da salvação. Lemos em Gênesis 3; Romanos 5:12; 8:3 e 1 João 3:5.

Deus não faz aceitação de pessoas — Se Deus é justo, amoroso e imparcial, por que teria aceito de pessoas antes mesmo de terem nascido, sem lhes dar oportunidade de alguma? Vamos procurar Deuterônimo 10:17; Jó 34:19; Atos 10:34; Efésios 6:9 e 1 Pedro 1:17.

O ser humano não é um autômato — É ingênuo que o ser humano é dotado de intelecto, vontade e razão. Se Deus o criou assim, por que então não lhe permitia usar o intelecto para escolher-Lê, a razão para compreender-Lê e a vontade para escolher-Lê? A doutrina da predestinação priva o ser humano de escolher, o que descaracteriza totalmente a sua humanidade. Vejamos os textos bíblicos de 1 Coríntios 9:1; 2 Coríntios 3:17; Gálatas 5:13 e Tiago 1:25.



ISRAEL TERRA SANTA
 VISTAS
 ☆ TEL AVIV ☆ TIBERÍADES (MAR DA GALILÉIA) ☆ MONTE DAS BEN-AVENTURANÇAS
 ☆ CAFARNAUM ☆ NAZARÉ ☆ MONTE CARMELO ☆ MAR MORTO ☆ MONTE DAS OLIVEIRAS
 ☆ JERURALEM ☆ JARDIM DO TUMULO DE JESUS ☆ BETÂNIA

NEW TUR
 Incluindo:
 batismo no Rio Jordão,
 Santa Ceca no
 Jardim do Túmulo
 e a Travessia do
 Mar da Galiléia

RJ: (021) 516-1561 SP: (011) 3068-3723/23

ANEXO B – POSIÇÕES QUANTO AO PECADO E A GRAÇA – PELÁGIO X AGOSTINHO

POSIÇÕES QUANTO AO PECADO E A GRAÇA	
PELÁGIO	AGOSTINHO
<i>Adão, ao ser criado por Deus, não fora dotado de santidade positiva. Sua condição original era neutra, nem santa nem pecaminosa;</i>	<i>O pecado não era considerado como algo positivo, e sim como negação ou privação, um privatio boni, privação do que é bom;</i>
<i>Sua moralidade não dependia de sua escolha, pois fora criado mortal no sentido que já estava sujeito à lei da morte</i>	<i>A morte resultou do pecado e da perturbação por ele introduzida, pois o homem fora criado como ser imortal, o que não significa que estava fora do alcance da morte, porém que tinha a capacidade de imortalidade corpórea se se tivesse mostrado obediente, teria sido confirmado em santidade;</i>
<i>A queda de Adão no pecado, prejudicou exclusivamente a ele mesmo, e não tocou a natureza humana para o bem;</i>	<i>Em resultado do pecado, o homem ficou totalmente depravado e incapaz de qualquer bem espiritual; embora não negue que a vontade continua dotada de certa liberdade natural, sendo capaz de atos que são civilmente bons, e de um ângulo inferior são até dignos de louvor;</i>
<i>Não existe transmissão hereditária de natureza pecaminosa ou de culpa e, conseqüentemente, inexistia tal coisa como o pecado original;</i>	<i>Através do vínculo orgânico entre Adão e seus descendentes é que aquele transmite a eles a sua natureza caída, juntamente com a culpa e a corrupção que lhe segue o rastro;</i>
<i>O homem continua nascendo na mesma condição em que Adão estava antes da Queda estando, portanto, isento não só da culpa, como também de poluição;</i>	<i>A vontade do homem precisa ser renovada, e isso é obra exclusiva de Deus, do começo ao fim – uma operação da graça divina;</i>
<i>A única diferença entre um homem e Adão é que aquele conta com o mau exemplo à sua frente;</i>	<i>Por graça irrisível é aquela ação de Deus que de tal maneira altera a vontade do homem que este escolhe voluntariamente aquilo que é bom. A vontade do homem é renovada, e assim lhe é restaurada sua autêntica liberdade. Dessa maneira a graça de Deus torna-se a fonte de todo o bem no homem.</i>
<i>O pecado não consiste de afeições ou desejos errôneos, mas somente de atos separados da vontade e, em cada caso, depende da escolha voluntária do indivíduo;</i>	<i>A exposição sobre a graça de Deus como causa eficiente da salvação, conduziu à sua doutrina da predestinação. O que Deus faz no tempo, em prol da graciosa renovação do pecador, é o que Ele determinou fazer em Seu plano eterno;</i>
<i>Tal como Adão, o homem, é dotado de perfeita liberdade de vontade, com capacidade de escolha ou de indiferença, de tal modo que, a qualquer instante ele pode escolher o bem ou o mal, e o próprio fato de que Deus ordena ao homem praticar o bem é prova positiva de que ele é capaz de cumpri-lo;</i>	<i>No tocante aos não eleitos, ele concebia o decreto de Deus como mera omissão. A reprovação diferia da eleição no fato que aquela não é acompanhada por qualquer eficiência divina para garantir o resultado tencionado.</i>
<i>O pecado é universal, isso se deve somente a educação errada, ao mau exemplo, a um hábito de pecar desde há muito estabelecido;</i>	
<i>Ao voltar-se do mal para o bem, o homem não depende da graça de Deus, embora a operação desta seja uma decisiva vantagem, ajudando-o a conquistar o mal em sua vida, trata-se de dons externos e dotações naturais, como é o caso da natureza racional do homem, das revelações divinas nas Escrituras, e do exemplo de Jesus Cristo.</i>	<i>Quanto a idéia de que a graça da regeneração pode vir a ser perdida novamente, ele dizia que somente aqueles que são regenerados e perseveram, ou em quem, após a perda, a graça da regeneração é restaurada, é que são finalmente salvos. Os eleitos jamais morrem em condição não regenerada.</i>
<i>Os infantes deveriam ser batizados, embora reputasse tal batismo como mero rito de consagração ou como antecipação do perdão futuro, mas cria que as crianças estavam excluídas do reino dos céus, embora não estejam excluídas de um estado inferior de bem-aventurança, o qual se chama de vida eterna.</i>	

ANEXO C – POSIÇÕES QUANTO AO PECADO E A GRAÇA – IDADE MÉDIA X CATÓLICO ROMANA

POSIÇÕES QUANTO AO PECADO E A GRAÇA	
NAIDADE MÉDIA	CATOLICISMO ROMANO
<i>O pecado entrou no mundo através de uma fraqueza ou doença humana e, não como culpa;</i>	<i>De que a retidão original não era um dote natural, e sim sobrenatural, do homem;</i>
<i>O primeiro pecado de Adão foi um ato livre, no qual desistiu do seu amor a Deus e tornou-se sujeito à cegueira e à morte espirituais</i>	<i>O homem, composto de carne e espírito, e dessas propensões diversas e contrárias surge um conflito (consciência), o qual geralmente dificulta a ação reta. Para contrabalançar as desvantagens dessa original debilidade da natureza, Deus adicionou ao homem um dom notável, a saber, a retidão original que serviria de entrave que mantém a porção inferior do homem na devida subordinação à porção superior, e esta última a Deus. Isso em decorrência de que o homem fora criado sem retidão positiva e sem justiça positiva;</i>
<i>Através do primeiro homem, todos os homens se tornaram pecadores e, como tais, sujeitos à condenação;</i>	<i>Com a entrada do pecado no mundo o homem perdeu essa retidão original. Isso quer dizer que a apostasia do homem não envolveu a perda que qualquer dote natural do homem, mas apenas a perda de um dom sobrenatural, estranha à natureza essencial do homem, fazendo-o retroceder à condição de um irrestrito conflito entre carne e espírito e a uma condição de neutralidade – nem pecaminoso, nem santo.</i>
<i>O homem não perdeu sua liberdade, porém somente a bondade da vontade;</i>	<i>Adão, o cabeça da raça humana, foi constituído representante de todos os seus descendentes, todos pecaram nele, tendo chegado ao mundo carregados com o pecado original, sendo o pecado, portanto, universal e voluntário, por ser derivado de nosso progenitor original;</i>
<i>Sem a graça não pode haver nem salvação e nem quaisquer méritos humanos;</i>	<i>Repudiam a idéia da impotência espiritual do homem e a total dependência da graça de Deus para que experimente renovação. Adotam a teoria do sinergismo na regeneração, o que quer dizer que o homem coopera com Deus na renovação espiritual da alma.</i>
<i>A obra da redenção tem início com a graça de Deus. A graça preveniente faz os homens quererem o bem, e a graça subsequente, capacita-os a pô-lo em prática;</i>	
<i>A transformação do homem começa no batismo, o que cria fé e cancela a culpa dos pecados passados;</i>	
<i>Quando a vontade é renovada e o coração se repleta do amor de Deus, e assim o homem é capacitado a merecer algo da parte de Deus;</i>	
<i>A graça irresistível e a predestinação são como um conselho decreto de Deus, concernente ao número certo e definido de eleitos, isso só se daria como algo alicerçado sobre a presciência de Deus. Deus designaria um certo número definido para a salvação, pois saberia que iriam aceitar o evangelho. Contudo, ninguém poderia ter certeza de sua própria eleição, ou a de qualquer pessoa.</i>	

ANEXO D – POSIÇÕES QUANTO AO PECADO E A GRAÇA – REFORMA E PÓS-REFORMA

POSIÇÕES QUANTO AO PECADO E A GRAÇA		
NA REFORMA	PÓS-REFORMA	
	ARMINIANISMO WESLEYANO	NOVA INGLATERRA - EDWARDS
Adão não foi somente o cabeça natural da raça humana, e sim, também seu representante federal; em consequência disso é que seu primeiro pecado foi imputado como culpa a todos os seus descendentes. E devido serem todos culpados em Adão, igualmente nasceram com condição de poluição;	Frisa o fato que o pecado original não é meramente uma enfermidade ou poluição de natureza, que não possa ser denominada pecado no sentido mais estrito da palavra, mas é real e autêntico pecado, tomando o homem culpado aos olhos de Deus	No tocante à relação entre a vontade de Deus e a queda do homem, Jônatas Edwards descontinuou a categoria de eficiência dentre a conexão divina com a queda do homem, usando fraseologia calvinista ordinária.. O ponto de vista geral parece ser que a determinação divina em criar o universo moral naturalmente incluiu a criação de agentes morais livres, dotados do poder de preferência contrária, tomando assim o pecado possível, embora dificilmente certo. Ao mesmo tempo, o pecado também é reputado como algo "necessariamente incidental ao melhor sistema"
O pecado original não é apenas privação, mas também é total corrupção da natureza humana na sede das faculdades superiores, tanto quanto nas inferiores da alma, operando por meio dessas na forma de maldade positiva;	A culpa de Adão foi realmente imputada a seus descendentes, mas que essa culpa foi cancelada pela justificação de todos os homens;	Com relação ao livre-arbítrio, apesar de enfatizar em densa o caráter determinativo da vontade, Edwards tinha razão em afirmar que o homem ao ser criado por Deus possuía liberdade moral, e continua a possuí-la; e foi no exercício dessa liberdade que ele trouxe o pecado ao mundo. E que era dono de uma verdadeira liberdade que o movia na direção da bondade, da santidade pela constituição original de sua natureza, a qual foi perdida como o pecado.
O pecado original é algo mais que a mera ausência de justiça original; e também que os primeiros movimentos dos desejos, que tendem na direção do pecado, são pecados reais, antes mesmo da vontade consentir com eles, não sendo esses movimentos apenas fomes ou combustíveis do pecado. São pecados no íntimo, inerentes, que tomam o indivíduo culpado e merecedor de condenação;	A idéia do pecado original é apenas teórica, porquanto seu cancelamento é um dos benefícios universais da expiação;	Quanto à transmissão do pecado, Edwards adotou a teoria realista de imputação imediata. Por meio de sua conexão natural a Adão, o homem herdava a depravação moral, e isso lhe é atribuído como culpa, tomando-o digno da condenação
Como resultado da Queda, o homem está totalmente depravado e é incapaz de realizar qualquer bem espiritual, razão porque está impossibilitado de fazer qualquer avanço no campo de sua recuperação;	Nega que o homem, conforme ele é por natureza, tenha qualquer habilidade para cooperar com a graça de Deus. Admite sua inteira depravação moral, de tal maneira que depende absolutamente da graça de Deus para ser salvo;	
Os não regenerados podem realizar atos de retidão cívica, uma retidão aprovada por Deus dentro das relações sociais dos homens. Esses atos de retidão cívica são fruto da graça comum de Deus que capacita os homens a cumprirem tais atos;	Afirma que não existe ninguém de fato nesse estado de incapacidade. Em consequência universal da redenção por meio de Cristo, Deus outorga graciosamente a todo homem graça capacitadora suficiente, de tal modo que possa voltar-se para Deus em fé e arrependimento.	
O correlativo natural da doutrina da depravação total é o ensino da total dependência da graça de divina quanto à renovação;		
A vontade do homem está escravizada pelo pecado;		
Oiam e defendiam a dupla predestinação, mas negavam sua dependência da presciência divina		

ANEXO F – TABELA DA REPRESENTAÇÃO SOCIAL SOBRE A DOCTRINA DA ELEIÇÃO E DA SUA INFLUÊNCIA NO ETHOS PROTESTANTE

TABELA DA REPRESENTAÇÃO SOCIAL SOBRE A DOCTRINA DA ELEIÇÃO E DA SUA INFLUÊNCIA NO ETHOS PROTESTANTE - 2007

PERGUNTAS	OFICIAIS		PROFESSORES EBD		MEMBROS	
	SUJEITOS	PASTORES	PRESBITEROS	JOVENS		ADULTOS
1 - Você se considera um escolhido?		SIM	SIM	SIM	SIM	SIM
2 - O escolhido não pode perder a sua salvação?		SIM	SIM	SIM	83% SIM E 17% NÃO	SIM
3 - já que você se considera um escolhido por Deus o que mudou na sua vida com essa certeza		PROPÓSITO DA MINHA VIDA	A MANEIRA DE VER O MUNDO	SANTIFICAÇÃO, PAZ E CERTEZA DA SALVAÇÃO	MUDANÇA RAICAL DE VIDA PARA FAZER A VONTADE DE DEUS	CERTEZA DA SALVAÇÃO
4 - Como reconhecer um escolhido?		FRUTOS ESPIRITUAIS	MODOS DE VIVER	MODOS DE VIVER	FRUTOS ESPIRITUAIS NO MODO DE VIVER	MODOS DE VIVER
5 - O sucesso pessoal, profissional e econômico são evidências da graça de Deus na vida do escolhido?		NÃO! SUCESSO É SEGUIR OS PRINCÍPIOS DE DEUS NO POUCO OU NO MUITO	NÃO! SUCESSO É SEGUIR OS PRINCÍPIOS DE DEUS NO POUCO OU NO MUITO	NÃO! AS BÊNÇÃOS DE DEUS NÃO SÃO EVIDENCIADAS APENAS POR COISAS MATERIAIS	NÃO! AS BÊNÇÃOS DE DEUS NÃO SÃO EVIDENCIADAS APENAS POR COISAS MATERIAIS	NÃO! SUCESSO É SEGUIR OS PRINCÍPIOS DE DEUS NO POUCO OU NO MUITO
6 - Qual a sua atividade profissional?		ALTA QUALIFICAÇÃO TÉCNICA (100%)	ALTA QUALIFICAÇÃO TÉCNICA OU COMERCIAL (83%/17%)	ALTA QUALIFICAÇÃO TÉCNICA OU COMERCIAL (83%/17%)	ALTA QUALIFICAÇÃO TÉCNICA OU COMERCIAL (83%/17%)	ALTA QUALIFICAÇÃO TÉCNICA OU COMERCIAL (70%/30%)
7 - Como a certeza de ser escolhido por Deus influencia no seu relacionamento com o trabalho?		DETERMINANDO O QUE VOU PREGAR, ENSINAR E CONSTRUIR	AGINDO POR PRINCÍPIOS ÉTICOS	AGINDO POR PRINCÍPIOS ÉTICOS	AGINDO POR PRINCÍPIOS ÉTICOS	AGINDO POR PRINCÍPIOS ÉTICOS
8 - Como a certeza de ser escolhido por Deus influencia nas suas relações pessoais?		COMO GLORIFICAR A DEUS, AJUDANDO, ENSINANDO, ORIENTANDO E AMANDO AS PESSOAS	VIVER O AMOR ENSINADO NA BIBLIA DE FORMA PRÁTICA	TESTEMUNHANDO E PREGANDO A VERDADE	TESTEMUNHANDO E PREGANDO A VERDADE	VIVER O AMOR ENSINADO NA BIBLIA DE FORMA PRÁTICA
9 - O que o escolhido por Deus precisa fazer para garantir a sua salvação?		NADA! O QUE O ELEITO FAZ É EVIDÊNCIA DA SUA SALVAÇÃO (100)	NADA! O QUE O ELEITO FAZ É EVIDÊNCIA DA SUA SALVAÇÃO (100)	NADA! O QUE O ELEITO FAZ É EVIDÊNCIA DA SUA SALVAÇÃO (100)	NADA! O QUE O ELEITO FAZ É EVIDÊNCIA DA SUA SALVAÇÃO (100)	33% ACEITAR E 67% NADA! O QUE ELE FAZ É EVIDÊNCIA DA SALVAÇÃO.